



Relatório e Contas

2010

Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.
Sociedade Aberta

Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, nº 17 – 6A, 1070-313 Lisboa – Portugal
Capital Social € 13.000.000 NIPC 500 255 342
Matrícula de Registo Comercial de Lisboa nº único 500 255 342

ÍNDICE

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| ■ 1. MENSAGEM DO PRESIDENTE | 3 |
| ■ 2. SUMÁRIO EXECUTIVO | 7 |
| ■ 3. ANÁLISE MACROECONÓMICA | 8 |
| ■ 4. PRINCIPAIS FACTOS | 13 |
| ■ 5. INFORMAÇÃO FINANCEIRA | 14 |
| ■ 6. VOLUME DE NEGÓCIOS | 15 |
| ■ 7. RECURSOS HUMANOS | 16 |
| ■ 8. ÁREAS DE NEGÓCIO | 18 |
| ■ 9. OBJECTIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DE RISCO | 35 |
| ■ 10. EVENTOS MAIS SIGNIFICATIVOS DO ANO | 36 |
| ■ 11. ACÇÕES PRÓPRIAS | 37 |
| ■ 12. EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO TÍTULO OREY | 38 |
| ■ 13. TRANSACÇÕES DE DIRIGENTES | 39 |
| ■ 14. ACÇÕES E VALORES MOBILIÁRIOS DETIDOS PELOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE | 41 |
| ■ 15. LISTA DE TITULARES COM PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA | 42 |
| ■ 16. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS | 43 |
| ■ 17. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE | 44 |
| ■ 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS | 45 |
| -DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA | 45 |
| -DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS | 46 |
| -DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS | 47 |
| -DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL | 48 |
| -DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA | 49 |
| ■ 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS | 50 |
| ■ 20. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS | 79 |
| -CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA | 79 |
| -RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS | 82 |
| ■ 21. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS | 85 |
| -DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA | 85 |
| -DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZAS | 86 |
| -DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS | 87 |
| -DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL | 88 |
| -DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA | 89 |
| ■ 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS | 90 |
| ■ 23. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS | 134 |
| -CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA | 134 |
| -RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS | 137 |
| ■ 24. RELATÓRIO DO GOVERNO DAS SOCIEDADES | 140 |

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Excelentíssimos Senhores Accionistas:

O ano de 2010 é um ano memorável na nossa história: pela primeira vez os Resultados foram superiores a 3 milhões de Euros, o que representa o maior resultado de sempre do Grupo Orey.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO:

O ano de 2010 marca o inicio da recuperação mundial, motivada essencialmente pelo aumento da procura mundial e do investimento privado. Realçase aqui o papel que os países emergentes desempenharam na recuperação, atingindo, em alguns casos, taxas de crescimento de dois dígitos.

Na Europa, a intervenção da Alemanha e o forte contributo do crescimento das economias emergentes, permitiu que a Zona Euro registasse um aumento geral do PIB em 1,8%, valor fortemente influenciado pela boa performance Alemã, que registou um aumento de 3,6%.

Também no outro lado do Atlântico, o ano de 2010 fica marcado pelo ínicio da recuperação económica. A Economia Americana cresceu cerca de 2,8% em 2010, um valor já significativo e com perspectivas positivas e dignas de destaque para períodos futuros.

No caso do Grupo Orey, as economias dos países onde o Grupo está presente voltaram a registrar, uma vez mais, comportamentos distintos:

Economia Nacional

Portugal beneficiou da recuperação da

economia mundial em 2010, prevendo-se um crescimento do PIB de 1,3%, sustentado essencialmente pelo crescimento das exportações, função de um aumento significativo aumento da procura externa e, por outro lado, pelo elevado dinamismo do consumo privado.

As previsões do Banco de Portugal apontam para um crescimento das exportações de bens e serviços de 9% para 2010, o que significa um aumento de 20,6 pontos percentuais em relação a 2009.

Não obstante o crescimento registado, os agentes económicos públicos e privados, depararam-se com maiores dificuldades de financiamento nos mercados internacionais, tendo-se assistido ao agravamento das condições de financiamento ao longo do ano, com as taxas de juro a 10 anos a ultrapassar os 7%.

Espanha

Durante o ano de 2010, o nosso país vizinho continuou emergido num clima económico adverso não se verificando o nível de recuperação do consumo privado como ocorreu em outros países europeus e com o PIB a contrair ligeiramente em cerca de 0,3%.

Outro dos factos que marca o ano em Espanha é o nível de desemprego, que atingiu uns históricos 20,2%, o que corresponde a um aumento 3,19% em relação ao período homólogo.

Por outro lado, as condições de financiamento nos mercados internacionais foram agravadas com uma acentuada subida das *yields*, obrigando o governo a adoptar um pacote de medidas de combate

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

ao défice ainda no primeiro semestre do ano.

Na Banca assistiu-se a uma capitalização e consolidação, nomeadamente através da fusão de diversas Cajas, cujos balanços se encontravam muito afectados pela forte crise que assolou o mercado imobiliário espanhol, com consequências no crédito mal parado. Pensamos que este processo poderá ainda não ter terminado.

Angola

Depois da contracção de 2009 o ano de 2010 em Angola foi marcado pelo crescimento elevado, ainda que longe das taxas de 2 dígitos de anos anteriores.

O sector não petrolífero desenvolveu-se e já apresenta níveis de robustez assinaláveis. No caso da indústria petrolífera, pilar da economia angolana, aumentaram substancialmente as exportações em função do aumento da procura mundial e da subida do preço do petróleo nos mercados internacionais. É de realçar que Angola assumiu o papel de principal fornecedor de petróleo da China, ultrapassando a Arábia Saudita. Desta forma, prevê-se um crescimento do PIB em torno dos 5%.

Brasil

O crescimento económico no Brasil foi igualmente condicionado pela subida da procura mundial e pelos preços das matérias-primas em 2010. Prevê-se assim que a actividade económica cresça 7,5%,

igualmente motivada por um forte aumento do investimento privado em resultado de fortes inflows de capital estrangeiro que originaram uma forte valorização do Real face ao USD.

O Banco Central adoptou uma política de subida da taxa de Juro SELIC para travar eventuais pressões inflacionistas no país. Não obstante, a taxa de inflação situou-se nos 5,9% em Dezembro de 2010 face aos 4,3% em Dezembro de 2009.

Por outro lado, a fim de combater a excessiva valorização do Real e suas repercussões em termos de decréscimo das exportações, foram criadas, durante o ano, taxas de impostos directos sobre novas entradas de capitais estrangeiros no país.

No ano de 2010, a economia brasileira fica marcada pelas incertezas externas em relação às medidas proteccionistas e de austeridade que influenciaram a economia do país.

Perante este clima de recuperação económica, mas de alguma incerteza política, o Grupo Orey demonstrou mais uma vez a sua força e capacidade de inovação e renovação, tendo terminado o ano com resultados históricos, para os quais contribuíram a grande generalidade dos negócios.

Como já temos vindo a afirmar, é nestes contextos menos favoráveis que as organizações têm de se adaptar e, por isso, em 2010 solidificámos as mudanças estratégicas iniciadas em 2009. O Grupo

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

anticipou momentos difíceis e através de um processo de reestruturação e de diversificação protegemo-nos para podermos continuar a crescer. Os Resultados de 2010 comprovam que esta foi uma aposta vencedora.

PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS EM 2010:

Área Financeira:

Ao nível da actividade financeira, o Grupo está presente em Portugal, Espanha e Brasil.

Em Portugal o negócio financeiro solidificou a sua posição no mercado e assumiu um papel de maior destaque dentro do grupo. 2010 foi, a exemplo do que já tinha acontecido em 2009, um ano de forte crescimento no negócio online, tanto no número de novos clientes como em volume de transacções. Neste segmento lançámos o novo site da Orey iTrade e o *blog iTrade*, que permitem uma melhoria significativa da relação com os nossos clientes de corretagem online.

2010 foi ainda um ano importante em termos de mudanças organizacionais e de criação de valor nas relações com os clientes. A aposta na segmentação da base de clientes e uma orientação da comunicação para o exterior adequada às diferentes necessidades e perfis foi um factor diferenciador e um catalisador importante para o forte crescimento registado. Resultado da estratégia implementada, as áreas de consultoria de investimento e Gestão discricionária,

conseguiram apresentar, em 2010, um crescimento médio de Activos sob Gestão de 7%.

Globalmente, os activos sob gestão e as comissões líquidas da Orey Financial em Portugal aumentaram 39% e 105%, respectivamente, enquanto o volume de transacções de corretagem em Portugal aumentou 42%.

Em Espanha, 2010 marca o segundo ano de actividade, tendo-se caracterizado, em termos relativos, pelo aumento exponencial dos principais indicadores de performance e com o volume de transacções a aumentar cerca de 311%.

No Brasil são de assinalar vários projectos em curso. Estamos a trabalhar com sucesso em operações de reestruturação financeira e a criar novos produtos e soluções de investimento. Os activos sob gestão aumentaram 12% e temos conquistado novos clientes, lançando novos fundos, entre os quais o *Distressed Fund*, fundo inovador que visa investimentos em situações especiais no Brasil.

Área não Financeira:

Na área não financeira, a *holding* da área de Transportes & Logística - Horizon View - continua com um bom desempenho e aumentou as suas vendas em 47% e a margem bruta em 21%, constituindo-se como um dos factores determinantes para os bons resultados do Grupo. Destaca-se ainda o excelente desempenho das áreas de Trânsitos marítimos e de Linhas Regula-

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

res, que registaram crescimentos nas Vendas de 85% e de 185%, respectivamente.

No plano da actividade internacional, a actividade global em Angola teve um crescimento de 35%, fortemente influenciados pela actividade de Trânsitos em que a marca Orey continua a ser sinónimo de prestígio e qualidade.

Em Espanha, já se denotam algumas melhorias na actividade de logística, com variações positivas das Vendas de 61% e da Carga Geral de 84%, embora continue a ter um peso negativo nos resultados consolidados.

A actividade da área de representações técnicas navais e de segurança teve um aumento de 33% nas vendas e 31% na margem bruta. Destaca-se ainda a aquisição em 2010 de duas empresas (Secur e Segurvouga), que se enquadra na estratégia de *Private Equity* definida pelo grupo Orey e permite complementar a oferta do Grupo na Área da Segurança e ainda explorar de forma mais eficiente o mercado da região norte do País.

No que se refere às representações técnicas industriais estas registaram um aumento de 11% nas vendas e 9% na margem bruta.

Também a área de representações técnicas industriais, onde estamos presentes nas áreas da petroquímica, monitorização e controlo e águas e saneamento, o Grupo

registou um aumento de 11,3% nas vendas.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DE 2010:

- Ano de consolidação da reestruturação: deu frutos, os Resultados líquidos consolidados cresceram 134%, atingindo os 3 milhões de Euros;
- Demonstrámos capacidade de renovação, adaptação e de reacção aos condicionalismos externos. Porque nos preparamos antecipadamente diversificando geograficamente o nosso negócio;
- Elevada incerteza quanto ao futuro, eleições em junho, pedido de ajuda ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira e ao FMI vão condicionar fortemente cenário macro económico em Portugal e, consequentemente a actuação das empresas. Este cenário não nos surpreende e iremos continuar a estar atentos e a tentar antecipar o melhor que soubermos os desenvolvimentos futuros no sentido de continuar a criar valor para os accionistas.

Agradecimentos:

Desejamos ainda agradecer a todos os Excelentíssimos Senhores Accionistas, colaboradores do Grupo e membros dos Órgãos Sociais toda a colaboração, confiança e apoio que deram ao Conselho de Administração no ano que passou.

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2010 é um ano histórico pois pela primeira vez os Resultados foram superiores a 3 milhões de Euros, o que representa o maior resultado de sempre. Este facto torna-se ainda mais relevante se considerarmos a conjuntura económica muito desfavorável, a subsistência da instabilidade nos mercados financeiros e a instabilidade política interna e externa. Apesar deste cenário, as vendas e prestações de serviços consolidadas cresceram em 19,3 milhões de Euros para 81 milhões de Euros, os Resultados Líquidos consolidados mais do que duplicaram e o ROE do Grupo cresceu de 4,7% para 11,2%, quando comparado com o período homólogo de 2009.

De um modo geral, todos os negócios do Grupo contribuíram para estes resultados, quer na área financeira - em Portugal e nos restantes mercados em que estamos presentes - quer na área não financeira - Transportes & Logística e Representações Técnicas. Em Espanha – em que a área de negócio de Logística apresenta resultados negativos - os negócios estão a correr melhor quando comparados com o período homólogo, embora continuem a ter um peso negativo nos resultados consolidados.

Em Portugal, o negócio financeiro da Orey Financial solidificou a sua posição no mercado e assumiu um papel de maior destaque dentro do grupo. Estamos a conquistar novos segmentos de forma sustentada, com serviços inovadores e diferenciadores. Os activos sob gestão e as comissões líquidas aumentaram 39,0% e 105,4%, respectivamente enquanto o volume de transacções de corretagem em Portugal e Espanha aumentaram 41,7% e 311,1%. Os Resultados da Orey Financial foram ainda influenciados por ganhos em

operações financeiras.

Na área não financeira, a *holding* da área de Transportes & Logística Horizon View continua com um bom desempenho e aumentou as suas vendas em 46,6% e a margem bruta em 21,2%, a actividade das representações técnicas navais e de segurança teve um aumento de cerca de 32,9% nas vendas e 31,0% na margem bruta. Também a área de representações técnicas industriais registou um aumento de 11,3% nas vendas.

Em Angola o crescimento da actividade de continua a ser sinónimo do prestígio da marca Orey neste mercado.

No Brasil são de assinalar vários projectos em curso, onde existem várias oportunidades de crescimento. Podemos dizer que estamos a trabalhar com sucesso em operações de reestruturação financeira e a criar novos produtos e soluções de investimento. Os activos sob gestão aumentaram 12,1% e temos conquistado novos clientes, lançando novos fundos, entre os quais o *Orey Distressed Fund*, que é um fundo inovador que visa investimentos em situações especiais no Brasil onde estamos bem posicionados para aproveitar este tipo de oportunidades.

Reestruturámos o Grupo, transformando o negócio não financeiro em financeiro, para podermos continuar a crescer. Os Resultados de 2010 comprovam que esta é uma aposta vencedora. Podemos agora olhar para novas oportunidades, sempre com os objectivos que caracterizam os mais de 125 anos de história do Grupo: crescer, partilhar e fazer melhor!

3. ANÁLISE MACROECONÓMICA

■ Economia Internacional

- Após uma retracção da economia mundial no ano de 2009, com a maioria das economias a constatarem retracções ou desacelerações do seu crescimento económico, o ano de 2010 ficou claramente marcado pelo início da recuperação da economia mundial. Desta forma é esperado um crescimento mundial para 2010 de 5%.
- O crescimento económico deveu-se maioritariamente ao aumento da procura mundial e do investimento privado. Nesse sentido, realça-se o papel que os países emergentes desempenharam na recuperação, atingindo, em alguns casos, taxas de crescimento de dois dígitos.
- Por outro lado, notou-se um esforço claro por parte dos governos em prolongar e aumentar os pacotes de estímulos fiscais e de apoio ao sector financeiro com o intuito de acelerar a recuperação da actividade económica.
- O ambiente de reduzido perigo de uma subida da inflação foi propício à manutenção, por parte dos Bancos Centrais, nomeadamente Reserva Federal, BCE, Banco do Japão, Banco de Inglaterra, das taxas de juro de referência a níveis históricos baixos, ainda que algumas economias tenham efectuado movimentos de subida de taxas de juro (Austrália, Brasil, Canadá, Suécia, Noruega, etc.)

■ Economia Zona Euro

- A divulgação dos números de crescimento económico referentes à segunda metade do ano realçou a forte dependência que a economia da zona Euro tem do sector exportador. Na zona Euro, prevê-se que o PIB cresça 1,8%, sustentado, em grande medida pelo crescimento do PIB previsto para a Alemanha de 3,6%. Nesta última, a forte expansão do produto ficou a dever-se maioritariamente ao comportamento positivo do sector das exportações em conjunto com o contributo positivo da procura interna. Desta forma, dentro da Zona Euro, a Alemanha mostrou forte robustez não obstante a maioria dos outros países se encontrar numa fase de recuperação mais atrasada.
- Durante o ano, o BCE prolongou o seu pacote de estímulos à economia da Zona Euro, através da cedência de liquidez ao sistema financeiro, quer através da compra de dívida soberana, nomeadamente dos países da periferia, que atingiram elevados défices no final de 2009 e viram as suas condições de financiamento serem agravadas nos mercados internacionais.
- A subida generalizada dos preços do petróleo e bens alimentares teve um impacto na subida da taxa de inflação, atingindo 2,2% a Dezembro de 2010, acima dos 2% de referência do BCE. Esta situação poderá potenciar uma mudança por parte do BCE na condução da política monetária.

3. ANÁLISE MACROECONÓMICA

Num ambiente de défices elevados por parte dos países da periferia e de taxas de desemprego igualmente elevadas, não será de esperar que o investimento público nem o consumo privado se assumam como motores da economia da Zona Euro, sendo de esperar que o maior ou menor crescimento da zona Euro volte a depender, em grande escala para 2011, do crescimento da Alemanha.

Economia Portuguesa

- Portugal beneficiou da recuperação da economia mundial em 2010, prevendo-se um crescimento do PIB de 1,3%. Esta evolução é fortemente suportada por um elevado crescimento das exportações, em função de um aumento significativo aumento da procura externa e, por outro lado, pelo elevado dinamismo do consumo privado.
- As previsões do Banco de Portugal apontam para um crescimento das exportações de bens e serviços de 9% para 2010, o que significa um aumento de 20,6 pontos percentuais em relação a 2009.
- Não obstante o crescimento em 2010, os agentes económicos públicos e privados, depararam-se com maiores dificuldades de financiamento nos mercados internacionais, tendo assistido a um agravamento das suas condições de financiamento ao longo do ano. Neste sentido, as taxas de juro a 10 anos ultrapassaram os 7%.

Para 2011, as previsões do Banco de Portugal apontam para uma contracção da actividade económica de 1,3%. Esta evolução deverá resultar principalmente de uma forte contracção do consumo privado, uma vez que, dada a necessidade de Portugal atingir metas orçamentais de controlo do défice, foi aprovado um novo pacote de medidas, de carácter maioritariamente recessivo, para o Orçamento de Estado de 2011.

Economia Espanhola

- A elevada taxa de desemprego foi agravada de 18% em 2009 para torno dos 20% em 2010, não permitindo o nível de recuperação do consumo privado como ocorreu em outros países europeus. Este factor, conjugado com um elevado défice orçamental com repercussões numa forte diminuição do investimento público, contribuiu para que o PIB venha, previsivelmente, a cair 0,3%.
- Por outro lado, as condições de financiamento nos mercados internacionais foram agravadas com uma acentuada subida das yields, tendo o governo adoptado um pacote de medidas de combate ao défice em meados de Maio.
- O sector financeiro foi igualmente alvo de uma capitalização e consolidação, nomeadamente através da fusão de diversas Cajas, cujos balanços se encontravam muito afectados pela forte crise que assolou o mercado imobiliário espanhol, com consequências no crédito mal parado.

3. ANÁLISE MACROECONÓMICA

- Prevê-se que em 2011 a economia saia da situação de recessão e cresça 0,7%.

■ Economia Americana

- Foram notórios os sinais de uma economia em claro processo de recuperação, esperando que cresça 2,8% em 2010. As componentes do consumo privado registaram recuperação, com principal destaque para a procura de bens duráveis. Foram também visíveis os sinais de recuperação do investimento privado, principalmente na componente não residencial. No entanto, o investimento no sector residencial mostra-se ainda longe de um processo de recuperação.

- Com a finalidade de dinamizar a actividade económica e normalizar o sistema financeiro, a administração Obama prolongou e aumentou o pacote de estímulos fiscais e a *Federal Open Market Committee* (FOMC) manteve inalterada a taxa de referência nos 0,25%, injectando igualmente liquidez no mercado através do programa de *Quantitative Easing I* e *Quantitative Easing II*.

- Com um crescente aumento da confiança no sistema financeiro e um mercado de crédito em crescente normalização de funcionamento, as medidas económicas de índole fiscal e monetária deverão reflectir um maior optimismo na recuperação do consumo privado e na recuperação do mercado imobiliário.

- Não obstante estes esforços, a taxa de desemprego apenas abrandou de 9,9%

em Dezembro de 2009 para 9,4% em Dezembro de 2010, apresentando-se a sua descida como factor crítico para uma maior recuperação do consumo privado e recuperação do mercado imobiliário.

■ Economia Japonesa

- O Japão deverá apresentar uma taxa de crescimento em torno dos 4,3%, devido à forte procura externa, nomeadamente americana e asiática, que evidenciaram a forte dependência do Japão face à economia externa, ainda que pontualmente prejudicadas pela forte valorização do Yen ocorrida em 2010.

- Para 2011, espera-se um crescimento mais moderado em 1,5%, sendo difícil o Japão, na actual conjuntura económica, influenciar o seu consumo interno, uma vez que existe pouco espaço para estímulos quer monetários quer fiscais: as taxas de juro encontram-se próximas de zero, estando o Banco Central sem grande margem de manobra para subir os níveis de massa monetária. Por outro lado, os níveis já muito elevados de dívida pública (cerca de 175% do PIB) limitam a capacidade do estado em termos de aumento de despesa pública.

■ Economia Angolana

- Depois da forte desaceleração ocorrida em 2009, a economia angolana deverá apresentar uma taxa de crescimento real elevada, ainda que abaixo das taxas de dois dígitos da última década.

3. ANÁLISE MACROECONÓMICA

- A actividade económica em Angola apresentou um comportamento positivo, assente na recuperação do sector exportador, em função do aumento da procura mundial e da subida do preço do petróleo nos mercados internacionais. Por outro lado, também o sector não petrolífero apresentou um desempenho positivo para a formação do PIB de 2010. Desta forma, prevê-se um crescimento em torno dos 5%.
- Para 2011 o FMI prevê um crescimento de 7% do PIB, apoiado numa expansão dos sectores não petrolíferos de 8,8%.

■ Economia Brasileira

- O crescimento económico no Brasil foi igualmente afectado pela subida da procura mundial e pelos preços das *commodities* em 2010. Prevê-se que a actividade económica cresça 7,5%. Este crescimento assentou igualmente num forte aumento do investimento privado em resultado de fortes *inflows* de capital estrangeiro que originaram uma forte valorização da moeda Real face ao USD.
- O Banco Central adoptou uma política de subida da taxa de Juro *SELIC* para travar eventuais pressões inflacionistas no país. Não obstante, a taxa de inflação situou-se nos 5,9% em Dezembro de 2010 face aos 4,3% em Dezembro de 2009.
- Por outro lado, a fim de combater a excessiva valorização do Real, e suas repercuções em termos de decréscimo das exportações, foram criadas, durante o ano, taxas de impostos directos sobre novas entradas de capitais estrangeiros no país.

■ Será de esperar que o Brasil continue a beneficiar da procura mundial, nomeadamente da Ásia, embora as previsões apontem para um crescimento do PIB de 4,1% em 2011.

■ Economia Chinesa

■ A China atingiu, em 2010, o segundo maior PIB mundial por país, crescendo 10,3%. Se o sector exportador permaneceu como grande motor da sua economia, foi o sector privado, através do investimento e do consumo, que representou um salto quantitativo em termos de contribuição para o PIB. A manutenção dos estímulos governamentais com forte foco no sector privado permitiu obtenção de taxas de crescimento anual da produção industrial e das vendas a retalho na casa dos dois dígitos. Por outro lado, a manutenção da expansão do crédito, de medidas de apoio à dinamização do mercado imobiliário, nomeadamente de arrendamento, e do consumo contribuíram para um forte aumento da procura interna.

■ A taxa de inflação atingiu os 4,6% em Dezembro 2010, face aos 1,9% de Dezembro de 2009. Com o risco de aumento de pressões inflacionistas no país foram retirados alguns estímulos durante o segundo semestre do ano para limitar o crescimento do crédito concedido, tal como o aumento das reservas de caixa por parte das instituições bancárias. Nesse sentido, para o ano de 2011, é esperado um decréscimo marginal na taxa de crescimento, que prevê situar-se nos 9,6%.

3. ANÁLISE MACROECONÓMICA

■ Mercados Financeiros

- O ano de 2010 ficou marcado por uma subida generalizada dos mercados accionistas, em resultado da recuperação económica maioritariamente conduzida pelos mercados emergentes e EUA, mas com níveis elevados de volatilidade. Parte da turbulência nos mercados foi originada pelos elevados défices dos países da periferia europeia (Portugal, Espanha, Irlanda, Grécia) que levaram à forte subida das *Yields* durante o ano, tendo a Grécia e a Irlanda recorrido ao Fundo de Estabilização Financeira e Fundo Monetário Internacional.
- A nível *corporate*, o aumento da procura mundial contribuiu para uma melhoria generalizada das vendas das empresas, animando os *earning seasons* e contribuindo para uma melhoria do risco de crédito para empresas quer com risco “*investment grade*” quer com risco “*high yield*”.
- Por outro lado, o forte aumento da procura mundial serviu de suporte à valorização generalizada das *commodities* com particular destaque para a energia, bens agrícolas e ouro.
- Os principais índices bolsistas americanos registaram subidas entre 11,02% e 16,91%. O principal índice Europeu caiu 5,81%. No mercado obrigacionista, as taxas de juro a 10 anos nos Estados Unidos caíram de 3,83% para 3,29%, tendo as taxas para o mesmo prazo na Alemanha caído de 3,38% para 2,96%.

4. PRINCIPAIS FACTOS

ACTIVIDADE CONSOLIDADA

- Os resultados líquidos consolidados atingiram o valor histórico de 3,04 milhões de Euros, enquanto que em igual período de 2009, os resultados foram de 1,3 milhões de Euros. Esta variação representa um aumento de cerca de 133,8%;
- O EBT passou de 1 milhão de Euros em 2009 para 3 milhões de Euros em 2010 aumentando cerca de 3 vezes o seu valor;
- O EBIT teve um acréscimo de 110,3%, passando de 1,61 milhões de Euros em 2009 para 3,4 milhões de Euros em 2010;
- O EBITDA passou de 2,8 milhões de Euros para 4,6 milhões de Euros em 2010 o que corresponde a um aumento de 64,3%;
- As vendas e prestações de serviços consolidadas aumentaram 31,3% face ao ano transacto e atingiram o valor de 81 milhões de Euros.

ÁREA FINANCEIRA

- Ano de consolidação de crescimento, com os activos sob gestão e as comissões líquidas da Orey Financial a aumentarem 39,0% e 105,4%,

respectivamente;

- O volume de transacções da corretagem em Portugal e Espanha aumentou 41,7% e 311,1%, respectivamente;
- No Brasil, os activos sob gestão da Orey Financial Brasil, aumentaram 12,4%.

ÁREA NÃO FINANCEIRA

- A Horizon View aumentou as suas vendas e margem bruta em 46,6% e 21,2% respectivamente;
- A actividade da área de representações técnicas navais e de segurança teve um aumento de 32,9% nas vendas e 31,0% na margem bruta. Destaca-se também a aquisição durante o exercício das empresas Secur e Segurvouga, que se enquadra na estratégia de Private Equity definida pelo grupo Orey com particular incidência no crescimento na área de segurança;
- As representações técnicas industriais registaram um aumento de 11,3% nas vendas e 9,1% na margem bruta;
- A actividade global em Angola teve um crescimento de 35,1%;
- Em Espanha, já se denotam algumas melhorias na actividade, com uma variações positivas das Vendas de 61,3% e da Carga Geral de 84,0%.

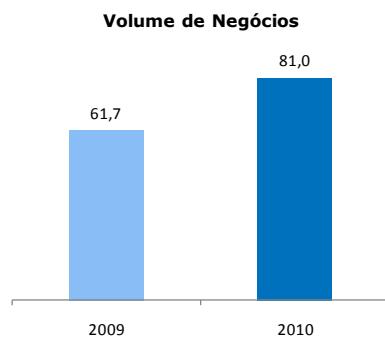
5. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

| Demonstração de Resultados consolidada | Dez. 2010 | Dez. 2009 | 10/09 (%) |
|---------------------------------------------|-------------------|-------------------|---------------|
| Vendas e Prestações de serviços | 80.963.044 | 61.683.798 | 31,3% |
| Custo das Vendas e Subcontratos | (54.344.891) | (39.296.475) | 38,3% |
| Margem Bruta | 26.618.153 | 22.387.324 | 18,9% |
| Outros proveitos operacionais | 4.655.571 | 1.772.053 | 162,7% |
| Outros custos operacionais | (26.659.920) | (21.350.898) | 24,9% |
| EBITDA | 4.613.804 | 2.808.480 | 64,3% |
| Amortizações do exercício | (1.227.870) | (1.198.605) | 2,4% |
| EBIT | 3.385.934 | 1.609.875 | 110,3% |
| Ganhos/ (Perdas) financeiras | (406.686) | (611.057) | 33,4% |
| EBT | 2.979.247 | 998.817 | 198,3% |
| Impostos sobre Lucros | 117.842 | 302.274 | -61,0% |
| Resultados das oper. em continuidade | 3.097.090 | 1.301.091 | 138,0% |
| Resultados de oper. descontinuadas | 0 | (2.558) | -100,0% |
| Interesses Minoritários | (58.983) | 995 | -6029,0% |
| Resultados Líquidos | 3.038.107 | 1.299.528 | 133,8% |
| ROE | 11,16% | 4,71% | 6,4 p.p. |
| ROA | 3,34% | 1,67% | 1,7 p.p. |
| Cash-flow | 4.797.206 | 3.226.774 | 48,7% |
| Margem Bruta (em %) | 32,9% | 36,3% | -3,4 p.p. |
| Cost-to-Income | 100,2% | 95,4% | 4,8 p.p. |
| Resultados Financeiros/Margem Bruta | -1,5% | -2,7% | 1,2 p.p. |
| EBITDA/Vendas | 5,7% | 4,6% | 1,1 p.p. |
| Margem EBITDA | 17,3% | 12,5% | 4,8 p.p. |

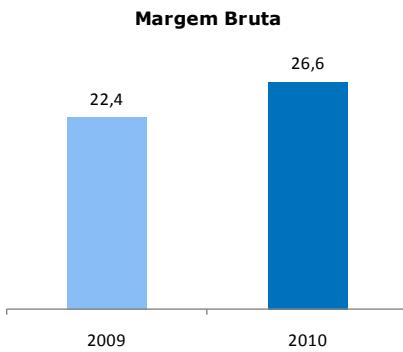
(Valores em Euros)

6. VOLUME DE NEGÓCIOS

O volume de negócios atingiu os 81,0 milhões de Euros em 2010, um aumento de 19,3 milhões face ao ano de 2009.



A margem bruta do Grupo Orey foi de 26,6 milhões de Euros em 2010, um valor significativamente superior aos 22,4 milhões verificados em 2009.



7. RECURSOS HUMANOS

- O Capital Humano do Grupo Orey constitui um dos factores diferenciadores e de sucesso da Organização.
- O desenvolvimento pessoal e profissional, bem como a exigência do cumprimento de todas as actividades operacionais e burocráticas, constitui uma das prioridades da Administração do Grupo.
- Em termos estratégicos, pretende-se, cada vez mais, alinhar os macro processos de Recursos Humanos (recrutamento e selecção, formação e desenvolvimento, sistemas de avaliação de desempenho, sistemas de remuneração e incentivos, etc.) com o core business da empresa, de forma a potenciar criação de valor.

—5.1. Recrutamento

- O Grupo Orey privilegia o Recrutamento Interno, por forma a promover o potencial humano, proporcionar oportunidades de progressão de carreira, bem como contribuir para a manutenção de elevados índices de satisfação e motivação dos quadros da empresa. No entanto, sempre que se verifica necessidade de recorrer a empresas externas, o Grupo Orey conta com a colaboração de alguns parceiros, nomeadamente, empresas de Recrutamento e Selecção e Executive Search.
- O Grupo Orey procura investir cada vez mais no recrutamento de colaboradores chave, por forma tornar a organização cada vez mais competitiva e com um forte

impacto no Mercado.

—5.2. Formação e Desenvolvimento de Colaboradores

- O Plano de Formação do Grupo Orey prevê um investimento contínuo na formação dos colaboradores, de forma a reforçar e optimizar as sua competências técnicas e comportamentais, adaptando-os cada vez mais às exigências provocadas pelo crescimento e expansão do Grupo.
- A definição e implementação das acções de formação tem por finalidade o desenvolvimento e optimização das competências que se pretendem promover na organização, proporcionar o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, bem como promover elevados índices de motivação e de produtividade e consequentemente a rentabilidade da empresa.

—5.3. Sistemas de Avaliação de Desempenho

- O Sistema de Avaliação de Desempenho actualmente em vigor no Grupo Orey é um procedimento que visa apoiar o desenvolvimento e o reconhecimento do desempenho dos colaboradores da organização.

7. RECURSOS HUMANOS

- Este procedimento tem uma periodicidade anual e constitui uma ferramenta importante para a gestão dos recursos humanos da organização.
- O Sistema de Avaliação de Desempenho baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Identificação da contribuição de cada um na organização
- Identificação das necessidades de formação, bem como da adequação de cada colaborador à sua função
- Estimulação dos desempenhos considerados adequados e desejáveis à realidade de cada empresa do Grupo, sem perder de vista a plena integração dos colaboradores, oferecendo instrumentos facilitadores ao desempenho

- Esta é uma ferramenta que auxilia o colaborador a clarificar para si mesmo e para a organização, quais as competências que possui e quais deverão desenvolver ou incrementar, por forma a estar alinhado com as competências da própria estrutura organizacional, bem como com os valores, missão e cultura do Grupo.

—5.4. Sistemas de Remuneração e Incentivos

- O Grupo Orey procura promover uma filosofia de remuneração e benefícios que proporcione um equilíbrio entre as necessidades dos seus colaboradores e

os interesses da organização. Pretende-se, desta forma, ter um sistema de remuneração justo, adequado e competitivo, que promova comportamentos e desempenhos de excelência e que, por outro lado, permita atrair e reter talentos, necessários para o alcance do sucesso.

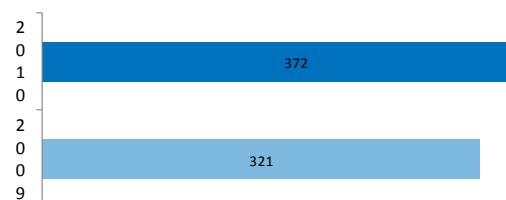
O Capital Humano do Grupo Orey constitui um dos factores diferenciadores e de sucesso da Organização.

A 31 de Dezembro de 2010 o número de colaboradores do grupo por área de negócio era o seguinte:

| SCOA | OSO | Orey Shipping | Orey Technical | Orey International | Orey Financial | TOTAL |
|------|-----|---------------|----------------|--------------------|----------------|-------|
| 2 | 38 | 79 | 70 | 111 | 72 | 372 |

- Em Dezembro de 2010, o número de colaboradores do Grupo era de 372.

Face a Dezembro de 2009, verifica-se um aumento (de 321 para 372).



8. ÁREAS DE NEGÓCIO

ÁREA FINANCEIRA

Orey Financial

A Orey Financial presta serviços de Corretagem Online, Consultoria de Investimento e Gestão Discricionária, Gestão de Fundos de Investimento Mobiliários e Imobiliários e Gestão de Fundos de *Private Equity*.

A 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o total dos activos sob gestão e das comissões líquidas era o seguinte:

| Total | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|--------------------|---------|---------|----------|
| Activos sob Gestão | 201.633 | 145.022 | 39,0% |
| Comissões Líquidas | 5.715 | 2.782 | 105,4% |

(Milhares de Euros)

| Activos sob Gestão | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|---------------------------------------------|----------------|----------------|--------------|
| Corretagem Online | 38.559 | 36.632 | 5,3% |
| Consultoria de Inv. E Gestão Discricionária | 69.920 | 65.319 | 7,0% |
| Fundos de Investimento Mobiliário | 20.450 | 16.825 | 21,5% |
| Fundos de Investimento Imobiliário | 29.504 | 26.246 | 12,4% |
| Private Equity | 43.201 | | 0,0% |
| Total Gerido | 201.633 | 145.022 | 39,0% |

(Milhares de Euros)

Corretagem Online

A corretagem *online* continuou a sua base de operações em Portugal e em Espanha,

através da sucursal da Orey Financial, IFIC.

| Online PT | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|----------------------------------|------------|------------|----------|
| AUM | 32.887 | 33.974 | -3,2% |
| Volume de transacções (CFD e FX) | 28.639.987 | 20.214.498 | 41,7% |
| Comissões Líquidas | 3.056 | 1.504 | 103,1% |

(Milhares de Euros)

| | | | |
|--------------------|-------|-----|-------|
| Número de clientes | 1.324 | 804 | 64,7% |
|--------------------|-------|-----|-------|

8. ÁREAS DE NEGÓCIO

Em Portugal 2010 foi, a exemplo do ano anterior, um ano de forte crescimento no negócio *online*, tanto no número de novos clientes como em volume de transacções. A continuada aposta e o reconhecimento da marca *Orey iTrade*, através do marketing *online* - com presença nos mais importantes sites financeiros e através da divulgação da plataforma nas redes sociais - e do esforço de formação de clientes, em uma iniciativa que conta com a participação de formadores externos especializados.

Exemplos do acima referido foram a reformulação do site www.oreyitrade.com e

o lançamento do Blogue *iTrade*. Outras actividades paralelas foram sendo desenvolvidas ao longo do ano, das quais destacamos a forte presença na Feira Infovalor, bem como o patrocínio do “team around the world”, que na sua volta ao Mundo promove acções de solidariedade patrocinadas pela *Orey Financial*.

| Online SP | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|----------------------------------|------------|------------|---------------|
| AUM | 5.672 | 2.659 | 113,4% |
| Volume de transacções (CFD e FX) | 10.637.979 | 2.587.778 | 311,1% |
| Comissões Liquídas | 679 | 215 | 215,8% |
| (Milhares de Euros) | | | |
| Número de clientes | 413 | 182 | 126,9% |

Em Espanha, 2010 foi o segundo ano de actividade, tendo-se caracterizado, em termos relativos, pelo aumento exponencial dos principais indicadores de performance. Em termos absolutos, o mercado espanhol apresenta ainda uma conjugação de factores que estão a travar um desenvolvimento ainda mais rápido do negócio de corretagem, nomeadamente: a

nuvem de incerteza em relação às consequências da crise imobiliária, a forte tendência de concentração de investimentos pelos clientes, num número reduzido de activos castelhanos e ainda, a precoce existência dos CFDs (*Contract for Difference*) no mercado financeiro espanhol.

8. ÁREAS DE NEGÓCIO

Consultadoria de Investimento e Gestão Discricionária

| Consultadoria de Investimento e Gestão Discricionária | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|-------------------------------------------------------|--------|--------|----------|
| Activos sob Gestão | 69.920 | 65.319 | 7,0% |
| Comissões Líquidas | 789 | 445 | 77,3% |
| Nº de Clientes | 169 | 116 | 45,7% |

(Milhares de Euros)

2010 foi um ano importante em termos de mudanças organizacionais e de criação de valor nas relações com os clientes. A aposta na segmentação da base de clientes e uma orientação da comunicação para o exterior adequada às diferentes necessidades e perfis foi um factor diferenciador e um catalisador importante para o forte crescimento registado. O lançamento do site www.oseuperfilfinanceiro.com, ferramenta online que permite aos clientes avaliarem o seu perfil financeiro, é deveras revelador do compromisso da Orey Financial com as regras de “kwow your client” e posterior adequação e segmentação, em função das necessidades e expectativas dos mesmos.

Resultado da estratégia implementada, estas áreas de negócio conseguiram apresentar, em 2010, um crescimento médio de Activos sob Gestão de 7%.

A área de gestão discricionária é responsável pelo planeamento e implementação das estratégias de investimento, de acordo com as características de risco de cada cliente. De uma forma global, existem cinco tipos de estratégias de investimento, as quais obtiveram as seguintes rentabilidades

durante 2010:

- Estratégia Conservadora: 2,91%
- Estratégia de Rendimento: 5,51%
- Estratégia Equilibrada: 7,95%
- Estratégia de Crescimento: 10,25%
- Estratégia Agressiva: 14,63%

8. ÁREAS DE NEGÓCIO

Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário

| Fundos de Investimento Mobiliário | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|-----------------------------------|--------|--------|---------------------|
| Hedge Funds | 20.443 | 16.799 | 21,7% |
| Fundos Harmonizados | 6 | 26 | -75,5% |
| | | | (Milhares de Euros) |
| | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
| Comissões Liquídas | 535 | 259 | 106,5% |
| | | | (Milhares de Euros) |

A área de gestão de fundos mobiliários é responsável pela gestão do fundo *Orey Opportunity Fund* (OOF), um *Hedge Fund* não harmonizado com sede nas ilhas Caimão. O fundo utiliza uma abordagem *non-standard* ao conceito de multi-manager, investindo em activos diversificados, criando estratégias que possam beneficiar dos diferentes enquadramentos macroeconómicos.

O fundo, desde a sua existência, não só tem batido consistentemente o seu *benchmark* (*HFRX Global Hedge Fund Index*), tendo sido 2010 o 11º ano em 12 anos de actividade em que tal facto aconteceu, como também apenas apresentou um ano negativo (2008). Em 2010, o *Orey Opportunity Fund* apresentou uma rentabilidade de 12,3%.

Gestão de Fundos de Investimento Imobiliário

| Real Estate Funds | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|--------------------|--------|--------|---------------------|
| AUM | 29.504 | 26.246 | 12,4% |
| Comissões Liquídas | 125 | 118 | 5,5% |
| | | | (Milhares de Euros) |
| | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
| Nº de Fundos | 5 | 5 | 0,0% |

O ano de 2010 foi um ano difícil para o mercado de Fundos Imobiliários. Em Abril, com a aprovação tardia do Orçamento de Estado de 2010, foi revogada a isenção parcial de IMT e de IMI de que os fundos fechados beneficiavam, o que representa

uma dificuldade acrescida na constituição de novos fundos.

8. ÁREAS DE NEGÓCIO

Associado ao fraco desempenho do mercado imobiliário em Portugal, estas medidas tiveram influência sobre o mercado de Fundos Imobiliários, com uma redução efectiva de 2,5% dos capitais totais investidos em Fundos Imobiliários, num total de 11,5 mil milhões de Euros aplicado neste mercado. O número total de fundos em actividade no final de 2010 aumentou para 259 fundos, uma variação de apenas 3% (mais 8 fundos), quando no final de 2009 essa variação havia sido de 8,7% (mais 20 fundos).

Quanto aos fundos geridos pela Orey Gestão de Activos, SGFIM, SA, no final de 2010 mantém-se cinco fundos em actividade, embora dois fundos estejam em fase de liquidação, o fundo REF – Real Estate Fund – FIIF e o fundo CLAVIS – FEIIF. O valor total de activos sob gestão no final de 2010 era de 29,5 milhões de Euros, o que representa um aumento de 12,4% relativamente ao final de 2009.

Private Equity

| Private Equity | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|---------------------------|---------------|--------|--------------|
| AUM Comissões Líquidas | 43.201 530 | 0 0 | 0,0% 0,0% |
| (Milhares de Euros) | | | |

No seguimento da implementação do plano estratégico 2009 – 2012 foram constituídas pela Orey Financial as sociedades de direito luxemburguês Orey Capital Partners I SCA SICAR (sociedade de capital de risco) e Orey Capital Partners GP Sàrl (sociedade gestora da sociedade de capital de risco) com o objectivo de gerir através de veículos de capital de risco as participações das áreas de negócio tradicionais do grupo Orey.

O Orey Capital Partners GP Sàrl assinou com a Sociedade Comercial Orey Antunes um mandato para a gestão das participações relativas às áreas de shipping e de representações técnicas. Este mandato vigorará até ao momento em que

todas estas participações sejam transferidas para a sociedade de capital de risco Orey Capital Partners I SCA SICAR.

O objectivo desde mandato é o de gerir, desde o primeiro momento, estas participações das entidades que gerem capital de risco, utilizando as melhores práticas da indústria e seguindo a implementação dos leveraged *buy-outs* previamente à entrada dos activos para o *portfolio* do fundo.

A 31 de Dezembro de 2010 o valor do conjunto de activos financeiros sob o mandato de gestão correspondem a 43,2 milhões de Euros.

8. ÁREAS DE NEGÓCIO

OREY FINANCIAL BRASIL

A Orey Financial Brasil presta serviços de Gestão de Carteiras, Gestão de Fundos de Investimento, *Corporate Finance* e *Family Office*.

A 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o total dos activos sob gestão dos fundos de investimento e das comissões líquidas era o seguinte:

| Activos sob Gestão | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|-----------------------------------------|---------------|---------------|--------------|
| Gestão de Carteiras | 160,06 | 115,09 | 39,1% |
| Gestão de Fundos de Investimento | 26,03 | 50,41 | -48,4% |
| Total Gerido | 186,09 | 165,50 | 12,4% |

| Comissões Líquidas* | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|---------------------|-------------|-------------|--------------|
| Brasil | 1,84 | 1,86 | -1,1% |

* Inclui comissões que não estão relacionadas com os activos sob gestão

(Milhões de Euros)

Gestão de carteiras

Neste segmento de negócio e comparativamente com 2009, há a realçar

um aumento do volume de activos sob gestão, como se ilustra de seguida:

| Gestão de Carteiras | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|---------------------------|--------|--------|----------|
| Activos sob Gestão | 160,06 | 115,09 | 39,1% |
| Número de clientes | 285 | 264 | 8,0% |

(Milhões de Euros)

A actividade de gestão de carteiras de investimento da Orey Financial Brasil apresentou uma variação percentual positiva de 39,1% em Euros, comparando-se o primeiro semestre de 2009 e 2010. Este crescimento foi motivado pela recuperação dos valores dos activos no mercado local e, fundamentalmente, através da entrada de novos recursos ao longo do primeiro semestre de 2010.

Em relação ao número de clientes houve uma recomposição da base em relação ao período pré-crise de 2008. Atingiram-se os 285 clientes, o que corresponde a um incremento de 21 clientes no período em observação.

8. ÁREAS DE NEGÓCIO

Gestão de Fundos de Investimento

Ao nível dos fundos de investimento geridos pela Orey Financial Brasil, a 31 de Dezembro de 2010, os dados relativamente

aos valores patrimoniais geridos eram os seguintes:

| Gestão de Fundos de Investimento | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|----------------------------------|--------|--------|----------|
| Total Gerido | 26,03 | 50,41 | -48,4% |
| (Milhões de Euros) | | | |

| Gestão de Fundos de Investimento | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|---------------------------------------------------------|--------|--------|----------|
| OREY MULTIGESTOR FIC DE FI MULTIMERCADO | 11,15 | 12,33 | -9,6% |
| OREY RENDA FIXA - FIRF | 5,14 | 3,71 | 38,5% |
| OREY CRÉDITO FIC DE FIM CRÉDITO PRIVADO | 2,98 | 3,07 | -2,9% |
| OREY PREVIDÊNCIA PGBL - FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO | 1,58 | 1,88 | -16,0% |
| OREY AÇÕES BRASIL FI EM AÇÕES | 0,62 | 1,09 | -43,1% |
| OREY PREVIDÊNCIA VGBL - FI MULTIMERCADO- PREVIDENCIÁRIO | 0,57 | | 0,0% |
| OREY OBRIGAÇÕES BRASIL FIC DE FIM - CRED PRIVADO - IQ | 0,15 | 28,33 | -99,5% |
| FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES OREY I | 3,84 | | 0,0% |
| Total Gerido | 26,03 | 50,41 | -48,4% |
| (Milhões de Euros) | | | |

O mercado local em 2010 foi marcado pelas incertezas económicas decorrentes da fragilidade fiscal de alguns países que integram a Zona Euro, pela expectativa acerca das novas regras prudenciais para os Bancos e o seu impacto, nomeadamente sobre as Instituições Financeiras Europeias e pela incógnita sobre a continuidade da incipiente recuperação económica dos Estados Unidos.

Estas situações nos mercados externos, aliadas à redefinição da política monetária do Banco Central do Brasil, em relação à provável redução do ritmo económico do país, e ao início do processo eleitoral presidencial, contribuíram para um semestre de indefinições e ausência de claras tendências nos mercados locais. O conservadorismo ditou o rumo das decisões dos investidores, tanto locais, como

estrangeiros, em relação ao mercado brasileiro.

A performance do principal índice do mercado bolsista local, o Ibovespa, variou bastante durante 2010 mas acabou o ano em alta de 1,04%. A queda do índice foi intensificada no segundo trimestre, influenciada pelas acções de empresas *blue chips*, como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, e o comportamento dos mercados internacionais. No entanto, este facto não caracteriza uma tendência negativa, pois as empresas locais continuam com boas perspectivas no médio e longo prazo, sobretudo nos sectores ligados às infra-estruturas o que levou a um aumento do índice principalmente no segundo semestre de 2010.

8. ÁREAS DE NEGÓCIO

No que respeita ao mercado local de juros, recentemente os níveis de consumo abrandaram, o que coloca em risco a trajectória de alta da taxa de juros básica (Selic) programada pelo Banco Central do Brasil para o ano de 2010, com o claro objectivo de manter a inflação dentro das metas estabelecidas. Os actuais 10,75% passariam, de acordo com expectativas de mercado, para valores próximos de 12,50% no final de 2010. Contudo, face a esta redução do consumo, é consensual que esta tendência não se irá materializar e o mercado aguarda apenas mais um aumento da Selic para valores próximos dos 11,50%.

Em relação às principais moedas, como o Dólar Norte-Americano (USD) e o Euro (EUR), o Real (BRL) apresentou variações de 3,46% e 12,09%, respectivamente, durante 2010. Esta situação foi reflexo da turbulência económica na Zona Euro que depreciou a moeda única europeia face a outras moedas, incluindo o Real.

Em relação aos fundos de investimento geridos pela Orey Financial Brasil observou-se uma redução de 48,4% em Euros. Esta redução é justificada pela conclusão do produto Orey7 que era o investidor único do fundo Orey Obrigacões do Brasil.

8. ÁREAS DE NEGÓCIO

ÁREA NÃO FINANCEIRA

PRIVATE EQUITY

Transportes & Logística

No sector da navegação, a Orey está presente em Portugal, Espanha e Angola, investindo em diferentes tipos de serviços:

Linhos Regulares, Trânsitos Marítimos e Aéreos, Agenciamento de Navios e Logística.

I. Horizon View

A Horizon View actua em Portugal e presta serviços de agenciamento, linhas regulares, serviços de trânsitos marítimos, aéreos e de logística e de produtos industriais de fluxo continuado.

A 31 de Dezembro de 2010, o volume de vendas destas áreas de negócio totalizava 37,9 milhões de Euros, o que representa um aumento de 46,6% relativamente ao mesmo período do ano anterior

| Vendas | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|-------------------------|---------------|---------------|--------------|
| Linhos Regulares | 2.216 | 778 | 184,6% |
| Trânsitos | 20.174 | 11.009 | 83,3% |
| Agenciamento | 14.640 | 13.278 | 10,3% |
| Logística | 701 | 772 | -9,2% |
| Outros | 139 | | 0,0% |
| Total | 37.870 | 25.838 | 46,6% |

(Milhares de Euros)

A margem bruta totalizou 5,47 milhões de Euros, o que representa um aumento de 21,2% em relação a 31 de Dezembro de

2010. O seu detalhe por área de actuação é o seguinte:

| Margem Bruta | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|-------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Linhos Regulares | 457 | 243 | 88,2% |
| Trânsitos | 2.067 | 1.503 | 37,5% |
| Agenciamento | 2.477 | 2.423 | 2,2% |
| Logística | 339 | 344 | -1,4% |
| Outros | 131 | | 0,0% |
| Total | 5.471 | 4.513 | 21,2% |

(Milhares de Euros)

8. ÁREAS DE NEGÓCIO

Trânsitos

Os principais dados neste segmento de actividade são:

| Trânsitos | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|--------------------|--------|--------|----------|
| Marítimos | | | |
| Vendas | 19.532 | 10.534 | 85,4% |
| Margem Bruta | 1.752 | 1.245 | 40,7% |
| Aéreos | | | |
| Vendas | 642 | 475 | 35,1% |
| Margem Bruta | 315 | 258 | 22,0% |
| Vendas Totais | 20.174 | 11.009 | 83,3% |
| Margem Bruta Total | 2.067 | 1.503 | 37,5% |

(Milhares de Euros)

Em 2010, a área de negócio dos Trânsitos aumentou a margem bruta em 37,5%, comparativamente ao mesmo período de 2009.

Nos trânsitos marítimos, as vendas a Dezembro de 2010 tiveram um aumento de 85,4% relativamente a Dezembro de 2009, atingindo um montante 19,53 milhões de Euros. A margem bruta atingiu um montante de 1,75 milhões de Euros, significando um aumento de 40,7% face ao período homólogo de 2009.

Durante o ano de 2010 tem sido conseguido um aumento bastante significativo no volume da carga contentorizada. Esta evolução positiva

reflecte a conquista de novos tráfegos e também o esforço comercial da diversificação da carteira de clientes, que já começa a evidenciar-se.

Nos trânsitos aéreos conseguiu-se, em 2010, uma evolução positiva na actividade, que se reflectiu quer nas vendas quer na margem.

Neste segmento, as vendas atingiram 642 milhares de Euros, tendo-se registado um aumento de 35,1%, comparativamente com o período homólogo de 2009. Em termos de margem bruta este segmento atingiu 315 milhares de Euros, o que representa um aumento de 22,0%.

Agenciamento

Em 31 de Dezembro de 2010, o número de navios agenciados e a margem bruta

tiveram a seguinte evolução, relativamente a 31 de Dezembro de 2010:

| Agenciamento | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|---------------|--------|--------|----------|
| Vendas | | | |
| Vendas | 14.640 | 13.278 | 10,3% |
| Margem Bruta | 2.477 | 2.423 | 2,2% |

(Milhares de Euros)

A actividade de agenciamento cresceu

10,3% ao nível das prestações de serviço.

8. ÁREAS DE NEGÓCIO

Logística

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe das vendas e margem bruta da

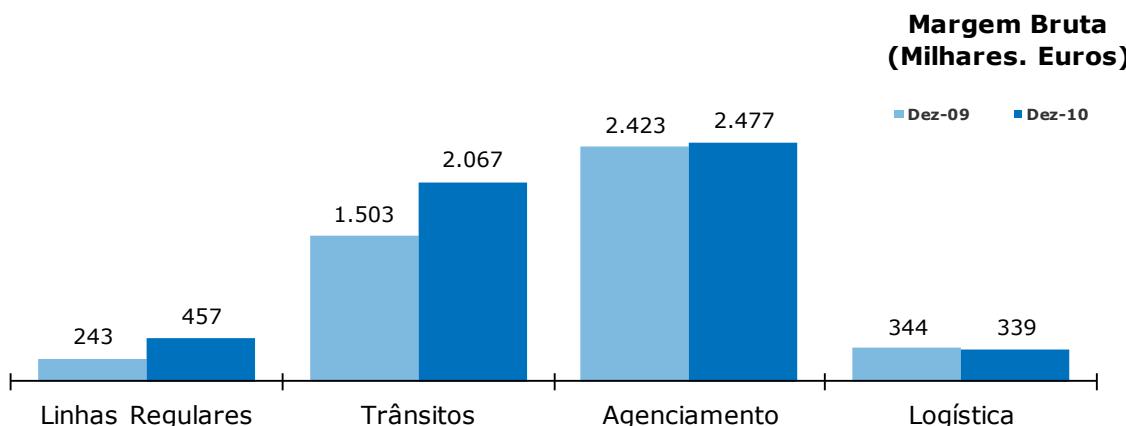
Logística foi o seguinte:

| Logística | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|--------------|--------|--------|----------|
| Vendas | 701 | 772 | -9,2% |
| Margem Bruta | 339 | 344 | -1,4% |

(Milhares de Euros)

No segmento da Logística as vendas e a margem bruta evidenciam uma ligeira quebra, de 9,2% e de 1,4% respectivamente.

Ao nível da margem bruta há a destacar o desempenho das áreas de trânsitos e linhas regulares.



Linhas Regulares

A evolução dos principais dados de negócio neste segmento de actuação foi a seguinte,

comparativamente a 31 de Dezembro de 2009:

| Linhas Regulares | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|------------------|--------|--------|----------|
| Vendas | 2.216 | 778 | 184,6% |
| Margem Bruta | 457 | 243 | 88,2% |

(Milhares de Euros)

No segmento das linhas regulares as vendas e margem bruta aumentaram

184,6% e 88,2% relativamente ao mesmo período do ano anterior.

8. ÁREAS DE NEGÓCIO

II. Angola

Em Angola, o Grupo Orey está presente nos segmentos dos Trânsitos, Agenciamento de Navios e Transportes e Distribuição.

Em 2010 foram agenciados 198 navios face a 150 no mesmo período de 2009.

O número de viaturas movimentadas decresceu 7,9% face ao mesmo período de 2009.

A evolução das vendas e margem bruta foi a seguinte, comparativamente a 31 de Dezembro de 2009:

| Angola | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|--------------------------|--------|--------|----------|
| Vendas | 26.469 | 19.594 | 35,1% |
| Margem Bruta | 7.715 | 6.348 | 21,5% |
| Dos quais: | | | |
| Trânsitos | 2.932 | 1.315 | 122,9% |
| Agenciamento | 575 | 2.251 | -74,4% |
| Logística | 3.744 | 2.507 | 49,3% |
| (Milhares de Euros) | | | . |
| Carga rolante (Viaturas) | 28.702 | 31.174 | -7,9% |
| Navios Agenciados | 198 | 150 | 32,0% |
| (Milhares de Euros) | | | |

O volume de vendas atingiu um valor 26,47 milhões de Euros em Dezembro de 2010, o que significa um aumento de 35,1% em

relação ao mesmo período de 2009, enquanto a margem bruta cresceu 21,5% face ao período homólogo.

III. Espanha

O Grupo Orey está presente em Espanha através das sociedades Orey Shipping S.L. que opera na área de trânsitos e de consignação e da Agemasa – Agencia Marítima de Consignaciones, S.A., que opera na área das Operações Portuárias e que detém duas concessões (Reina Victoria e Príncipe das Astúrias até 2030) no Porto de Bilbau para a exploração de um

Terminal de carga geral. Depois da alienação de 50% do capital da Agemasa, à Maritima del Mediterrâneo S.A. (MARMEDSA), esta actividade passou a ser contabilizada pelo método proporcional, a partir de 1 de Janeiro de 2008.

8. ÁREAS DE NEGÓCIO

Desta forma, a informação apresentada corresponde à totalidade da actividade desenvolvida pela Agemasa em 2010, sendo que, desta, o grupo Orey apropria apenas 50%.

Em 31 de Dezembro de 2010, os principais os valores da actividade total desenvolvida em Espanha são os seguintes:

| Espanha | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|---------|--------|--------|----------|
| Vendas | 10.982 | 6.809 | 61,3% |

(Milhares de Euros)

Os dados relativos a **Operações Portuárias** são os apresentados abaixo:

| Operações Portuárias | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|----------------------|---------|---------|----------|
| Vendas | 9.286 | 5.446 | 70,5% |
| EBITDA | -172 | -1.396 | 87,7% |
| Carga Geral (Tons.) | 633.888 | 344.486 | 84,0% |

(Milhares de Euros)

No ano de 2009 o Porto de Bilbau sofreu uma forte quebra na carga convencional não contentorizada. Todas as Empresas do Porto foram afectadas, sendo-o a Agemasa particularmente visto os seus clientes terem tido uma redução de actividade superior à da concorrência.

Durante o ano de 2010 a carga movimentada aumentou consideravelmente devido ao crescimento da economia regional e à forte actividade comercial desenvolvida pela empresa, o que trouxe os seus frutos.

8. ÁREAS DE NEGÓCIO

NAVAL E SEGURANÇA

No sector naval e segurança, o Grupo Orey está presente em diferentes áreas, tais como equipamentos navais e segurança no mar e combate a incêndios.

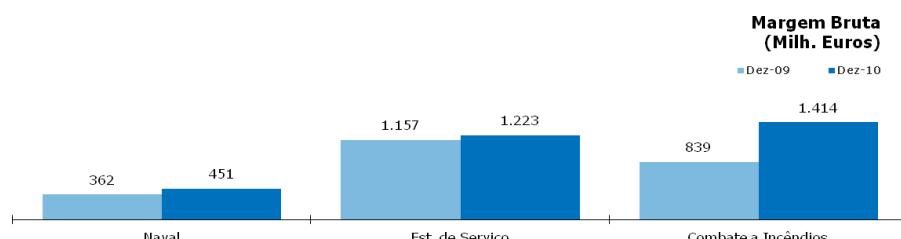
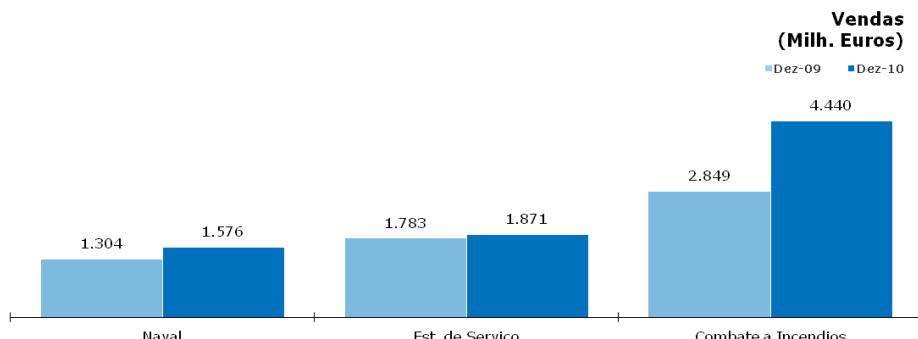
A evolução dos principais dados neste segmento de negócio foi a seguinte, comparativamente com 2009:

| Técnicas Navais | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|---------------------|--------|--------|----------|
| Vendas | 7.887 | 5.936 | 32,9% |
| Margem Bruta | 3.088 | 2.358 | 31,0% |
| (Margem Bruta em %) | 39,1% | 36,9% | 6,2% |

(Milhares de Euros)

As vendas registaram um aumento de 32,9% face ao período homólogo de 2009 e a margem bruta registou um aumento 31,0% para o mesmo período comparativo. Destaca-se também em 2010 a aquisição da Secur e Segurvooga, duas empresas que desenvolvem a sua actividade no sector da comercialização de

equipamentos de segurança, com especial incidência nos equipamentos de emergência médica e de equipamentos de protecção pessoal. A repartição por segmento de negócio é a seguinte:



8. ÁREAS DE NEGÓCIO

I. Naval

A evolução dos principais dados neste segmento de negócio foi a seguinte,

| Naval | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|---------------------|--------|--------|----------|
| Vendas | 1.576 | 1.304 | 20,9% |
| Margem Bruta | 451 | 362 | 24,5% |
| (Margem Bruta em %) | 28,6% | 27,2% | 5,0% |

(Milhares de Euros)

As vendas registaram um aumento de 20,9% face ao período homólogo de 2009 e a margem bruta registou um aumento de 24,5% para o mesmo período comparativo. Este incremento deve-se em parte à

incorporação das actividades provenientes da Azimute (empresa já descontinuada e fora do perímetro de consolidação) que foram objecto de trespasso para a Contrafogo.

II. Estações de Serviço

No segmento das estações de serviço, a evolução do volume de vendas e da

margem bruta realizadas pelas empresas do Grupo Orey foi a seguinte:

| Estações de Serviço | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|-------------------------|--------|--------|----------|
| Vendas | 1.871 | 1.783 | 5,0% |
| Margem Bruta | 1.223 | 1.157 | 5,7% |
| (Margem Bruta em %) | 65% | 65% | 0,7% |
| Jangadas Inspeccionadas | 2.497 | 2.402 | 4,0% |

(Milhares de Euros)

As participadas Orey Técnica Serviços Navais, e Contrafogo inspeccionaram, até ao final do de 2010, 2497 jangadas, distribuídas pelo Algarve, Lisboa, Leixões, Setúbal e Açores, o que significa um

aumento de 4,0% face ao igual período de 2009. Nesta área de negócio existiu um fenómeno similar ao registado na área Naval por via do trespasso da Azimute.

8. ÁREAS DE NEGÓCIO

III. Combate a Incêndios

A partir do ano de 2009 as representações técnicas passaram a incluir também a área de Combate a Incêndios, através da aquisição da participada Contrafogo. A 31

de Dezembro de 2010 o detalhe das vendas e da margem bruta desta actividade é o seguinte:

| Combate a Incêndios | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|---------------------|--------|--------|----------|
| Vendas | 4.440 | 2.849 | 55,8% |
| Margem Bruta | 1.414 | 839 | 68,6% |
| (Margem Bruta em %) | 31,9% | 29,5% | 8,0% |

(Milhares de Euros)

O aumento verificado no segmento de combate a incêndios foi de 55,8%, situação para a qual contribuiu a referida aquisição da Secur e Segurvouga. O aumento

verificado na margem bruta foi de 68,6%.

8. ÁREAS DE NEGÓCIO

INDUSTRIAL

No sector das técnicas industriais, o Grupo Orey está presente nas áreas da

petroquímica, monitorização e controlo e águas e saneamento.

| Técnicas Industriais | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|----------------------------|--------|--------|----------|
| Vendas | 3.678 | 3.304 | 11,3% |
| Margem Bruta | 1.145 | 1.049 | 9,1% |
| (Margem Bruta em %) | 31,1% | 34,5% | -9,8% |

(Milhares de Euros)

I. Petroquímica

Neste segmento os dados referentes às vendas realizadas e margem bruta são os

seguintes:

| Petroquímica | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|----------------------------|--------|--------|----------|
| Vendas | 3.177 | 2.576 | 23,4% |
| Margem Bruta | 1.002 | 887 | 13,0% |
| (Margem Bruta em %) | 31,5% | 34,4% | -8,4% |

(Milhares de Euros)

O volume de vendas aumentou cerca de 23,4% e a margem bruta cerca de 13,0%

em comparação com o mesmo período de 2009.

II. Águas e Saneamento e Monitorização e Controlo

No segmento das Águas e Saneamento e Monitorização e Controlo a evolução das

vendas e margem bruta foi a seguinte:

| Águas e Saneamento e Monitorização e Controlo | Dez-10 | Dez-09 | 10 vs 09 |
|-----------------------------------------------|--------|--------|----------|
| Vendas | 501 | 728 | -31,3% |
| Margem Bruta | 143 | 162 | -11,9% |
| (Margem Bruta em %) | 28,5% | 22,2% | 28,2% |

(Milhares de Euros)

O volume de vendas diminuiu 31,3% e a margem bruta diminuiu cerca de 11,9%, em

comparação com o mesmo período de 2009.

9. OBJECTIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DE RISCOS

- Atendendo à dimensão actual e recursos existentes, neste momento a sociedade não possui a função de Gestão de Riscos independente. Esta função está assegurada em última instância pela Comissão Executiva, com o contributo das restantes áreas, essencialmente do Planeamento e Controlo de Gestão. Tendo em conta o reduzido número de colaboradores, as áreas de Planeamento e Controlo de Gestão são corporativas, prestando serviços a todas as empresas do grupo.
- O risco de estratégia é considerado como sendo o principal risco a que esta entidade está sujeita. Relativamente ao risco de estratégia, a Comissão Executiva recorre frequentemente a entidades externas – Consultores, com o objectivo de traçarem um plano estratégico, ou avaliação de um já existente, e que em conjunto com a Comissão Executiva, efectuam a respectiva avaliação face aos cenários considerados. Também o comité de investimentos, realizado periodicamente, ajuda na análise das diversas nuances que possam surgir no desenrolar da actividade, que poderão ou não implicar, em último caso, na alteração de objectivos previamente estabelecidos.
- O risco reputacional é também um risco relevante a que esta entidade está sujeita, transversal a todo o Grupo Orey. Este baseia-se na forma de como os clientes, parceiros e accionistas/investidores vêm a organização. A sua avaliação fundamenta-se na identidade da organização, sua visão e estratégia, assim como a sua actuação ao longo do tempo e responsabilidade social. O risco reputacional é, portanto, a perda potencial da reputação, através de publicidade negativa, perda de rendimento, litígios, declínio na base de clientes ou saída de colaboradores relevantes.
- O risco operacional é também considerado como um dos principais a que o Grupo Orey se encontra sujeito, sendo definido como a potencial ocorrência de falhas relacionadas a pessoas, a especificações contratuais e documentações, à tecnologia, à infra-estrutura e desastres, a projectos, a influências externas e relações com clientes. A estrutura organizacional comprehende papéis e responsabilidades, identifica linhas hierárquicas, assegura a comunicação apropriada e oferece ferramentas e sistemas que permitem a adequada gestão do Risco Operacional, tendo sempre por base a dimensão da empresa e as respectivas necessidades.
- Mais, a Sociedade, com a definição da nova área de Planeamento e Controlo de Gestão, tem como objectivo primordial a redução do impacto destes riscos, e consequentemente das respectivas implicações no negócio.
- Caso haja necessidade de intervenção imediata em alguma situação/área, revelando-se a existência de riscos materialmente significativos para a Sociedade, a Comissão Executiva admite recorrer a uma consultoria externa para o efeito.

10. EVENTOS MAIS SIGNIFICATIVOS NO ANO (INCLUINDO POSTERIORES)

- 06 | 01** A 6 de Janeiro a Orey informou sobre alterações na composição dos seus orgãos sociais.
- 19 | 02** A 19 de Fevereiro a Orey informou sobre aquisição de acções próprias
- 29 | 04** A 29 de Abril a Orey convocou os accionistas para se reunirem em Assembleia Geral a realizar-se no dia 31 de Maio de 2010.
- 30 | 04** A 30 de Abril a Orey informou sobre os resultados consolidados do exercício de 2009.
- 31 | 05** A 31 de Maio a Orey informou sobre os resultados consolidados do 1º trimestre de 2010.
- 31 | 05** A 31 de Maio a Orey informou sobre as deliberações da Assembleia Geral, nomeadamente a prestação de contas e o Relatório das Sociedades de 2009.
- 01 | 06** A 1 de Junho a Orey informou sobre alterações na composição dos seus órgãos sociais.
- 24 | 06** A 24 de Junho a Orey informou sobre notação de risco relativa a emissão obrigacionista.
- 28 | 06** A 28 de Junho a Orey informou sobre emissão de empréstimo obrigacionista.
- 02 | 07** A 2 de Julho a Orey informou sobre proposta de deliberações da Assembleia Geral de 23 de Julho de 2010.
- 02 | 07** A 2 de Julho a Orey informou sobre convocatória para a Assembleia Geral de Accionistas a realizar dia 23 de Julho de 2010.
- 08 | 07** A 8 de Julho a Orey anunciou oferta pública de venda de um máximo de 1.247.224 acções, sujeita ainda a deliberação da Assembleia Geral.
- 14 | 07** A 14 de Julho a Orey informou sobre redução de capital no montante de €750.000 sujeita ainda a deliberação na Assembleia Geral.
- 22 | 07** A 22 de Julho a Orey informou sobre aquisição da Secur e Segurvouga.
- 23 | 07** A 23 de Julho a Orey informou sobre as deliberações da Asembleia Geral realizada a 23 de Julho de 2010, incluindo alterações dos estatutos.
- 23 | 07** A 23 de Julho a Orey informou sobre a distribuição de bens da Sociedade e pagamento aos accionistas referente à redução de capital.
- 26 | 07** A 26 de Julho a Orey informou sobre os resultados da Oferta Pública de Venda reservada a Accionistas.
- 29 | 07** A 29 de Julho a Orey informou sobre os resultados consolidados do primeiro trimestre.
- 02 | 08** A 2 de Agosto a Orey informou sobre venda e saldo de acções próprias.
- 24 | 08** A 24 de Agosto a Orey informou sobre a alteração do acordo com o Grupo Domus.
- 11 | 11** A 11 de Novembro a Orey informou sobre os resultados consolidados do 3º trimestre de 2010.
- 22 | 12** A 22 de Dezembro a Orey, informa sobre renuncia de um membro do conselho fiscal.

11. ACÇÕES PRÓPRIAS

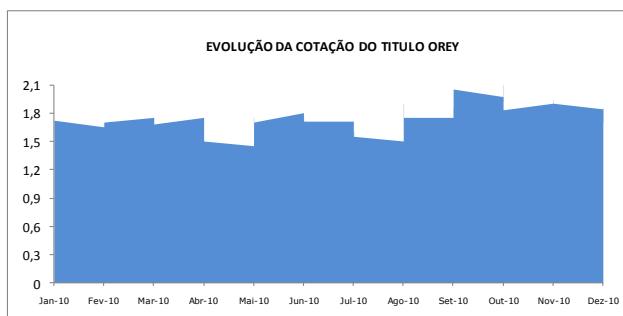
- Ao abrigo do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Sociedade adquiriu, fora de bolsa, durante o exercício 158.707 acções a um preço médio de 1,70 Euros, com o detalhe que segue em baixo.
- Como estava previsto efectuar uma oferta publica de venda reservada aos accionistas, em substituição do pagamento de dividendos e devido ao preço reduzido a que as mesmas se transacionavam no mercado a sociedade decidiu adquirir essas acções.
- Em 31 de Julho aconteceu a oferta publica de venda, em que a sociedade vendeu a um preço médio de 2,61€, a quantidade de 1.190.453 acções próprias.
- Assim a 31 de Dezembro de 2010, a Sociedade detém directa e indirectamente 67.690 acções, as quais correspondem às acções remanescentes da operação pública de venda supra mencionada.

| Ações Próprias | Quantidade | Custo médio | Valor Total |
|-------------------------------------|------------|-------------|-------------|
| Detidas a 31/12/09 por: | | | |
| -SCOA | 1.119.048 | 2,74 | 3.064.277 |
| Adquiridas a 18/02/10 por: | | | |
| -SCOA | 158.707 | 1,70 | 269.802 |
| Redução de Capital (Nota 11) | -19.612 | 2,61 | -51.174 |
| OPV 31/07/10 | -1.190.453 | 2,61 | -3.106.279 |
| Detidas a 31/12/10 por: | | | |
| -SCOA | 67.690 | 2,61 | 176.626 |

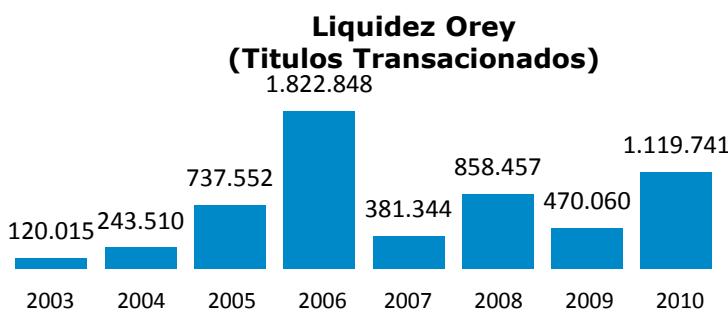
(Unidade Monetária - Euro)

12. EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO TÍTULO OREY

- O capital social da Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. durante o período encontrava-se representado por 13.000.000 acções ordinárias, escriturais e ao portador, com o valor nominal de 1 Euro cada, admitidas à cotação no Eurolist by Euronext Lisbon.
- A acção Orey a 31 de Dezembro apresentava o valor de 1,85 Euros.



- A evolução da liquidez desde o ano de 2003 até Dezembro de 2010 foi a seguinte:



- A Sociedade mantém em vigor um contrato de “liquidity provider” com o Caixa – Banco de Investimento, S.A. o qual entrou em vigor em 6 de Janeiro de 2005. Este contrato tem como objectivo proporcionar o aumento da liquidez do título cotado na Eurolist by Euronext Lisbon.

13. TRANSACÇÕES DE DIRIGENTES

- A 31 de Agosto foi comunicada a seguinte transacção de acções de Duarte Maia Albuquerque D'Orey:

| Nº Transacções | Tipo Transacção | Local | Quantidade | Preço | Data Transacção | Notas |
|----------------|-----------------|-----------------|------------|---------|-----------------|-------|
| 1 | Venda | Fóra Bolsa | 150.000 | 2,575 € | 15-09-2009 | 1) |
| 2 | OPV | Euronext Lisbon | 965.472 | 0,010 € | 29-07-2010 | 2) |
| 3 | RCEA | Euronext Lisbon | 567.925 | 2,000 € | 30-07-2010 | 3) |
| 4 | Venda | Euronext Lisbon | 150.000 | 1,690 € | 11-08-2010 | |
| 5 | Venda | Euronext Lisbon | 250.000 | 1,690 € | 11-08-2010 | |
| 6 | Compra | Euronext Lisbon | 5.654 | 1,750 € | 10-08-2010 | 4) |
| 7 | Compra | Euronext Lisbon | 361 | 1,750 € | 11-08-2010 | 4) |
| Total | | | 146.438 | | | |

Notas:

- 1) Informamos que por lapso não foi comunicado, embora conste no saldo das acções do relatório e contas
- 2) Oferta Pública de Venda (Reservada Aos Acionistas) realizada pela Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., em 29-07-2010
- 3) Redução do Capital Com Extinção de Acções realizada pela Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., em 30-07-2010

4) Compras em nome pessoal

- Assim, nesta data, o dirigente possuía à data: 9.658.283 acções, representativas de 74,2945 % do capital social da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., distribuídas da seguinte forma:

—Em nome da Orey Inversiones Financieras, S.L. Sociedade dominada e onde exerce funções de Presidente do Conselho de Administração: 4.529.118 Acções

—Em nome da Triangulo-Mor – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A. sociedade por si dominada e onde exerce funções de Presidente do Conselho de Administração: 5.123.150 Acções

—Em título pessoal: 6.015 Acções

—Total: 9.658.283 Acções.

- A 7 de Outubro foi comunicada a seguinte transacção de acções de Duarte Maia Albuquerque D'Orey:

| Nº Transacções | Tipo Transacção | Local | Quantidade | Preço | Data Transacção | Notas |
|----------------|-----------------|-----------------|------------|--------|-----------------|-------|
| 1 | Venda | Euronext Lisbon | 33.151 | 2,00 € | 28-09-2010 | 1) |
| 2 | Venda | Euronext Lisbon | 5.000 | 2,09 € | 29-09-2010 | 1) |
| 3 | Venda | Euronext Lisbon | 15.000 | 2,04 € | 29-09-2010 | 1) |
| 4 | Venda | Euronext Lisbon | 20.132 | 2,07 € | 30-09-2010 | 2) |
| 5 | Venda | Euronext Lisbon | 22.500 | 2,04 € | 01-10-2010 | 2) |
| 6 | Venda | Euronext Lisbon | 20.000 | 2,09 € | 06-10-2010 | 2) |
| 7 | Venda | Euronext Lisbon | 6.015 | 2,04 € | 01-10-2010 | 3) |
| Total | | | 121.798 | | | |

Notas:

1) Triângulo-Môr, Consultoria Económica e Financeira, SGPS, SA

2) Orey Inversiones Financieras, SL

3) Vendidas em nome pessoal

- Assim, após a transacção o dirigente possuía à data 9.741.455 acções, representativas de 74,93% do capital social da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., distribuídas da seguinte forma:

—Em nome da Orey Inversiones Financieras, S.L. Sociedade dominada e onde exerce funções de Presidente do Conselho de Administração: 4.466.486 Acções

—Em nome da Triangulo-Mor – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A. sociedade por si dominada e onde exerce funções de Presidente do Conselho de Administração: 5.070.000 Acções

—Em nome da Orey Gestão de Activos SGFIM,S.A., referente à carteira de clientes de gestão discricionária: 204.969 acções

—Total: 9.741.455 acções

- A 15 de Outubro foi comunicada a seguinte transacção de acções de Duarte Maia Albuquerque D'Orey:

| Nº Transacções | Tipo Transacção | Local | Quantidade | Preço | Data Transacção | Notas |
|----------------|-----------------|-----------------|------------|--------|-----------------|-------|
| 1 | Venda | Euronext Lisbon | 24.850 | 2,08 € | 07-10-2009 | 1) |
| 2 | Venda | Euronext Lisbon | 21.636 | 2,09 € | 08-10-2010 | 1) |
| 3 | Venda | Euronext Lisbon | 22.500 | 1,99 € | 11-10-2010 | 1) |
| 4 | Venda | Euronext Lisbon | 27.500 | 1,99 € | 12-10-2010 | 1) |
| 5 | Venda | Euronext Lisbon | 30.000 | 2,08€ | 13-10-2010 | 1) |
| 6 | Venda | Euronext Lisbon | 25.350 | 2,08 € | 14-10-2010 | 1) |
| ... | | | ***** | ***** | ***** | ***** |
| Total | | | 151.836 | | | |

Notas:

1) Orey Inversiones Financieras , SL

- Assim, após esta data, detinha 9.589.619 acções, representativas de 73,77%, distribuídas da seguinte forma:

13. TRANSACÇÕES DE DIRIGENTES

- Em nome da Orey Inversiones Financieras, S.L. Sociedade dominada e onde exerce funções de Presidente do Conselho de Administração: 4.314.650 Acções
- Em nome da Triangulo-Mor – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A. sociedade por si dominada e onde exerce funções de Presidente do Conselho de Administração: 5.070.000 Acções
- Em nome da Orey Gestão de Activos SGFIM,S.A., referente à carteira de clientes de gestão discricionária: 204.969 acções
- A 25 de Outubro foi comunicada a seguinte transacção de acções de Duarte Maia Albuquerque D'Orey:

| Nº Transacções | Tipo Transacção | Local | Quantidade | Preço | Data Transacção | Notas |
|----------------|-----------------|-----------------|------------|--------|-----------------|-------|
| 1 | Venda | Euronext Lisbon | 27.250 | 2,08 € | 15-10-2009 | 1) |
| 2 | Venda | Euronext Lisbon | 17.400 | 2,06 € | 15-10-2010 | 1) |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| Total | | | 44.650 | | | |

Notas:

1) Orey Inversiones Financieras , S.L.

- Assim, após esta data, detinha 9.544.969 acções, representativas de 73,42%, distribuídas da seguinte forma:

—Em nome da Orey Inversiones Financieras, S.L. Sociedade dominada e onde exerce funções de Presidente do Conselho de Administração: 4.270.000 Acções

—Em nome da Triangulo-Mor – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A. sociedade por si dominada e

onde exerce funções de Presidente do Conselho de Administração: 5.070.000 Acções

—Em nome da Orey Gestão de Activos SGFIM,S.A., referente à carteira de clientes de gestão discricionária: 204.969 acções

—Total:9.544.969 acções.

14. ACÇÕES E VALORES MOBILIÁRIOS DETIDOS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

- (Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do nº 7 do Artigo 14º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM)

representativas de 1,14% dos direitos de voto, nos termos do Artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários.

- Jorge Delclaux Bravo:** Não detém qualquer participação na Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.

- Alexander Somerville Gibson:** a 31 de Dezembro de 2010 não detém acções da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., directa e indirectamente. Foi nomeado Administrador na Assembleia Geral de 31/5/2010.

- Miguel Ribeiro Ferreira:** a 31 de Dezembro de 2010 detém 263.442 acções da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., indirectamente através da Invespri SGPS, SA. Foi nomeado Administrador na Assembleia Geral de 31/5/2010.

- Francisco Van Zeller:** Não detém directamente qualquer participação na Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.

Duarte Maia de Albuquerque d'Orey: Não detém directamente acções da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.. Detém indirectamente 73,42% dos direitos de voto da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., nos termos do Artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários.

Tristão José da Cunha de Mendonça e Menezes: Não detém qualquer participação na Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A,

Joaquim Paulo Claro dos Santos: Não detém qualquer participação na Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.

Juan Celestino Lázaro González: Não detém qualquer acção directamente. Detém indirectamente 182.510 acções

| Membros do Conselho de Administração | Detidas em 31-12-2009 | Adquiridas | Transmitidas | Detidas em 31-12-2010 |
|---------------------------------------------|-----------------------|------------|--------------|-----------------------|
| Duarte Maia de Albuquerque d'Orey | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Tristão José da Cunha de Mendonça e Menezes | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Joaquim Paulo Claro dos Santos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juan Celestino Lázaro González | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Jorge Delclaux Bravo | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Alexander Somerville Gibson | 261.312 | 0 | -261.312 | 0 |
| Miguel Ribeiro Ferreira | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Francisco Van Zeller | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 261.312 | 0 | -261.312 | 0 |

| Membros do Conselho Fiscal | Detidas em 31-12-2009 | Adquiridas | Transmitidas | Detidas em 31-12-2010 |
|-----------------------------------------------|-----------------------|------------|--------------|-----------------------|
| José Martinho Soares Barroso | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Acácio Augusto Lougares Pita Negrão | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Nuno de Deus Vieira Paisana Salvador Pinheiro | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 0 | 0 |

15. LISTA DE TITULARES COM PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA

- (Nos termos do Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea b) do n.º1 do Artigo 8º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM)

- Em 31 de Dezembro de 2010, os accionistas detentores de participações qualificadas no capital social da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., eram os seguintes:

| Participações Qualificadas | Quantidade | % do Capital Social | % dos direitos de voto |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|---------------------|------------------------|
| Duarte Maia de Albuquerque d'Orey | | | |
| Directamente: | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Indirectamente: | | | |
| - Orey Inversiones Financieras, SL | 4.270.000 | 32,85% | 32,85% |
| - Triângulo-Mor Consultadaria Económica e Financeira, S.A. | 5.070.000 | 39,00% | 39,00% |
| - Através da Orey Gestão de Activos SGFIM, S.A. Referente a Carteiras de Clientes de Gestão Discricionária | 204.969 | 1,58% | 1,58% |
| SUB-TOTAL | 9.544.969 | 73,42% | 73,42% |
| Jochen Michalski | 370.044 | 2,85% | 2,85% |
| MCFA, SGPS, S.A. | 275.000 | 2,12% | 2,12% |
| Invespri SGPS, S.A. | 263.442 | 2,03% | 2,03% |
| SUB-TOTAL | 908.486 | 7,00% | 7,00% |
| TOTAL | 10.453.455 | 80,42% | 80,42% |

16. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

- A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. encerrou o exercício de 2010 com um resultado líquido positivo, apurado em base consolidada, de 3.038.107 Euros e com um resultado positivo, apurado em base individual, de 3.104.970 Euros.
- Considerando as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que seja feita a seguinte aplicação de resultados:
 - Para reserva legal (5%): 155.248,5 Euros
 - O remanescente para resultados transitados.
- Lisboa, 31 de Março de 2011

17. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Declaração

Para os efeito da alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários os abaixo assinados, na sua qualidade de Administradores da sociedade comercial anónima com a firma “SOCIEDADE COMERCIAL OREY ANTUNES, S.A.”, sociedade aberta, com sede em Lisboa, na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto nº 17, 6º andar A, em Lisboa, com o número único de registo e pessoa colectiva 500255342, declaram que tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida nas demonstrações financeiras condensadas, foi elaborada de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das sociedades incluídas no perímetro da consolidação.

Mais declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão expõe fielmente a evolução de negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das sociedades incluídas no perímetro da consolidação.

Lisboa, 31 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Duarte Maia de Albuquerque d'Orey
Tristão José da Cunha de Mendonça e Menezes
Joaquim Paulo Claro dos Santos
Juan Celestino Lázaro González
Jorge Delclaux Bravo
Alexander Somerville Gibson
Miguel Ribeiro Ferreira
Francisco Van Zeller

18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

| A C T I V O | NOTAS | Dez-10 | Dez-09 |
|---------------------------------------------------------------|-------|--------------------|-------------------|
| ACTIVOS NÃO CORRENTES | | | |
| Activos Fixos Tangíveis | 4 | 305.210 | 221.189 |
| Propriedades de Investimento | 5 | 4.572.000 | 4.379.000 |
| Outros activos Intangíveis | | 451 | 451 |
| Investimentos Financeiros em Empresas do Grupo | 6 | 76.832.538 | 82.836.924 |
| Outros Activos Financeiros | | 6.058 | 6.058 |
| Activos por Impostos Diferidos | 7 | 792.353 | 588.230 |
| Total dos Activos Não Correntes | | 82.508.609 | 88.031.851 |
| ACTIVOS CORRENTES | | | |
| Contas a Receber- Clientes | 8 | 697.937 | 515.932 |
| Contas a Receber- Outras | 9 | 25.244.840 | 9.244.336 |
| Diferimentos | | 334.450 | 141.250 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 10 | 3.633.019 | 128.580 |
| Total dos Activos Correntes | | 29.910.246 | 10.030.099 |
| Activo Total de Unidades Operacionais em Continuidade | | 112.418.855 | 98.061.950 |
| TOTAL DO ACTIVO | | 112.418.855 | 98.061.950 |
| C A P I T A L P R Ó P R I O E P A S S I V O | | Dez-10 | Dez-09 |
| CAPITAL PRÓPRIO | | | |
| Capital | 11 | 13.000.000 | 13.750.000 |
| Acções Próprias | 12 | -176.626 | -3.064.277 |
| Prémios de Emissão | 11 | 7.486.204 | 8.236.204 |
| Reservas | 13 | 58.273.061 | 56.043.127 |
| Resultados Transitados | 13 | 305.420 | 3.106.734 |
| Resultado Líquido do Período | | 3.104.970 | 506.544 |
| Total do Capital Próprio | | 81.993.029 | 78.578.333 |
| PASSIVO | | | |
| PASSIVOS NÃO CORRENTES | | | |
| Provisões | 14 | 140.000 | 8.635 |
| Empréstimos e Descobertos Bancários | 15 | 4.333.331 | 5.416.666 |
| Empréstimo por Obrigações | 15 | 12.616.425 | 0 |
| Responsabilidades por Benefícios de Reforma | 16 | 154.568 | 462.021 |
| Passivos por Impostos Diferidos | 7 | 808.271 | 757.126 |
| Passivos por Locação Financeira | 17 | 92.166 | 0 |
| Total dos Passivos Não Correntes | | 18.144.761 | 6.644.448 |
| PASSIVOS CORRENTES | | | |
| Contas a Pagar- Fornecedores | 18 | 344.762 | 165.798 |
| Empréstimos e Descobertos Bancários | 15 | 10.476.532 | 11.989.043 |
| Contas a Pagar- Outras | 19 | 1.415.022 | 675.252 |
| Diferimentos | 19 | 15.326 | 9.076 |
| Passivos por Locação Financeira | 17 | 29.422 | 0 |
| Total dos Passivos Correntes | | 12.281.064 | 12.839.169 |
| Passivo Total de Unidades Operacionais em Continuidade | | 30.425.825 | 19.483.617 |
| Total do Passivo | | 30.425.825 | 19.483.617 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | | 112.418.855 | 98.061.950 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | | |

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

| Demonstração dos Resultados por Naturezas | Nota | Dez-10 | Dez-09 |
|------------------------------------------------------------|------|-------------------|-------------------|
| Proveitos Operacionais | | | |
| Prestações de Serviços | | 349.785 | 844.023 |
| Ganhos/Perdas em Empresas do Grupo | 20 | 6.436.877 | 2.295.000 |
| Outros Proveitos Operacionais | 21 | 871.883 | 338.691 |
| Total dos Proveitos Operacionais | | 7.658.545 | 3.477.714 |
| Custos Operacionais | | | |
| Fornecimentos e Serviços de Terceiros | 22 | -2.275.218 | -1.643.564 |
| Gastos com o Pessoal | 23 | -854.148 | -768.303 |
| Provisões | 14 | -137.429 | 0 |
| Outros Gastos Operacionais | 24 | -117.347 | -68.380 |
| Total dos Custos Operacionais | | -3.384.142 | -2.480.247 |
| EBITDA | | 4.274.403 | 997.467 |
| Gastos de Depreciação e de Amortização | | -92.556 | -38.191 |
| EBIT | | 4.181.847 | 959.276 |
| Resultados Financeiros | 25 | -1.183.514 | -628.815 |
| Resultado Antes de Impostos | | 2.998.333 | 330.462 |
| Gastos (Rendimentos) de Impostos | 26 | 106.638 | 176.082 |
| Resultado das Unidades Operacionais em Continuidade | | 3.104.970 | 506.544 |
| Resultado Líquido do Período | | 3.104.970 | 506.544 |
| Resultado Líquido do Período por Acção | | | |
| Básico | 27 | 0,240 | 0,040 |
| Diluído | 27 | 0,240 | 0,040 |
| <i>(Unidade Monetária - Euro)</i> | | | |

18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

| | Capital emitido | Acções próprias valor nominal | Acções próprias descontos e prémios | Prémios de emissão | Reservas legais | Excedentes de reavaliação | Outras Reservas | Resultados transitados | Resultado líquido | Total |
|-----------------------------------------------------|-------------------|-------------------------------|-------------------------------------|--------------------|------------------|---------------------------|-------------------|------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo em 1 de Janeiro de 2009 | 13.640.834 | -488.385 | -897.625 | 8.127.038 | 1.958.802 | 2.414.728 | 35.511.364 | -330.020 | 1.985.666 | 61.922.402 |
| Resultado Integral | | | | | | | 19.028.069 | | 506.544 | 19.534.613 |
| Aumento de Capital | 109.166 | | | 109.166 | | | | | | 218.332 |
| Transferência do Resultado de 2008 | | | | | | | 1.985.666 | -1.985.666 | | 0 |
| Dividendos de 2008 | | | | | | | -1.418.748 | | -1.418.748 | |
| Transferencia de Reservas Afectas a Acções Próprias | | | | | -3.064.277 | | | | | -3.064.277 |
| Realização dos Excedentes de Revalorização | | | | | | -1.583.110 | | 4.647.387 | | 3.064.277 |
| Aplicação de Resultados | | | | | 99.283 | | | -99.283 | | -0 |
| Aquisição Acções Próprias | -630.663 | -1.047.605 | | | 1.678.267 | | | -1.678.267 | | -1.678.268 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2009 | 13.750.000 | -1.119.048 | -1.945.230 | 8.236.204 | 672.075 | 831.618 | 54.539.433 | 3.106.735 | 506.544 | 78.578.333 |
| Resultado Integral | | | | | | | 3.170.284 | | 3.104.970 | 6.275.254 |
| Redução de Capital (Nota 11) | -750.000 | 19.612 | 31.562 | -750.000 | | | | -1.136.268 | | -2.585.094 |
| Transferência do Resultado de 2009 | | | | | | | 506.544 | -506.544 | | 0 |
| Constituição Reservas | | | | | 25.327 | | | -25.327 | | 0 |
| Alienação de Participação Financeira (Nota 13) | | | | | | -965.677 | 965.677 | | | 0 |
| OPV | 1.190.453 | 1.915.826 | | | | | | -3.111.941 | | -5.662 |
| Aquisição Acções Próprias (Nota 12) | -158.707 | -111.093 | | | | | | | | -269.800 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2010 | 13.000.000 | -67.690 | -108.934 | 7.486.204 | 697.403 | 831.618 | 56.744.040 | 305.420 | 3.104.970 | 81.993.029 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | | | | | | | | | |

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

DEMONSTRAÇÃO RENDIMENTO INTEGRAL

| Demonstração do Resultado Integral | Notas | Dez-10 | Dez-09 |
|------------------------------------------------------------|-------|-----------|------------|
| Resultado Líquido | | 3.104.970 | 506.544 |
| Revalorização de Investimentos Financeiros em Subsidiárias | 12 | 3.170.284 | 19.028.069 |
| Resultado Integral | | 6.275.254 | 19.534.613 |

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

| Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa (Método Directo) | Notas | Dez-10 | Dez-09 |
|--------------------------------------------------------------------|-----------|--------------------|--------------------|
| ACTIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Recebimentos de Clientes | | 942.729 | 1.035.072 |
| Pagamentos a Fornecedores | | -2.605.498 | -1.885.426 |
| Pagamentos ao Pessoal | | -330.231 | -1.042.323 |
| Fluxos Gerado pelas Operações | | -1.993.000 | -1.892.677 |
| Pagamento do Imposto sobre o Rendimento | | -81.811 | -166.241 |
| Outros Pagamentos relativos à Actividade Operacional | | -1.095.594 | -1.248.583 |
| Fluxos Gerados nas rubricas operacionais | | -3.170.405 | -3.307.501 |
| Fluxos das Actividades Operacionais (1) | | -3.170.405 | -3.307.501 |
| ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: | | | |
| Investimentos em empresas do grupo | | 9.250.000 | |
| Juros e Proveitos Similares | | 218.072 | 1.568.845 |
| Dividendos | | 1.515.500 | 0 |
| | | 10.983.572 | 1.568.845 |
| PAGAMENTOS RESPEITANTES A: | | | |
| Investimentos Financeiros | | -425.329 | -29.800 |
| | | -425.329 | -29.800 |
| Fluxos das Actividades de Investimentos (2) | | 10.558.242 | 1.539.045 |
| ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: | | | |
| Financiamentos | | 26.592.628 | 12.020.451 |
| Venda de Acções Próprias | | 11.905 | 218.332 |
| Aumentos de Capital, prestações suplementares e prémios de emissão | | 0 | 0 |
| | | 26.604.533 | 12.238.783 |
| PAGAMENTOS RESPEITANTES A: | | | |
| Financiamentos | | -26.798.269 | -8.377.874 |
| Amortizações de Contratos de Locação Financeira | | -3.097 | -426.654 |
| Juros e Custos Similares | | -780.499 | 0 |
| Redução de Capital | | -1.500.000 | 0 |
| Aquisição de Acções Próprias | | -269.800 | -1.678.267 |
| Dividendos | | -1.136.268 | -1.496.962 |
| | | -30.487.932 | -11.979.757 |
| Fluxos de Actividades de Financiamento (3) | | -3.883.399 | 259.026 |
| Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3) | | 3.504.439 | -1.509.431 |
| Caixa e seus Equivalentes no Início do Período | | 128.580 | 1.638.011 |
| Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período | 10 | 3.633.019 | 128.580 |
| (Unidade monetária - Euro) | | | |

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

(Todos os valores são expressos em euros, salvo expressamente indicado)

■ Nota Introdutória

- A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. (“Sociedade” ou “SCOA”) foi fundada em 1886 por Rui d’Orey sob o nome de Rui d’Orey & Cia. e tem por objecto social o comércio de comissões e consignações e qualquer outro ramo de comércio ou indústria que, por deliberação do Conselho de Administração, resolva explorar e lhe não seja vedado por lei.
- Adicionalmente a SCOA também presta serviços de gestão de imóveis.
- Actualmente a SCOA é a holding de um Grupo de sociedades que actuam em Portugal, em Espanha, em Angola e no Brasil em três actividades diferentes:

- Navegação (Agentes de Navegação, Transitários, Consignação, Operações Portuárias);
- Representações técnicas em diferentes áreas (Equipamentos navais e segurança no mar, Petroquímica, Monitorização e controlo, Águas e saneamento e Combate a Incêndios);
- Área Financeira (Gestão de Patrimónios e de Fundos de Investimento).

- A SCOA é uma sociedade de direito português com sede na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, nº 17 6º A no Ed. Amoreiras Square.
- Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 31 de Março 2011.
- Nos termos do artº 68 do CSC, a

Assembleia Geral de Accionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

■ 1. Políticas Contabilísticas

■ Bases de Apresentação

- As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte dessas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) quer as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respectivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC), desde que e na versão em que tenham sido publicadas sob a forma de regulamento da Comissão Europeia, no jornal oficial das Comunidades Europeias (tal como previsto no artigo 3º do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho). Estas normas e interpretações serão, de ora em diante, designadas genericamente por “IAS/IFRS”.

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Critérios de Reconhecimento e Mensuração

Rérito e Especialização de Exercícios

- Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização.
- Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são ainda reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.
- Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.
- Os gastos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.
- Os gastos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as

receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de “Diferimentos”.

Activos Fixos Tangíveis

- Nos termos da IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis, os activos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua actividade, são contabilisticamente relevados ao custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.
- Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.
- A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem.
- As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo, com a vida útil estimada dos bens, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados. A vida útil estimada da generalidade dos activos incluídos nas várias rubricas é a seguinte:

| | Anos de vida útil |
|--------------------------------|-------------------|
| Equipamento Básico | 4 |
| Equipamento Transporte | 4 |
| Ferramentas e Utensílios | 3-4 |
| Equipamento Administrativo | 4-8 |
| Outras Imobilizações Corpóreas | 4-8 |

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Propriedades de Investimento

- As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital. Estes activos encontram-se valorizados ao justo valor e não são amortizados. As propriedades de investimento foram sujeitas a avaliação independente por parte da CPU Consultores de Avaliação, Lda com referência à data de 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009.
- As avaliações foram efectuadas ao valor de mercado, entendendo-se por Valor de Mercado, ou “Presumível Valor de Transacção em Mercado Aberto” (“Open Market Value”), como “a estimativa do montante mais provável em termos monetários pelo qual, à data de avaliação, a propriedade poderá ser trocada num mercado livre aberto e competitivo e após adequada exposição, que reúna todas as condições para uma venda normal entre um vendedor e um comprador que actuem de livre vontade, com prudência, plena informação e interesse equivalente e assumindo que o preço não é afectado por estímulos específicos ou indevidos”.
- Na determinação dos valores dos imóveis foi considerado o facto de os edifícios onde as fracções avaliadas estão inseridas se encontrarem em propriedade horizontal. As áreas consideradas neste estudo foram as mesmas que as consideradas em estudos anteriores. Foi determinado o Valor de Mercado dos imóveis, considerando que este deverá traduzir o máximo e melhor uso de cada uma das propriedades. Foi considerado que os imóveis se encontram livres de quaisquer ónus ou encargos. Importa ainda realçar que neste processo de reavaliação não são tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios exercidos nos imóveis, sendo estes avaliados tal como se encontram e com os seus usos actuais.
- O valor financeiro foi determinado tendo por base as rendas mensais actuais.
- Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.
- Apenas o imóvel da rua dos Remolares sofreu obras de beneficiação a nível interior e exterior.

Outros Activos Intangíveis

- Um activo intangível é um activo não monetário identificável sem substância física.

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

- Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sociedade, sejam controláveis por esta e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Impostos sobre o rendimento

- A SCOA e a generalidade das suas empresas subsidiárias sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, incrementada em 1,5% pela derrama, que resulta numa taxa de imposto agregada de 26,5%. A tributação da Sociedade em sede de IRC e da maioria das suas subsidiárias portuguesas é efectuada conjuntamente, no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades.
- O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis, de acordo com as taxas e leis fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.
- Desde o exercício de 2002, o Grupo contabiliza, para além dos impostos correntes, os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, entre as quantias escrituradas dos activos e passivos e a sua base fiscal (quantia atribuída a esses

activos e passivos para efeitos fiscais).

- Conforme previsto no IAS 12 – “Impostos sobre o Rendimento”, são reconhecidos activos e passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis, excepto quando associadas ao goodwill ou quando resultem do reconhecimento inicial de activos e passivos que não sejam concentrações de actividades empresariais e que, no momento da transacção, não afectem o lucro contabilístico nem o lucro tributável (perda fiscal). Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que existe uma segurança razoável de que serão gerados lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais poderão ser utilizadas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais reportáveis.
- Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados com base nas taxas e leis fiscais que se espera que estejam em vigor quando o activo for realizado/ passivo for liquidado, isto é a data em que os impostos serão revertidos
- Os gastos (rendimentos) de impostos sobre o rendimento são relevados como resultados do exercício, excepto se o imposto se relacionar com itens que sejam creditados ou debitados directamente em rubricas do capital próprio, no mesmo ou num diferente período, caso em que o imposto é também relevado no capital próprio.

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Responsabilidades por Benefícios de Reforma

- A Sociedade assumiu o compromisso de conceder aos seus colaboradores admitidos até 1980, prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituído para o efeito um fundo de pensões autónomo. Cobrindo a diferença entre 80% do último salário como trabalhador activo e o valor pago pela Segurança Social a título de reforma.
- A fim de estimar as suas responsabilidades com os complementos de reforma, a Sociedade obtém, anualmente, estudos actuariais elaborados por uma entidade independente e especializada, de acordo com o método denominado por "Projected Unit Credit" e pressupostos e bases técnicas e actuariais internacionalmente aceites.
- A Sociedade adoptou o modelo do corridor, conforme preconizado no IAS 19.

Imparidade

- Na generalidade dos activos não correntes de valor significativo é efectuada uma avaliação de imparidade à data do Balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indicie que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. No âmbito destas avaliações de imparidade, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a

identificar e determinar a extensão de eventuais perdas de imparidade.

- Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda de imparidade, registada na Demonstração dos Resultados.

Provisões

- Uma provisão é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.
- As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Investimentos financeiros em empresas do grupo

- Os investimentos em empresas do grupo são reconhecidos / desreconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes à posse, independentemente da data de liquidação financeira.
- Os investimentos em empresas do grupo são inicialmente mensurados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transacção.

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

- O reconhecimento subsequente destes investimentos é efectuado ao justo valor. São efectuadas avaliações independentes que determinam o justo valor que altera o valor do investimento financeiro por contrapartida de reservas, se o justo valor for superior ao valor contabilizado.
- *Activos e passivos financeiros*
- Activos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se constitui parte na respectiva relação contratual.
- Contas a receber
 - As dívidas de "Clientes" e as "Outras dívidas de terceiros" são registadas pelo custo amortizado e apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma reflectir o seu valor realizável líquido.
 - As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Sociedade tem em consideração informação de mercado que demonstre que:
 - a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
 - se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
 - se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.
- As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspective um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.
- Caixa e Bancos
 - Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e bancos correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.
- Instrumentos de Capital
 - Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual, independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprios são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo, após dedução dos passivos.

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

— Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

■ Financiamentos

— Os financiamentos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respectivo justo valor nessa data.

— Subsequentemente, financiamentos correntes são mensurados ao justo valor, na data de reconhecimento, visto que as diferenças destas valorizações para a valorização segundo o custo amortizado não são materiais.

— Os financiamentos não correntes são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva.

■ Contas a Pagar

— As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal e não vencem juros.

■ Acções próprias

— As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas decorrentes da alienação de acções próprias são registados em “outras reservas”.

■ Instrumentos Derivados

■ A Sociedade recorre a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar a cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

■ Em situações específicas, a Sociedade pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efectuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IAS 39, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

■ Os instrumentos derivados, embora contratados com os objectivos atrás referidos (fundamentalmente opções cambiais), são inicialmente registados pelo seu custo, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor. As variações afectam directamente as rubricas de “Rendimentos e Ganhos financeiros” e “Gastos e Perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados.

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

▪ *Activos e Passivos Contingentes*

- Os passivos contingentes são reconhecidos, quando a possibilidade de uma saída de fundos no futuro seja certa ou provável, sendo objecto de divulgação, quando esta ocorrência seja possível.
- Um activo contingente é um provável activo que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Eventos Subsequentes

- Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre situações existentes à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras separadas.
- Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se significativas, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras separadas.

▪ **2. Alterações de políticas, estimativas e erros**

Alterações de políticas

- Com excepção das alterações decorrentes das emendas às normas que o Grupo já adoptava, durante o exercício de 2010 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada para efeitos comparativos.
- Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), foram adoptadas as seguintes normas e interpretações com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2010, embora sem qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Grupo:

– IFRS 3 (Revista) – Concentrações de actividades empresariais. - Esta revisão vem trazer alterações significativas ao nível da mensuração e reconhecimento das concentrações de actividades empresariais efectuadas em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009, nomeadamente no que diz respeito:

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

- (a) à determinação do Goodwill implícito numa concentração
 - (b) à mensuração dos interesses que não controlam (anteriormente designados interesses minoritários);
 - (c) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes;
 - (d) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e
- IAS 39 (Emenda) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – itens cobertos elegíveis.
- Finalmente, não foram adoptadas as disposições das normas e interpretações cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos futuros e que são as seguintes:
 - Já endossadas pela UE:
 - IAS 24 (Revista) – Transacções com partes relacionadas
 - IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio
 - Ainda não endossadas pela UE:
 - IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros) Esta emissão insere-se num projecto faseado de revisão e substituição gradual da IAS 39, com o objectivo de reduzir a complexidade da sua aplicação. As principais alterações são as seguintes:
 - são reduzidas as categorias de activos financeiros;
 - são eliminados os requisitos de separação de derivados embutidos;
 - são eliminadas as restrições de reclassificação.

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

A classificação de activos passa a seguir o modelo de negócio onde se enquadram os activos, tendo também em conta as características dos instrumentos;

As diferenças de justo valor em instrumentos de capital próprio considerados estratégicos passam a ser reconhecidas em reservas, sem passagem por resultados, mesmo em situações de imparidade ou venda.

- O efeito das alterações dos erros são reconhecidos de forma retrospectiva.
- Outras emendas às IFRS – melhoramentos de 2010. O IASB aprovou 11 emendas a seis normas. A União Europeia ainda não endossou estas emendas.
- Da aplicação das normas acima descritas (normas que não foram adoptadas e cuja aplicação é obrigatória apenas em exercícios futuros), não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras do Grupo.

Alteração de estimativas e erros

- Os efeitos das alterações das estimativas são reconhecidos de forma prospectiva.

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

3. Julgamentos, Estimativas e Pressupostos

■ A preparação das demonstrações financeiras separadas do Grupo obriga a Administração a proceder a julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam os valores reportados de rendimentos, gastos, activos, passivos e divulgações. Contudo, a incerteza em volta das estimativas e pressupostos podem resultar em ajustamentos futuros susceptíveis de afectarem os activos e passivos futuros. As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras separadas. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas.

Estimativas

- Na preparação das demonstrações financeiras anexas a Administração baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.
- As estimativas contabilísticas mais significativas, reflectidas nas demonstrações financeiras separadas do exercício, incluem:

— Revalorização dos activos fixos tangíveis e das propriedades de investimento

— Revalorização dos investimentos das empresas do grupo

Pressupostos

— Benefícios de reforma

— Impostos diferidos activos

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

4. Activos Fixos Tangíveis

- Até Dezembro de 2010, o movimento ocorrido nas rubricas de activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações, foi o seguinte:

| Activo Bruto | Saldo Inicial 31-12-2009 | Revalorizações | Aumentos | Transferencia | Abates | Saldo Final 31-12-2010 |
|--------------------------------|--------------------------|----------------|----------------|---------------|----------------|------------------------|
| Terreno e Recursos Naturais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Edifícios e o construções | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Equipamento Básico | 207.227 | 0 | 0 | 0 | 0 | 207.227 |
| Equipamento Transporte | 34.200 | 0 | 149.149 | 0 | -34.200 | 149.149 |
| Ferramentas e Utensílios | 1.727 | 0 | 0 | 0 | -1.727 | 0 |
| Equipamento Administrativo | 237.369 | 0 | 35.266 | 0 | 0 | 272.635 |
| Outras Imobilizações Corpóreas | 16.722 | 0 | 0 | 0 | 0 | 16.722 |
| Imobilizações em Curso | 107.300 | 0 | 0 | 0 | 0 | 107.300 |
| | 604.545 | 0 | 184.415 | 0 | -35.927 | 753.033 |

| Depreciações e Perdas de imparidade acumuladas | Saldo Inicial 31-12-2009 | Revalorizações | Aumentos | Transferencia | Abates | Saldo Final 31-12-2010 |
|------------------------------------------------|--------------------------|----------------|---------------|---------------|----------------|------------------------|
| Terreno e Recursos Naturais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Edifícios e o construções | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Equipamento Básico | 184.474 | 0 | 885 | 0 | 0 | 185.359 |
| Equipamento Transporte | 25.650 | 0 | 59.038 | 0 | -25.650 | 59.038 |
| Ferramentas e Utensílios | 1.727 | 0 | 0 | 0 | -1.727 | 0 |
| Equipamento Administrativo | 158.547 | 0 | 30.872 | 0 | 0 | 189.419 |
| Outras Imobilizações Corpóreas | 12.957 | 0 | 1.047 | 0 | 0 | 14.004 |
| | 383.356 | 0 | 91.843 | 0 | -27.377 | 447.823 |
| Valor Líquido | 221.189 | 0 | 92.571 | 0 | -8.550 | 305.210 |

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

■ 5. Propriedades de Investimento

- Os imóveis da SCOA situados na Rua dos Remolares e em Alcântara, estão hipotecados ao Banco Espírito Santo, como garantia do financiamento de médio-longo prazo, contraído em 2008. Este financiamento, efectuado no Banco Espírito Santo, tem um valor actual de 5.416.667 de Euros.

■ I - Quadro Evolução

| Propriedades | Saldo Inicial em 31-12-2009 | Aquisições | Dispêndios Subsequentes | Ajust. Justo valor Ganhos e Perdas Líquidos | Alienações | Saldo Final em 31-12-2010 |
|----------------------------------------------------------------|-----------------------------|------------|-------------------------|---------------------------------------------|------------|---------------------------|
| Rua dos Remolares,12 a 18 -Lisboa | 1.598.000 | | | 148.000 | | 1.746.000 |
| Rua Luisa Holstein, 20/Rua Maria Isabel Saint-Léger, Alcântara | 2.691.000 | | | 45.000 | | 2.736.000 |
| Rua do Patrocínio, 63 - 3ºB Lisboa | 90.000 | | | - | | 90.000 |
| | 4.379.000 | - | - | 193.000 | - | 4.572.000 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | | | | | |

- A forma de determinação do justo valor foi a seguinte:

| Imóvel | Valor Financeiro (Áreas Arrendadas) | Valor de Mercado do Imóvel considerado Livre e Disponível | Valor Base de Negociação de venda ao Inquilino | Valor do Imóvel tal como se encontra |
|------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------------------------------|------------------------------------------------|--------------------------------------|
| Rua do Patrocínio, 63 - 3ºB - Lisboa | 13.600 | 168.000 | 90.000 | 90.000 |
| Rua Luisa Holstein, 20 / Rua Maria Santa Isabel Saint-Léger, 5, Alcântara - Lisboa | 1.972.000 | 2.736.000 | 0 | 2.736.000 |
| Rua dos Remolares, 12 a 18 -Lisboa | 1.255.000 | 1.910.000 | 1.746.000 | 1.746.000 |
| Total | 3.240.600 | 4.814.000 | 1.836.000 | 4.572.000 |

- Os pressupostos utilizados na determinação do valor financeiro são os seguintes:

| Propriedades de Investimento | Pressuposto Valor Unitário / m ² | Pressuposto Valor arrendamento / m ² | Área Bruta Total m ² | Valor das rendas/m ² | Valor total da renda | Rendibilidade |
|----------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|-------------------------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|---------------|
| Rua dos Remolares,12 a 18 -Lisboa | 2.300€/m ² | 4.5 - 20,0 €/m ² | 1.375 | 2,76€/m ² ; 3,54€/m ² ; 8,34€ - 9€/m ² ; 18,75€/m ² | 6271,51€ | 5,5% - 9,5% |
| Rua Luisa Holstein, 20/Rua Maria Isabel Saint-Léger, Alcântara | 2.000 - 2720€/m ² | 5,5 - 10,5€/m ² | 2.134 | 0 | 0 | 8,0% - 9,5% |
| Rua do Patrocínio, 63 - 3ºB Lisboa | 800 - 975€/m ² | 11,5 - 12,0€/m ² | 70 | 0 | 0 | 4,5% - 5,5% |

■ II – Quantias reconhecidas nos resultados

- Durante o ano não foram incorridas despesas com a reparação e manutenção dos edifícios.

| Propriedades | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|----------------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Rua dos Remolares,12 a 18 -Lisboa | 258 | 258 |
| Rua Luisa Holstein, 20/Rua Maria Isabel Saint-Léger, Alcântara | 115.601 | 111.339 |
| Rua do Patrocínio, 63 - 3ºB Lisboa | 610 | 609 |
| | 116.469 | 112.206 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | |

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

■ 6. Investimentos Financeiros em Empresas do Grupo

- O detalhe da rubrica de investimentos financeiros em empresas do grupo, a 31 de Dezembro de 2010, é o seguinte:

| Participações Directas | Saldo Inicial 31-12-2009 | Aumentos/Diminuição de Participação | Outras Correcções de Capitalos Próprios | Variações para o Justo Valor | Saldo Final 31-12-2010 |
|---------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------------|------------------------------|------------------------|
| Orey Financial IFIC SA | 39.886.000 | 0 | 0 | -2.915.000 | 36.971.000 |
| OA Agencies- Navegação e Trânsitos SA | 15.726.000 | -15.726.000 | 0 | 0 | 0 |
| OA Technical Representations SA | 6.538.000 | 0 | 0 | -395.000 | 6.143.000 |
| Orey Safety and Naval | 0 | 50.000 | 0 | 0 | 50.000 |
| Orey Ind Representations | 0 | 50.000 | 0 | 0 | 50.000 |
| OA International BV | 17.706.000 | 0 | 0 | 6.382.000 | 24.088.000 |
| OP Incrível SGPS SA | 0 | 260.133 | 0 | 0 | 260.133 |
| Orey (Angola) Comércio e Serviços Lda | 2.686.000 | 0 | 0 | -1.346.000 | 1.340.000 |
| Orey Serviços e Organização SA | 59.762 | 75.000 | 0 | 321.650 | 456.412 |
| Orey Gestão Imobiliária SA | 205.362 | 0 | 548.733 | 148.897 | 902.993 |
| Horizon View | 29.800 | 6.390.196 | 0 | 151.004 | 6.571.000 |
| | 82.836.924 | -8.900.671 | 548.733 | 2.347.551 | 76.832.538 |

- A Sociedade vendeu a OA Agencies – Navegação e Trânsitos SA à sua participada Horizon View por Eur 16.000.000, tendo ficado com uma participação nesta de 91,78%.
- Em Outubro 2010 as duas empresas fundiram-se por incorporação da OA Agencies.
- Os pressupostos utilizados na avaliação ao justo valor foram os seguintes:

| Pressupostos | Agemasa | Orey Financial IFIC | Orey Financial Brasil | Contrafogo | Horizon View | OCN | Storkship |
|---------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|---------------------------------------------------|-------------------------------|-------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Método utilizado | Cash flows livres descontados | Cash flows livres descontados | Cash flows livres descontados | Cash flows livres descontados | Método patrimonial (2) | Cash flows livres descontados | Cash flows livres descontados |
| Base utilizada | Business Plan 2011-2015 | Business Plan 2011-2015 | Business Plan 2011-2015 | Business Plan 2011-2015 | Business Plan 2011-2015 | Business Plan 2011-2015 | Business Plan 2011-2015 |
| Taxas de crescimento dos cash flows de 2016 - 2020 | 2,50% | 2,50% | 5% | 5% | | 2,50% | 7,50% |
| Taxas de crescimento dos cash flows apartir de 2020 | 1%, 2%, 3% | 1%, 2%, 3% | 1%, 2%, 3% | 1%, 2%, 3% | | 1%, 2%, 3% | 1%, 2%, 3% |
| Probabilidade de sucesso do business plan (1) | 75%, 15%, 10% | 75%, 15%, 10% | 75%, 15%, 10% | 80%, 10%, 10% | | 75%, 15%, 10% | 75%, 15%, 10% |
| Taxa de desconto utilizada | 4,50% | 9,90% | 16,70% | 12,20% | | 9,06% | 10,50% |
| Valor residual não ajustado por sensibilidade | [9.905.000 ; 7.510.000] [44.362.000 ; 45.041.000] [6.889.000 ; 6.963.000] | [2.342.000 ; 2.379.000] | [9.029.000 ; 9.215.000] [10.113.000 ; 10.221.000] | | | [951.000 ; 963.000] | |
| Valor residual ajustado por sensibilidade do plano de negócio | [5.268.000 ; 5.767.000] [36.817.000 ; 37.128.000] | [5.731.000 ; 5.792.000] | [2.018.000 ; 2.050.000] | | | [6.496.000 ; 6.649.000] | [8.614.000 ; 8.703.000] |
| Valor residual ajustado por sensibilidade à taxa de desconto: | | | | | | | [830.000 ; 840.000] |
| WACC +1 p.p. | 4.743.000 | 35.730.000 | 5.484.000 | 1.909.000 | 5.926.000 | 8.308.000 | 798.000 |
| WACC -1 p.p. | 6.383.000 | 38.282.000 | 6.039.000 | 2.171.000 | 7.258.000 | 9.032.000 | 873.000 |
| WACC +2 p.p. | 4.075.000 | 34.613.000 | 5.238.000 | 1.795.000 | 5.342.000 | 7.992.000 | 765.000 |
| WACC -2 p.p. | 7.391.000 | 39.744.000 | 6.353.000 | 2.320.000 | 8.019.000 | 9.446.000 | 916.000 |

(Unidade Monetária - Milhares de euros)

(1) As probabilidades correspondem consecutivamente à probabilidade de pleno sucesso do business plan, probabilidade de atingimento de 50% do business plan e probabilidade de insucesso do business plan.

(2) Para avaliar a sub-holding responsável pelo negócio de navegação e transportes em Portugal, foi considerado o método de avaliação patrimonial, resultando o seu valor no valor contabilístico após uma reavaliação dos seus principais activos.

O principal activo da Horizon View é o valor de investimentos financeiros onde estão contabilizadas as participações nas sociedades: Atlantic - Lusofrete, CMA-CGM, OCN, Storkship e Mendes e Fernandes.

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

7. Activos e passivos por Impostos Diferidos

- O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, de acordo com as diferenças temporárias que o geraram é o seguinte:

| Activos por Impostos Diferidos | Saldo em 31-12-2009 | Origem | Reversão | Saldo em 31-12-2010 |
|-----------------------------------|---------------------|---------|----------|---------------------|
| Prejuízos Fiscais Reportáveis | 574.675 | 204.123 | 0 | 778.798 |
| Aumento de Capital | 13.555 | 0 | 0 | 13.555 |
| Total | 588.230 | 204.123 | 0 | 792.353 |
| <i>(Unidade Monetária - Euro)</i> | | | | |

| Passivos por Impostos Diferidos | Saldo em 31-12-2009 | Origem | Reversão | Saldo em 31-12-2010 |
|-----------------------------------|---------------------|--------|----------|---------------------|
| Variações Justo Valor | 757.126 | 51.145 | 0 | 808.271 |
| Total | 757.126 | 51.145 | 0 | 808.271 |
| <i>(Unidade Monetária - Euro)</i> | | | | |

- As variações de justo valor referem-se a variações de justo valor nas propriedades de investimento.

8. Contas a Receber – Clientes

- O detalhe desta rubrica em Dezembro de 2010 e Dezembro de 2009 era o seguinte:

| Contas a Receber - Clientes | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|-----------------------------------|------------|------------|
| Empresas do Grupo | 694.953 | 515.466 |
| Empresas não Grupo: | | |
| Valor Bruto | 3.992 | 1.474 |
| Perdas por Imparidade Acumuladas | (1.008) | (1.008) |
| Total | 697.937 | 515.932 |
| <i>(Unidade Monetária - Euro)</i> | | |

- O movimento ocorrido na imparidade é o seguinte:

| Imparidade de Clientes | Saldo em 31/12/09 | Reforço | Utilizações / Reversões | Saldo em 31/12/10 |
|-----------------------------|-------------------|----------|-------------------------|-------------------|
| Imparidades | | | | |
| - Devedores Cobrança Dúvida | 1.008 | 0 | 0 | 1.008 |
| Total | 1.008 | 0 | 0 | 1.008 |

(Unidade Monetária - Euro)

9. Contas a Receber – Outras

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

| Contas a Receber - Outras | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|---------------------------------------|-------------------|------------------|
| Estado e Outros Entes Públicos | | |
| - IVA | 365.446 | 183.011 |
| - IRC: | | |
| Imposto estimado | -146.036 | -160.147 |
| Pagamento especial por conta | 298.176 | 228.176 |
| Retenções | 32.224 | 41.960 |
| Empréstimos Empresas Subsidiárias | 24.316.502 | 8.663.880 |
| Outros Devedores | 359.581 | 287.457 |
| Acréscimo de Proveitos | 18.947 | 0 |
| Total | 25.244.840 | 9.244.337 |
| <i>(Unidade Monetária - Euro)</i> | | |

- A rubrica de empréstimos a empresas do grupo tem a seguinte composição:

| Empresas do Grupo | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|-----------------------------------|-------------------|------------------|
| OA International BV | 8.159.723 | 725.167 |
| OA Agencies | 0 | 38.021 |
| OA Technical | 1.347.115 | 698.929 |
| Orey Gestão Imobiliária SA | 800.000 | 2.131.593 |
| Orey Financial IFIC SA | 3.400.000 | 0 |
| Orey Serviços e Organização SA | 75.000 | 660.965 |
| Orey Shipping SL | 5.279.205 | 4.329.205 |
| OTNI | 0 | 80.000 |
| Oilwater | 93.704 | 0 |
| Horizon View | 350.000 | 0 |
| Orey Moçambique | 105.177 | 0 |
| Orey Financial Holdings (Brasil) | 2.712.807 | |
| OP Incrível SGPS | 1.903.771 | 0 |
| Outras | 90.000 | 0 |
| Total | 24.316.502 | 8.663.880 |
| <i>(Unidade Monetária - Euro)</i> | | |

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

■ 10. Caixa e Bancos

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

| Caixa e bancos | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|-----------------------------------------------|------------------|----------------|
| Caixa | 4.853 | 6.826 |
| Depósitos à Ordem | 378.166 | 121.754 |
| Total da caixa e equivalentes de caixa | 383.019 | 128.580 |
| Depósitos a Prazo | 3.250.000 | 0 |
| Total de caixa e bancos | 3.633.019 | 128.580 |

(Unidade Monetária - Euro)

- O depósito a prazo indicado foi constituído junto do Millennium BCP pelo prazo de uma ano encontrando-se a ser remunerado às taxas actuais de mercado, pelo que não deverá existir grande diferença face ao seu justo valor. Este depósito serve de garantia ao financiamento de médio/longo prazo de Eur 6.500.000 concedido à Horizon View (Nota 15).

■ 11. Capital e Prémios de Emissão

- O capital a 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2010 representa-se em seguida, existiu uma redução de capital de 750.000€ durante o ano de 2010.

| Participações Qualificadas | Quantidade | % do Capital Social | Valor |
|-------------------------------------------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| Duarta Maia de Albuquerque d'Orey | 0 | 0,00% | 0 |
| Directamente: | | | |
| Indirectamente: | | | |
| - Orey Inversiones Financieras, SL | 4.270.000 | 32,85% | 4.270.000 |
| Ingluo-Mor Consultadoria Económica e Financeira, S.A. | 5.070.000 | 39,00% | 5.070.000 |
| - Através da Orey Gestão de Activos SGFIM, S.A. | 204.969 | 1,58% | 204.969 |
| Referente a Carteiras de Clientes de Gestão | | | |
| SUB-TOTAL | 9.544.969 | 73,42% | 9.544.969 |
| Jochen Michalski | 370.044 | 2,85% | 370.044 |
| MCFIA, SGPS, S.A. | 275.000 | 2,12% | 275.000 |
| Invespir SGPS, S.A. | 263.442 | 2,03% | 263.442 |
| SUB-TOTAL | 908.486 | 6,99% | 908.486 |
| Outros | 2.546.545 | 19,59% | 2.546.545 |
| TOTAL | 13.000.000 | 100,00% | 13.000.000 |

(Unidade Monetária - Euros)

- A redução de capital resultou da extinção de 1 em cada 17 acções existentes

(incluindo acções próprias) e abrangeu também a distribuição de resultados a accionistas, pelo montante de 0,09 por acção (com excepção de acções próprias).

- A decomposição dos prémios de emissão é a seguinte:

| Rubrica | Ano | Nº Acções | Prémio Unitário | Sub-Total Prémio Emissão | Custos de Emissão | Impostos Diferidos | Total Prémio de Emissão |
|---------------------------------------------|------|-----------|-----------------|--------------------------|-------------------|--------------------|-------------------------|
| Aumento de Capital por subscrição de acções | 2006 | 5.000.000 | 1 | 5.000.000 | -233.725 | 64.274 | 4.830.550 |
| Conversão VMOP's | 2008 | 3.409.272 | 1 | 3.409.272 | -115.086 | 2.303 | 3.296.489 |
| Conversão VMOP's | 2009 | 109.166 | 1 | 109.166 | 0 | 0 | 109.166 |
| Redução de Capital | 2010 | -750.000 | 1 | -750.000 | 0 | 0 | -750.000 |
| Total | | | | 7.486.204 | | | |

(Unidade monetária - Euros)

■ 12. Acções Próprias

- O movimento do ano de 2010 relativo a acções próprias é descrito no quadro seguinte. O detalhe é encontrado na parte 11 do relatório.

| Acções Próprias | Quantidade | Custo médio | Valor Total |
|------------------------------|------------|-------------|-------------|
| Detidas a 31/12/09 por: | | | |
| -SCOA | 1.119.048 | 2,74 | 3.064.277 |
| Adquiridas a 18/02/10 por: | | | |
| -SCOA | 158.707 | 1,70 | 269.802 |
| Redução de Capital (Nota 11) | -19.612 | 2,61 | -51.174 |
| OPV 31/07/10 | -1.190.453 | 2,61 | -3.106.279 |
| Detidas a 31/12/10 por: | | | |
| -SCOA | 67.690 | 2,61 | 176.626 |

(Unidade Monetária - Euros)

■ 13. Reservas e resultados transitados

Reservas

- Em 31 de Dezembro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2010 o detalhe das reservas era o seguinte:

| Reservas | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|----------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Reservas Legais | 697.403 | 672.076 |
| Reservas de Valorização dos Investimentos Financeiros ao justo valor | 56.744.040 | 54.539.433 |
| Outras Reservas | 831.618 | 831.618 |
| Total | 58.273.061 | 56.043.127 |

(Unidade Monetária - Euros)

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

- Estas reservas não se encontram disponíveis para efeitos de distribuição.
- As reservas legais, de acordo com o artigo 296 do Código das Sociedades Comerciais só podem ser utilizadas para:
 - Cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas;
 - Cobrir parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas;
 - Incorporação no Capital
- A reserva de valorização dos investimentos Financeiros ao justo valor não é distribuível aos accionistas porque não se encontra realizada.
- As outras reservas referem-se a reservas efectuadas nas propriedades de investimento, ao abrigo de diplomas legais em datas anteriores à data de transição das IFRS. Só podendo ser utilizadas, depois de realizadas, para cobrir prejuízos até à data a que se reporta a reavaliação ou para incorporação no capital social na parte remanescente.

Resultados Transitados

- Desta rubrica destaca-se variações de justo valor no montante de Eur 1.583.110 decorrentes da valorização das propriedades de investimento as quais só estarão disponíveis para distribuição depois de realizadas mediante a venda dos bens que lhe deram origem.
- O montante de Eur 965.677 referente à realização da reserva de revalorização dos investimentos financeiros ao justo valor, consequência da alienação de 8% da participação na Horizon View.

14. Provisões

- O movimento verificado na rubrica foi o seguinte:

| Provisões | Saldo em 31/12/09 | Reforço | Utilizações / Reversões | Saldo em 31/12/10 |
|----------------------------|----------------------|----------------|----------------------------|----------------------|
| Provisões | 8.635 | 137.429 | -6.064 | 140.000 |
| Total | 8.635 | 137.429 | -6.064 | 140.000 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | | | |

- A rubrica de Provisões sofreu um acréscimo significativo no decorrer do exercício de 2010 em função do reconhecimento de uma provável contingência fiscal, referente aos exercícios de 2001 a 2003.
- Apesar de já teoricamente prescritos estes exercícios foram inspecionados em anos anteriores e o processo encontra-se agora no âmbito do Tribunal Administrativo e Fiscal, o que levou ao reconhecimento desta provisão nas contas da sociedade.

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

■ 15. Empréstimos e Descobertos Bancários

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 esta rubrica tem a seguinte composição

| Financiamentos e Descobertos Bancários | | |
|----------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Passivo Não Corrente | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
| Banco Espírito Santo | 4.333.331 | 5.416.666 |
| Total | 4.333.331 | 5.416.666 |
| Passivo Corrente | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
| Fortis Bank | 0 | 1.673.187 |
| Banco Espírito Santo | 3.476.516 | 3.414.586 |
| Caixa Geral de Depósitos | 1.000.000 | 1.000.000 |
| Banco Santander Totta | 1.000.000 | 2.000.000 |
| Banco Comercial Português | 0 | 1.678.905 |
| Banco Bilbao Vizcaya Argentaria | 2.500.000 | 1.004.173 |
| Banco Português de Negócios | 1.000.016 | 718.192 |
| Caja Duero | 500.000 | 500.000 |
| Banco Popular | 1.000.000 | 0 |
| Total | 10.476.532 | 11.989.043 |

(Unidade Monetária - Euro)

- As condições de financiamento para os principais empréstimos são as seguintes:

| Banco | Forma | Valor Aprovado | Montante em dívida | Taxa de Juro | Taxa de Juro Nominal | Taxa de Juro Efectiva |
|-----------------------------------|-----------------------------|----------------|--------------------|--------------------------|----------------------|-----------------------|
| Passivos não correntes | | | | | | |
| Banco Espírito Santo | -Médio/Longo Prazo | 6.500.000 | 5.416.667 | Euribor 3M + Spread 3,5% | 3,25% | 3,37% |
| Passivos Correntes | | | | | | |
| Banco Espírito Santo | -Descoberto Autorizado | 2.500.000 | 2.393.181 | Euribor 3M + Spread 3,5% | | |
| Caixa Geral de Depósitos | -Curto Prazo | 1.000.000 | 1.000.000 | Euribor 3M + Spread 4% | | |
| Banco Santander Totta | - Conta Corrente Caucionada | 3.000.000 | 1.000.000 | Euribor 3M + Spread 3,5% | | |
| Banco Bilbao Vizcaya e Argentaria | - Conta Corrente Caucionada | 2.500.000 | 2.500.000 | Euribor 3M + Spread 2,5% | | |

(Valores em Euros)

- A Sociedade contraiu em 2010 um empréstimo por obrigações .

- Este empréstimo por obrigações é passível do seguinte detalhe:

| | Limite de Emissão | Montante Utilizado | Valor Contabilístico |
|----------------------------------------------------|-------------------|--------------------|----------------------------|
| Empréstimo por Obrigações Orey Best / 2010-2018 | 30.000.000 | 13.000.000 | 12.616.425 |
| | | | (Unidade Monetária - Euro) |

- A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2010 para este empréstimo por obrigações era de 5,50%.

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

■ 16. Responsabilidades por Benefícios de Reforma

- As responsabilidades por benefícios de reforma referentes em 2010 e 2009 são:

| Responsabilidade por benefícios de reforma | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|--------------------------------------------|----------------|----------------|
| Responsabilidades | 610.735 | 820.270 |
| Contribuições pagas no ano | -327.185 | -276.714 |
| Acréscimo responsabilidade no ano | 19.732 | 24.081 |
| Subtotal | 303.282 | 567.637 |
| Ganhos e perdas actuariais diferidos | -148.714 | -105.616 |
| Total | 154.568 | 462.021 |
| (Unidade monetária - Euros) | | |

- O valor do fundo de pensões em 2010 é o seguinte:

| Valor do fundo de pensões | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Saldo Inicial | 1.148.396 | 927.288 |
| Contribuições | 327.185 | 276.714 |
| Retorno real dos activos | -64.871 | 50.014 |
| Benefícios e prémios pagos pelo fundo | -117.514 | -105.620 |
| Total | 1.293.196 | 1.148.396 |
| (Unidade monetária - Euros) | | |

- A responsabilidade e valor dos activos do fundo encontra-se detalhado em seguida:

| Responsabilidade e Valor dos activos do fundo | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|-----------------------------------------------|----------------|----------------|
| Valor das responsabilidades | 1.511.622 | 1.716.033 |
| Valor do fundo | 1.293.196 | 1.148.396 |
| Déficit | 218.426 | 567.637 |
| (Unidade monetária - Euros) | | |

- Os activos do fundo de pensão são decompostos da seguinte forma:

| Activos do fundo | 31-12-2010 |
|-----------------------------|------------------|
| Obrigações | 930.019 |
| Acções | 233.696 |
| Depósitos à ordem | 319.590 |
| Outros | 2.289 |
| Responsabilidades | -192.398 |
| Total | 1.293.196 |
| (Unidade monetária - Euros) | |

- Os pressupostos e bases técnicas actuariais do fundo é o seguinte:

| Pressupostos e bases técnicas actuariais | 2010 | 2009 |
|------------------------------------------|----------|----------|
| Pressupostos financeiros | | |
| Taxa técnica actuarial | 4,5% | 4,5% |
| Taxa anual do rendimento do fundo | 4,5% | 5,0% |
| Taxa anual do crescimento salarial | 2,5% | 3,0% |
| Taxa anual do crescimento das pensões | 1,0% | 1,0% |
| Pressupostos demográficos | | |
| Idade normal de reforma | 65 anos | 65 anos |
| Tábuas de mortalidade homens | TV 73/77 | TV 73/77 |
| Tábuas de mortalidade mulheres | TV 88/90 | TV 88/90 |
| Tábuas de invalidez | SR | SR |

■ 17. Passivos por Locações Financeiras

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

| Passivos por locação financeira | 31-12-2010 | | 31-12-2009 | |
|---------------------------------|--------------------|----------------------|-------------------------------------|----------------------|
| | Passivo Corrente | Passivo não corrente | Passivo Corrente | Passivo não corrente |
| Equipamento de Transporte | 29.422 | 92.166 | 0 | 0 |
| Total | 29.422 | 92.166 | 0 | 0 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | | | |
| Tipo de Activo | Futuros Pagamentos | Não mais de 1 ano | Mais de um ano e não mais de 5 anos | Mais de 5 anos |
| | 121.588 | 29.422 | 92.166 | 0 |
| Total | 121.588 | 29.422 | 92.166 | 0 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | | | |

■ 18. Conta a Pagar Fornecedores

| Contas a Pagar - Fornecedores | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| Empresas do Grupo | 275.215 | 59.808 |
| Empresas do fora do Grupo | 69.547 | 105.990 |
| Total | 344.762 | 165.798 |
| (Unidade monetária - Euro) | | |

■ 19. Contas a Pagar Outras e Diferimentos

Contas a pagar

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

| Contas a Pagar - Outras | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|----------------------------|------------------|----------------|
| Impostos | 18.133 | 14.927 |
| Accionistas | 35.486 | 41.963 |
| Outros Credores | 1.034.289 | 379.306 |
| Acréscimos de Custos | 327.114 | 239.056 |
| Total | 1.415.022 | 675.252 |
| (Unidade monetária - Euro) | | |

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Diferimentos

- Esta rubrica enquadra as rendas a reconhecer referentes às propriedades de investimento detidas pela Sociedade.

■ 20. Ganhos/ Perdas em Empresas do Grupo

| Ganhos em empresas do grupo | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|----------------------------------|------------------|------------------|
| Dividendos | | |
| OA International BV | 2.886.877 | 1.770.000 |
| Orey Financial IFIC SA | 3.400.000 | 0 |
| OA Technical Representations, SA | 150.000 | 525.000 |
| Total | 6.436.877 | 2.295.000 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | |

- Os dividendos são reconhecidos em proveitos na data da sua apropriação.

■ 21. Outros Proveitos Operacionais

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

| Outros Proveitos Operacionais | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|----------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Proveitos Suplementares | 386.180 | 82.986 |
| Ganhos em Imobilizações | 0 | 21.797 |
| Ganhos em Instrumentos Financeiros | 156.100 | 0 |
| Rendas de Propriedades de Investimento | 116.469 | 112.206 |
| Variações Justo Valor Propriedades de Investimento | 193.000 | 0 |
| Outros | 20.134 | 121.702 |
| Total | 871.883 | 338.691 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | |

- A rubrica de Proveitos Suplementares respeita essencialmente:

- à refacturação de verbas suportadas pela Sociedade no âmbito da actividade operacional às restantes sociedades do Grupo Orey – Eur 200.000;
- à refacturação da cedência de pessoal em função da estrutura de administração ser horizontal à maioria das sociedades do Grupo – Eur 100.000.

■ 22. Fornecimentos e Serviços Externos

| Fornecimentos e Serviços Externos | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|-----------------------------------|------------------|------------------|
| Subcontratos | 0 | 34.043 |
| Trabalhos especializados | 1.123.032 | 671.576 |
| Vigilância e Segurança | 30.545 | 22.789 |
| Honorários | 70.716 | 63.005 |
| Conservação e reparação | 107.109 | 87.528 |
| Ferramentas | 1.230 | 0 |
| Livros e documentação técnica | 469 | 403 |
| Material de escritório | 1.816 | 2.635 |
| Electricidade | 29.273 | 29.932 |
| Combustíveis | 11.478 | 11.566 |
| Água | 1.736 | 3.177 |
| Deslocações e estadas | 204.611 | 259.383 |
| Rendas e alugueres | 463.051 | 235.256 |
| Comunicação | 40.472 | 51.813 |
| Seguros | 7.516 | 13.621 |
| Contencioso e notariado | 3.398 | 4.139 |
| Despesas de representação | 95.717 | 81.700 |
| Limpeza, higiene | 22.458 | 17.664 |
| Outros serviços | 60.592 | 52.955 |
| Artigos para oferta | 0 | 379 |
| Total | 2.275.218 | 1.643.564 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | |

- A variação ocorrida na rubrica de trabalhos especializados deveu-se essencialmente à facturação no montante de Eur 532.000 efectuada pela Orey Capital Partners com quem existe um contrato de gestão.

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

23. Pessoal

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de custos com pessoal tem a seguinte composição:

| Pessoal | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|----------------------------------------|----------------|----------------|
| Remunerações dos Órgãos Sociais | | |
| Remuneração do Pessoal | 431.163 | 355.937 |
| Prémios para Pensões | 127.568 | 212.449 |
| Indemnizações | 19.732 | 24.081 |
| Encargos sobre Remunerações | 124.941 | 0 |
| Seguros de Acidentes de Trabalho | 46.633 | 76.773 |
| Outros | 12.888 | 16.721 |
| | 91.224 | 82.341 |
| Total | 854.148 | 768.303 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | |

- À data de 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Prémio para pensões” integrava os seguintes itens:

| Prémios para pensões | 31-12-2010 |
|----------------------------|---------------|
| Custos serviços correntes | 13.777 |
| Custo dos juros | 74.492 |
| Retorno real dos activos | -55.585 |
| Ganhos e perdas actuariais | -12.952 |
| Total | 19.732 |

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as remunerações pagas aos Órgãos Sociais da Sociedade respeitam exclusivamente a benefícios de curto prazo e foram as seguintes:

| Remunerações auferidas pelo pessoal chave | Dez-10 | Dez-09 |
|-------------------------------------------|---------|---------|
| Conselho de administração | 262.332 | 641.743 |
| Conselho fiscal | 19.500 | 24.000 |

(Unidade Monetária - Euro)

24. Outros Gastos Operacionais

- Em 2010 e 2009 esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

| Outros Gastos Operacionais | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|-------------------------------------------------|----------------|---------------|
| Impostos | 8.392 | 9.659 |
| Gastos em Alienações de Activos Fixos Tangíveis | 16.200 | 26.935 |
| Outros | 92.755 | 31.786 |
| Total | 117.347 | 68.380 |

(Unidade Monetária - Euro)

- Sendo que os “Outros” são:

| Outros | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|--------------------------------------------|---------------|---------------|
| Donativos | 10.600 | 1.600 |
| Quotizações | 866 | 1.950 |
| Insuficiência para Estimativa de Imposto | 14.095 | 0 |
| Correcções Relativas a Períodos Anteriores | 0 | 21.714 |
| Multas | 1.101 | 5.407 |
| Serviços Bancários | 66.089 | 0 |
| Outros | 4 | 1.114 |
| Total | 92.755 | 31.786 |

(Unidade Monetária - Euro)

25. Resultados Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tem a seguinte composição:

| Resultados Financeiros | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|-----------------------------------------|-------------------|-----------------|
| Rendimentos e Ganhos Financeiros | | |
| - Juros Obtidos | 217.536 | 25.130 |
| - Outros | 0 | 3.606 |
| Total | 217.536 | 28.736 |
| Gastos e Perdas Financeiros | | |
| - Juros Suportados | -1.376.943 | -583.827 |
| - Diferenças de Câmbio Desfavoráveis | -8.049 | -826 |
| - Outros | -16.058 | -72.899 |
| Total | -1.401.050 | -657.551 |
| Resultados Financeiros | -1.183.514 | -628.815 |

(Unidade Monetária - Euro)

- Os juros suportados respeitam aos financiamentos correntes e não correntes contraídos pela Sociedade (nota 15).

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

■ 26. (Gastos) | Rendimentos de Impostos

- O saldo apurado de rendimentos de impostos é decomposto do seguinte modo:

| Rendimentos (gastos de impostos) | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|--------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Imposto Corrente | -46.340 | -31.550 |
| Impostos Diferidos | | |
| - Origem e reversão de diferenças temporárias (Nota 7) | 152.978 | 207.632 |
| Total | 106.638 | 176.082 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | |

■ 27. Resultados por acção

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, os resultados por acção têm a seguinte composição:

| Rendimento por Acção | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|-----------------------------|------------|------------|
| Resultado por acção básico | 0,240 | 0,040 |
| Resultado por acção diluído | 0,240 | 0,040 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | |

■ 28. Gestão de riscos

Riscos de Mercado

■ Risco de Taxa de Juro

- Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a Sociedade está exposto ao risco de taxa de juro do Euro.

- Considerando que:

— a volatilidade nos resultados da Sociedade, não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;

— em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respectiva volatilidade nos fluxos de caixa associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;

- a contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado, a política da Sociedade relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição que permita uma adequação das condições de mercado à real exposição da Sociedade, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados consolidados da Sociedade.

- Face ao exposto, a política da Sociedade relativa a este tema define a análise casuística de cada potencial operação, sendo que qualquer contratação de instrumentos derivados deve seguir os seguintes princípios:

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

- os derivados não são utilizados com objectivos de *trading* ou fins especulativos;
- os derivados a contratar devem replicar exactamente as exposições subjacentes no que diz respeito aos indexantes a utilizar, datas de refixação de taxa de juro e datas de pagamento de juro, e perfil de amortização da dívida subjacente;
- o custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente devem ser sempre conhecidos e limitado desde o início de contratação do derivado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado nos planos de negócios;
- Todas as operações devem ser objecto de leilão competitivo, com pelo menos duas instituições financeiras;
- Todas as operações têm como suporte contratual o standard de mercado (*ISDA- International Swaps and Derivatives Association*), com *schedules* negociados com cada uma das Instituições;
- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza um conjunto de métodos de acordo com as práticas de mercado, nomeadamente modelos de avaliação de opções e modelos de actualização de fluxos de caixa futuros com determinados pressupostos de mercado (taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc.) prevalecentes à data de Balanço. Cotações comparativas fornecidas por instituições financeiras são também utilizadas como referencial de valorização;

- Todas as operações que não cumpram, na sua totalidade os princípios atrás estabelecidos, têm de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração.
- A análise de sensibilidade à taxa de juro baseia-se no seguinte pressuposto:
 - Alteração nas taxas de juro afectam os juros a pagar dos empréstimos e descobertos bancários com taxas de juro indexadas;
 - Tendo em conta o pressuposto descrito, era necessário que as taxas de juro tivessem sido 1,00 percentual superior, para que o resultado líquido consolidado fosse inferior em 10%, ou seja, se a taxa de juro tivesse sido superior em 1%, os resultados consolidados teriam sido 311 mil euros inferiores.
 - No que respeita ao empréstimo obrigacionista, a taxa de juro a pagar é a maior entre uma taxa de juro fixa de 5,5% e uma taxa de juro variável, indexada à Euribor 3M, acrescida de um spread de 2,5%. Em 2010, os juros foram pagos tendo como base a taxa de juro fixa, pois o indexante acrescido do spread é ainda bastante inferior. A sociedade pressupõe que em 2011, os juros deste empréstimo serão pagos ainda com a taxa de juro fixa.

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Risco de Taxa de Câmbio

- A Sociedade tem operações a nível internacional, tendo subsidiárias que operam em diferentes países, estando por isso exposta ao risco de taxa de câmbio. Como cada negócio opera em diferentes mercados, não está definida uma política uniforme, mas sim políticas individuais para cada negócio. A exposição da Sociedade ao risco da taxa de câmbio está presente a dois níveis: riscos de transacção e riscos de transposição.
- A Sociedade tem uma exposição de risco de transacção de taxa de câmbio decorrente de transacções comerciais limitado. Para exposições com algum risco de incerteza a Sociedade poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio.
- O aumento da exposição ao real brasileiro é devido ao investimento na Orey FIP I e a sociedade veículo.
- Dada a imaterialidade da exposição ao risco cambial em resultado dos activos e passivos transpostos a data d balanço não é apresentada análise de sensibilidade à variação da taxa de cambio.
- As taxas de câmbio utilizadas na translação dos activos e passivos para as contas consolidadas foram as seguintes:

| Moeda | Câmbio | |
|---------------------|------------|------------|
| | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
| Real Brasileiro | 0,45082 | 0,40106 |
| Dolar Americano | 0,74577 | 0,69080 |
| Kwanza Angolano | 0,00740 | 0,00717 |
| Metical Moçambicano | 0,02147 | 0,00000 |

(Unidade monetária - Euros)

Risco de Crédito

- O risco de crédito, resulta maioritariamente
 - dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a actividade operacional,
 - do seu relacionamento com Instituições Financeiras, no decurso normal da sua actividade, e
 - do risco de incumprimento de contrapartes em operações de gestão de portfolio.
- Crédito sobre Clientes: A gestão de risco de crédito da Sociedade está estruturada nas necessidades próprias dos negócios que integram a Sociedade tendo, em constante consideração:
 - as particularidades do perfil de clientes associados a cada um dos negócios;
 - a determinação criteriosa de limites de crédito adequados, por um lado, ao perfil de cliente e, por outro lado, à natureza do negócio, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco;
 - uma regular monitorização das contas de cliente;
- O estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;
 - o recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Risco de Liquidez

■ A gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir que, a todo o momento, a Sociedade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e
- garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

■ Para este efeito, a Sociedade pretende manter uma estrutura financeira flexível, pelo que o processo de gestão de liquidez no seio da Sociedade compreende os seguintes aspectos fundamentais:

- Optimização da função financeira no seio da Sociedade;
- Planeamento financeiro baseado em previsões de fluxos de caixa quer ao nível individual como consolidado, e para diferentes horizontes temporais;
- Sistema de controlo financeiro no curto e no médio e longo prazo que permita, atempadamente identificar desvios, antecipar necessidades de financiamento e identificar oportunidades de refinanciamento;
- Diversificação das fontes de financiamento e contrapartes;
- Dispersão das maturidades de dívida emitida, visando evitar concentração excessiva, em determinados pontos no tempo, de amortizações de dívida.

■ O acompanhamento regular pela Administração permite a implementação efectiva de uma política de agregação do risco ao nível da Sociedade assim como uma intervenção rápida, directa e centralizada.

■ Em 15 de Outubro de 2004 foi aprovado, em reunião do Conselho de Administração da Sociedade, um Comité Financeiro denominado de ALCO (Asset-Liability Committee).

■ O Comité Financeiro (Asset-Liability Committee) tem como objectivo assessorar o Conselho de Administração na gestão financeira da Sociedade, definindo e controlando a aplicação da política de financiamento da sua actividade e crescimento, incluindo o planeamento do balanço e dos fundos próprios. A OREY está exposta a uma diversidade de riscos financeiros relacionados com as suas operações dos quais se destacam os riscos de taxa de juro, riscos cambiais, riscos de liquidez e riscos de crédito. É da competência da área de Planeamento e Controlo de Gestão fornecer os elementos necessários à avaliação destes riscos, o que é feito em alguns casos numa base semanal (risco de liquidez, e risco de crédito), e outros numa base mensal (risco de taxa de juro e risco de câmbio).

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

■ 29. Activos e passivos contingentes

- A 31 de Dezembro de 2010, os compromissos financeiros que não figuram no balanço são os seguintes:

- Garantias bancárias a favor do estado EUR 916.674
 - Garantias a favor de outras empresas EUR 1.244.219

- À data de 31 de Dezembro de 2010, existem contra a Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., um conjunto de processos fiscais em sede de IRC, sendo que alguns se encontram em fase reclamação graciosa e os restantes em fase de impugnação judicial. O total do montante em causa no conjunto destes processos ascende a 915.541,62 milhares de Euros.

- A Administração da Sociedade, suportada pelos seus consultores jurídicos, considera como pouco provável que o desfecho destes litígios seja desfavorável à Sociedade pelo que não foi reconhecida qualquer provisão nas demonstrações financeiras para este risco.

- Existe uma contingência fiscal, fora do País, de valor não estimado, que a Administração estima que a probabilidade de ocorrência é bastante diminuta.

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

■ 30. Partes Relacionadas

- As partes relacionadas são as seguintes:

| PARTICIPADAS | SEGMENTO | SEDE | Capital Social | Moeda | Proporção Detida 2010 | Proporção Detida 2009 |
|--------------------------------------------------------------------|-------------------------|-----------------------------|----------------|--------|-----------------------|-----------------------|
| Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. | Holding | Lisboa | 13.000.000 | EUR | ----- | ----- |
| Orey Serviços e Organização, SA | Outros | Lisboa | 100.000 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| Orey- Gestão Imobiliária S.A. | Outros | Lisboa | 100.000 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| Horizon View | Navegação | Lisboa | 250.000 | EUR | 91,80% | 56,60% |
| Orey Comércio e Navegação, Lda. | Navegação | Lisboa | 850.000 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| Atlantic Lusofrete - Afretamentos, Transportes e Navegação, S.A.* | Navegação | Lisboa | 50.000 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| Mendes & Fernandes - Serv. Apoio à Nav. Lda | Navegação | Porto | 5.000 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| OA International BV | Navegação | Amesterdão- Holanda | 18.000 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| OA International Antilles NV | Navegação | Curaçao-Antilhas Holandesas | 6.000 | USD | 100,00% | 100,00% |
| Orey Apres e Gestão de Navios Lda | Navegação | Funchal | 50.000 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| Orey (Cayman) Ltd. | Navegação | Cayman Islands | 50.000 | USD | 100,00% | 100,00% |
| Orey Shipping SL | Navegação | Bilbao- Espanha | 3.100 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| Storkship- Navegação, Trânsitos e Logística S.A.** | Navegação | Lisboa | 150.000 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| Orey (Angola) - Comércio e Serviços Lda | Navegação | Luanda-Angola | 485.884 | Kwanza | 99,00% | 99,00% |
| Orey Super Transportes e Distribuição Lda | Navegação | Luanda-Angola | 400.000 | Kwanza | 99,00% | 99,00% |
| OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. S.A. | Representações Técnicas | Lisboa | 450.000 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| Orey Técnica Serviços Navais, Lda.** | Representações Técnicas | Lisboa | 350.000 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| Sofema - Soc.Ferramentas e Máquinas,Lda. | Representações Técnicas | Lisboa | 100.000 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| Contrafogo, Soluções de Segurança S.A. | Representações Técnicas | Lisboa | 811.972 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| Oilwater Industrial, Serviços e Representações S.A. | Representações Técnicas | Lisboa | 100.000 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| Lalizas Maríne- Equipamentos Náuticos Lda | Representações Técnicas | Lisboa | 6.000 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| Orey Financial IFIC, S.A.** | Sector Financeiro | Lisboa | 11.500.000 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| Orey Capital Partners GP,Sarl | Sector Financeiro | Luxemburgo | 35.000 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| Orey Capital Partners SCA SICAR | Sector Financeiro | Luxemburgo | 31.000 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| Orey Gestão de Activos SGFIM S.A. | Sector Financeiro | Lisboa | 1.250.000 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| Orey Management (Cayman) Ltd | Sector Financeiro | Cayman Islands | 50.000 | USD | 100,00% | 100,00% |
| Orey Management BV | Sector Financeiro | Amesterdão- Holanda | 5.390.000 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| Orey Investments NV | Sector Financeiro | Curaçao-Antilhas Holandesas | 6.081 | USD | 100,00% | 100,00% |
| Football Players Funds Management Ltd | Sector Financeiro | Cayman Islands | 40.000 | EUR | 100,00% | 100,00% |
| TRF Initiatoren Gmbh | Sector Financeiro | Munique-Alemanha | 25.000 | EUR | 70,00% | 70,00% |
| TRF Transferrechtefonds 1 Management Gmbh | Sector Financeiro | Munique-Alemanha | 25.000 | EUR | 70,00% | 70,00% |
| Orey Financial Brasil, S.A. | Sector Financeiro | São Paulo- Brasil | 4.070.787 | Real | 99,99% | 99,99% |
| Op. Incrível SGPS, S.A. | Sector Financeiro | Lisboa | 50.000 | EUR | 66,70% | 40,00% |
| Orey Safety and Naval SA | Representações Técnicas | Lisboa | 50.000 | EUR | 99,99% | 0,00% |
| Orey Industrial Representations SA | Representações Técnicas | Lisboa | 50.000 | EUR | 99,99% | 0,00% |
| Secur- Comércio e Representações Lda | Representações Técnicas | Porto | 150.000 | EUR | 99,99% | 0,00% |
| Segurvouga- Comércio e Assistência de Equipamentos de Segurança SA | Representações Técnicas | Aveiro | 77.700 | EUR | 99,99% | 0,00% |
| Fundo de Investimento em Participações Orey I | Sector Financeiro | São Paulo- Brasil | 9.000.000 | BRL | 72,20% | 0,00% |
| FAWSPE - Empreendimentos e Participações, S.A. | Sector Financeiro | São Paulo- Brasil | 7.960.000 | BRL | 72,20% | 0,00% |
| Orey Moçambique | Navegação | Maputo | 60.000 | MZM | 100,00% | 0,00% |
| OP. Incrível Brasil | Sector Financeiro | São Paulo- Brasil | 100.000 | BRL | 66,70% | 40,00% |
| Orey Financial Holding | Sector Financeiro | São Paulo- Brasil | 6.568.629 | BRL | 100,00% | 0,00% |

- Além das empresas participadas descritas no mapa acima existe também como parte relacionada o Monte São José, empresa detida pelo presidente do conselho de administração da Sociedade.
- Todas estas transacções são efectuadas a preços de mercado.

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

- Os saldos e transacções efectuadas em 2010 e 2009 com as partes relacionadas são as seguintes:

| Partes relacionadas | | Compras | Vendas | A receber | A pagar |
|------------------------------------------------------------------|------|---------|---------|-----------|---------|
| Sub-Holdings | | | | | |
| OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. S.A. | 2010 | 0 | 60.213 | 40.124 | 0 |
| | 2009 | 1.990 | 29.552 | 3.295 | 0 |
| Horizon View | 2010 | 0 | 54.936 | 30.795 | 0 |
| | 2009 | 25.558 | 30.137 | 0 | 0 |
| Orey Financial IFIC, S.A. | 2010 | 121.562 | 218.554 | 0 | 22.022 |
| | 2009 | 9.607 | 139.338 | 474 | 0 |
| Subsidiárias | | | | | |
| Atlantic Lusofrete - Afretamentos, Transportes e Navegação, S.A. | 2010 | 0 | 3.060 | 0 | 0 |
| | 2009 | 0 | 24.800 | 0 | 0 |
| Orey Gestão de Activos SGFIM S.A. | 2010 | 12.500 | 730 | 0 | 15.125 |
| | 2009 | 45 | 1.709 | 0 | 0 |
| Mendes & Fernandes - Serv. Apoio à Nav. Lda | 2010 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2009 | 0 | 3.750 | 0 | 0 |
| Oilwater Industrial, Serviços e Representações S.A. | 2010 | 0 | 10.431 | 11.847 | 0 |
| | 2009 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Orey (Angola) - Comércio e Serviços Lda | 2010 | 0 | 57.000 | 109.093 | 0 |
| | 2009 | 0 | 4.561 | 8.773 | 0 |
| Orey Comércio e Navegação, Lda. | 2010 | 0 | 11.700 | 0 | 0 |
| | 2009 | 266 | 135.387 | 0 | 0 |
| Orey Shipping SL | 2010 | 114.756 | 196.791 | 48.792 | 0 |
| | 2009 | 0 | 256.432 | 258.298 | 0 |
| Orey Técnica Serviços Navais, Lda. | 2010 | 0 | 7.560 | 0 | 0 |
| | 2009 | 0 | 122.210 | 28.185 | 0 |
| Storkship- Navegação, Trânsitos e Logística S.A. | 2010 | 0 | 3.060 | 0 | 0 |
| | 2009 | 0 | 9.496 | 11.549 | 0 |
| Sofema - Soc.Ferramentas e Máquinas,Lda. | 2010 | 0 | 23.776 | 0 | 0 |
| | 2009 | 0 | 40.819 | 23.517 | 0 |
| Contrafogo, Soluções de Segurança S.A. | 2010 | 1.324 | 0 | 0 | 154 |
| | 2009 | 0 | 0 | 0 | 154 |
| Orey Management (Cayman) Ltd | 2010 | 0 | 490.426 | 0 | 0 |
| | 2009 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Lalizas Marine - Equipamentos Nauticos | 2010 | 60 | 0 | 0 | 73 |
| | 2009 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Orey Capital Partners | 2010 | 346.000 | 0 | 0 | 160.000 |
| | 2009 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Orey (Cayman) Ltd | 2010 | 0 | 0 | 5.576 | 0 |
| | 2009 | 0 | 0 | 2.469 | 0 |
| Orey- Gestão Imobiliária S.A. | 2010 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2009 | 0 | 62.468 | 374 | 0 |
| Orey Serviços e Organização, SA | 2010 | 372.397 | 155.470 | 0 | 18.378 |
| | 2009 | 396.738 | 98.477 | 27.578 | 0 |
| Outros | | | | | |
| Monte São José | 2010 | 474.000 | 7.837 | 0 | 18.150 |
| | 2009 | 60.000 | 2.618 | 0 | 0 |

(Valores em Euros)

19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

- O movimento ocorrido nos financiamentos e respectivos encargos prestados pela Holding às restantes sociedades do grupo foi a seguinte

| Partes relacionadas | | Financiamentos a Receber | Financiamentos a Pagar | Proveitos de Juros | Diferenças de Câmbio Favoráveis | Diferenças de Câmbio Desfavoráveis |
|-----------------------------------------------------|------|--------------------------|------------------------|--------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| Orey Serviços e Organização, SA | 2010 | 75.000 | - | 1.686 | - | - |
| | 2009 | 647.400 | - | - | - | - |
| Oilwater Industrial, Serviços e Representações S.A. | 2010 | 93.704 | - | - | - | - |
| | 2009 | - | - | - | - | - |
| Orey- Gestão Imobiliária S.A. | 2010 | 800.000 | - | - | - | - |
| | 2009 | 2.131.593 | - | - | - | - |
| Orey Moçambique | 2010 | 105.177 | - | - | - | - |
| | 2009 | - | - | - | - | - |
| OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. S.A. | 2010 | 1.040.076 | - | 23.168 | - | - |
| | 2009 | 541.890 | - | 23.168 | - | - |
| OA International BV | 2010 | 6.094.442 | - | 24.123 | - | - |
| | 2009 | 16.068 | - | - | - | - |
| Horizon View | 2010 | 350.000 | - | 30.621 | - | - |
| | 2009 | - | - | - | - | - |
| Secur- Comércio e Representações Lda | 2010 | 40.000 | - | - | - | - |
| | 2009 | - | - | - | - | - |
| Orey Safety and Naval SA | 2010 | 50.000 | - | - | - | - |
| | 2009 | - | - | - | - | - |
| Agemasa- Ag. Marítima de Consignaciones S.A. | 2010 | 250.000 | - | - | - | - |
| | 2009 | - | - | - | - | - |
| Orey Shipping SL | 2010 | 5.029.205 | - | - | - | - |
| | 2009 | 4.329.205 | - | - | - | - |
| Op. Incrível SGPS, S.A. | 2010 | 1.886.000 | - | - | - | - |
| | 2009 | - | - | - | - | - |
| Orey Financial Holding | 2010 | 2.712.807 | - | - | - | - |
| | 2009 | - | - | - | - | - |
| Sofema - Soc.Ferramentas e Máquinas,Lda. | 2010 | - | - | 787 | - | - |
| | 2009 | - | - | - | - | - |
| Orey Management BV | 2010 | - | - | 56.963 | - | - |
| | 2009 | - | - | - | - | - |
| Orey Técnica Serviços Navais, Lda. | 2010 | - | - | - | - | - |
| | 2009 | 80.000 | - | - | - | - |
| OA Agencies, S.A. | 2010 | - | - | - | - | - |
| | 2009 | 38.021 | - | - | - | - |

(Unidade monetária - Euros)

20. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

■ Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., as quais compreendem: a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 112.418.855 euros e um total de capital próprio de 81.993.029 euros, incluindo um resultado líquido de 3.104.970 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

■ Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da

Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa;

- b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e) a de informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

20. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

■ Âmbito

■ O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º dos Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

■ Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

20. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

▪ Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e que o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 7 de Abril de 2011

Ernst & Young Audit & Associados – SROC,
S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
(nº 178)

Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

20. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

- Senhores Accionistas,
- No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias apresentamos o relatório da actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA (adiante também designada por Empresa), bem como o parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Relatório

- Acompanhámos durante o exercício de 2010 a actividade da Empresa, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, zelámos pela observância da lei e do contrato de sociedade e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.
- Dando cumprimento ao disposto no Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal reuniu com a frequência que considerou adequada tendo obtido junto dos responsáveis das áreas financeira e da contabilidade, bem como dos auditores externos, todos os

esclarecimentos e informações solicitados. Neste âmbito procedeu à: (i) fiscalização da Administração da Sociedade; (ii) vigilância da observância da lei e do contrato de sociedade; (iii) verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte; (iv) verificação da extensão da caixa e da existência de bens e valores pertencentes à sociedade; (v) verificação dos documentos de prestação de contas; (vi) verificação que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados; (vii) fiscalização da eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno.

- No âmbito das suas competências o Conselho Fiscal procedeu, ainda, à fiscalização: (i) do processo de preparação e de divulgação de informação financeira; (ii) da revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade; e (iii) da independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

20. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

- O Conselho Fiscal obteve, sempre que necessário, as informações e elementos solicitados junto dos Auditores da Empresa e apreciou a certificação legal das contas emitida pelo Revisor oficial de contas, com a qual concorda.
- No decorrer do exercício registou-se uma alteração da composição do Conselho Fiscal, conforme comunicado oportunamente às entidades competentes, tendo-se procedido à substituição de José Eliseu Chasqueira Mendes pelo novo membro Nuno Salvador Vieira P. Salvador Pinheiro.
- Ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artº. 245 do CVM, o Conselho Fiscal afirma que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida no Relatório de Gestão, Contas Anuais e demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.
- A Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2010, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos capitais próprios, a Demonstração do rendimento integral e a Demonstração dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras bem como o Relatório de gestão, que examinámos, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira, do resultado das suas operações e os fluxos de caixa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados merecem a nossa concordância.

20. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer

■ Assim, propomos:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de gestão, a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2010, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos capitais próprios, a Demonstração do rendimento integral e a Demonstração dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras, da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.
- 2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

Lisboa, 07 de Abril de 2011

O CONSELHO FISCAL

José Martinho Soares Barroso - Presidente

Acácio Augusto Lougares Pita Negrão

Nuno de Deus Vieira P. Salvador Pinheiro

21. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

| ACTIVO | Notas | Dez-10 | 31-12-2009 Aprovado | 31-12-2009 Ajustado |
|-----------------------------------------------------------------|-------|--------------------|------------------------|------------------------|
| ACTIVOS NÃO CORRENTES | | | | |
| Activos Fixos Tangíveis | 6 | 10.451.132 | 9.905.758 | 9.905.758 |
| Propriedades de Investimento | 7 | 4.650.900 | 4.831.926 | 4.831.926 |
| Goodwill | 8 | 16.436.963 | 15.375.758 | 15.375.758 |
| Outros Activos Intangíveis | 9 | 44.117 | 58.244 | 58.244 |
| Investimentos Financeiros em Associadas | 10 | 350.887 | 227.869 | 227.869 |
| Outros Activos Financeiros | 11 | 286.195 | 457.548 | 457.548 |
| Adiantamentos por conta de Activos | 12 | 3.399.030 | 0 | 0 |
| Activos por Impostos Diferidos | 13 | 2.216.245 | 1.625.550 | 1.625.550 |
| Total dos Activos Não Correntes | | 37.835.468 | 32.482.654 | 32.482.654 |
| ACTIVOS CORRENTES | | | | |
| Existências | 14 | 2.583.162 | 1.843.842 | 1.843.842 |
| Contas a Receber- Clientes | 15 | 16.104.118 | 12.979.337 | 10.205.893 |
| Contas a Receber- Outras | 16 | 12.154.137 | 16.865.663 | 8.946.582 |
| Diferimentos | 16 | 2.812.345 | 607.202 | 685.858 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 17 | 32.250.327 | 13.507.659 | 13.507.659 |
| Total dos Activos Correntes | | 65.904.090 | 45.803.702 | 35.189.833 |
| Activo Total de Unidades Operacionais em Continuidade | | 103.739.558 | 78.286.356 | 67.672.487 |
| Activo Total de Unidades Operacionais em Descontinuação | | 18 | 0 | 132.587 |
| TOTAL DO ACTIVO | | 103.739.558 | 78.418.943 | 67.805.075 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | NOTAS | Dez-10 | Dez-09 | Dez-09 |
| CAPITAL PRÓPRIO | | | | |
| Capital | 19 | 13.000.000 | 13.750.000 | 13.750.000 |
| Ações Próprias | 20 | -176.626 | -3.064.277 | -3.064.277 |
| Prémios de Emissão | 19 | 7.486.204 | 8.236.204 | 8.236.204 |
| Reservas | 21 | 3.286.172 | 3.458.422 | 3.458.422 |
| Reserva de Conversão Cambial | 21 | -215.598 | -320.476 | -320.476 |
| Resultados Transitados | | 119.232 | 3.421.587 | 3.421.587 |
| Resultado Líquido do Período | | 3.038.107 | 1.299.528 | 1.299.528 |
| Capital Próprio Atribuível ao Grupo | | 26.537.491 | 26.780.988 | 26.780.988 |
| Interesses Que Não Controlam | | 1.143.709 | -7.837 | -7.837 |
| Total do Capital Próprio | | 27.681.200 | 26.773.151 | 26.773.151 |
| PASSIVO | | | | |
| PASSIVOS NÃO CORRENTES | | | | |
| Provisões | 22 | 639.361 | 184.495 | 184.495 |
| Empréstimos e Descobertos Bancários | 23 | 14.631.498 | 10.273.096 | 10.273.096 |
| Responsabilidades por Benefícios de Reforma | 24 | 154.568 | 462.021 | 462.021 |
| Empréstimos por Obrigações | 25 | 12.616.425 | 0 | 0 |
| Passivos por Impostos Diferidos | 13 | 988.481 | 828.652 | 828.652 |
| Passivos por Locação Financeira | 26 | 691.178 | 427.838 | 427.838 |
| Total dos Passivos Não Correntes | | 29.721.510 | 12.176.102 | 12.176.102 |
| PASSIVOS CORRENTES | | | | |
| Contas a Pagar- Fornecedores | | 16.066.341 | 8.816.253 | 8.816.253 |
| Empréstimos e Descobertos Bancários | 23 | 16.525.980 | 13.350.560 | 13.350.560 |
| Contas a Pagar- Outras | 27 | 12.903.869 | 16.486.571 | 5.872.702 |
| Diferimentos | 27 | 672.868 | 297.786 | 297.786 |
| Passivos por Locação Financeira | 26 | 167.790 | 104.330 | 104.330 |
| Total dos Passivos Correntes | | 46.336.847 | 39.055.499 | 28.441.630 |
| Passivo Total de Unidades Operacionais em Continuidade | | 76.058.358 | 51.231.602 | 40.617.733 |
| Passivo Total de Unidades Operacionais em Descontinuação | | 18 | 0 | 414.191 |
| Total do Passivo | | 76.058.358 | 51.645.793 | 41.031.924 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | | 103.739.558 | 78.418.944 | 67.805.075 |
| (Unidade Monetária -Euros) | | | | |

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

21. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

| Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas | Notas | Dez-10 | Dez-09 |
|--------------------------------------------------------------|---------|--------------------|--------------------|
| Proveitos Operacionais | | | |
| Vendas | 5 | 8.017.115 | 7.301.082 |
| Prestação de Serviços | 5 | 72.945.929 | 54.382.717 |
| Ganhos/Perdas em Empresas Associadas | 28 | 316.813 | 94.008 |
| Outros Proveitos Operacionais | 29 | 4.338.759 | 1.911.841 |
| Total dos Proveitos Operacionais | | 85.618.615 | 63.689.648 |
| Custos Operacionais | | | |
| Custo das Vendas | 14 | -5.265.338 | -4.793.900 |
| Fornecimentos e Serviços de Terceiros | 30 | -60.008.779 | -42.738.898 |
| Custos com o Pessoal | 31 | -12.642.677 | -11.106.546 |
| Provisãoes | 22 | -418.800 | -191.779 |
| Imparidade | 14 e 15 | -531.229 | -728.641 |
| Outros Custos Operacionais | 32 | -2.137.988 | -1.321.403 |
| Total dos Custos Operacionais | | -81.004.811 | -60.881.168 |
| EBITDA | | 4.613.804 | 2.808.480 |
| Amortizações | | -1.227.870 | -1.198.605 |
| EBIT | | 3.385.934 | 1.609.875 |
| Resultados Financeiros | 33 | -406.686 | -611.057 |
| Resultado Antes de Impostos | | 2.979.247 | 998.817 |
| Gastos (Rendimentos) de Impostos | 34 | 117.842 | 302.274 |
| Resultado das Unidades Operacionais em Continuidade | | 3.097.090 | 1.301.091 |
| Resultado das Unidades Operacionais em Descontinuação | | 0 | -2.558 |
| Resultado Consolidado | | 3.097.090 | 1.298.533 |
| Atribuível a: | | | |
| Accionistas da Empresa Mãe | | 3.038.107 | 1.299.528 |
| Interesses que não controla | | 58.983 | -995 |
| Resultado Líquido do Período por Acção | | | |
| Básico | 35 | 0,235 | 0,103 |
| Diluído | 35 | 0,235 | 0,103 |

(Unidades Monetárias - Euros)

21. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

| | Capital emitido | Acções próprias valor nominal | Acções próprias descontos e prémios | Prémios de emissão | Reservas legais | Reservas de reavaliação | Reservas livres | Reserva de Conversão Cambial | Resultados transitados | Resultado líquido | Outras Reservas | Total | Interesses que não controlam | Total |
|-----------------------------------------------------|-------------------|-------------------------------|-------------------------------------|--------------------|------------------|-------------------------|-----------------|------------------------------|------------------------|-------------------|-----------------|-------------------|------------------------------|-------------------|
| Saldo em 1 de Janeiro de 2009 | 13.640.834 | -488.385 | -897.625 | 8.127.038 | 2.708.368 | 3.021.920 | 255.156 | 0 | -255.046 | 2.271.927 | 0 | 28.384.186 | -27.042 | 28.357.144 |
| Resultado Integral | | | | | 83.900 | 263.252 | | -386.285 | 1.299.528 | 15.089 | 1.275.484 | -995 | 1.274.489 | |
| Aumento de Capital | 109.166 | | 109.166 | | | | | | | | 218.333 | | | 218.333 |
| Transferência do Resultado de 2008 | | | | | | | | 2.271.927 | -2.271.927 | | 0 | | | 0 |
| Constituição Sociedade | | | | | | | | | | | 0 | 20.200 | | 20.200 |
| Transferência de Reservas Afectas a Acções Próprias | | | | | -3.064.277 | | | 3.064.277 | | | | 0 | | 0 |
| Dividendos de 2008 | | | | | | | | -1.418.748 | | | -1.418.748 | | -1.418.748 | |
| Realização dos Excedentes de Revalorização | | | | | -1.602.537 | | | 1.602.537 | | | 0 | | | 0 |
| Aplicação de Resultados | | | | | 99.283 | | | -99.283 | | | 0 | | | 0 |
| Aquisição Acções Próprias (Nota 20) | -630.662 | -1.047.605 | | | 1.678.268 | | | -1.678.268 | | | -1.678.267 | | -1.678.267 | |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2009 | 13.750.000 | -1.119.047 | -1.945.230 | 8.236.204 | 1.421.642 | 1.503.283 | 518.408 | 0 | 3.101.111 | 1.299.528 | 15.089 | 26.780.988 | -7.837 | 26.773.151 |
| Resultado Integral | | | | | | | | 162.307 | 3.038.107 | | 3.200.414 | 85.453 | 3.285.867 | |
| Redução de Capital (Nota 19) | -750.000 | 19.612 | 31.562 | -750.000 | | | | -1.141.932 | | | -2.590.759 | | -2.590.759 | |
| OPV | 1.190.453 | | 1.915.826 | | | | | -3.106.278 | | | 0 | | | 0 |
| Reconhecimento de Interesses que não controlam | | | | | | | | | | | | 1.066.093 | | 1.066.093 |
| Transferência do Resultado de 2009 | | | | | | | | 1.299.528 | -1.299.528 | | 0 | | | 0 |
| Constituição Reservas | | | | | 44.785 | | 41.131 | -44.785 | | | 41.130 | | | 41.130 |
| Aquisição Acções Próprias (Nota 20) | -158.707 | | -111.093 | | | | | | | | -269.800 | | -269.800 | |
| Outros | | | | | | -258.165 | | -366.317 | | | -624.482 | | -624.482 | |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2010 | 13.000.000 | -67.690 | -108.936 | 7.486.204 | 1.466.427 | 1.245.118 | 559.539 | 0 | -96.366 | 3.038.107 | 15.089 | 26.537.491 | 1.143.709 | 27.681.200 |

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

21. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

| Demonstração Consolidada do Resultado Integral | Dez-10 | Dez-09 |
|---------------------------------------------------|-----------|-----------|
| Resultado Líquido Consolidado | 3.038.107 | 1.298.533 |
| Variação nas Reservas de Conversão Cambial | 90.881 | -56.407 |
| Valorização Orey 7 | 0 | 194.227 |
| Revalorização dos Activos | 256.941 | 77.977 |
| Constituição de Reservas Livres | 0 | 69.025 |
| Constituição de Outras Reservas | 0 | 15.089 |
| Outros | -185.516 | -323.955 |
| Resultado Integral | 3.200.414 | 1.274.489 |
| Atribuível a: | | |
| Detentores de Capital | 3.285.867 | 1.275.466 |
| Interesses que não controlam | 85.453 | -977 |

(Unidade Monetária - Euro)

21. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA

| Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa (Método Directo) | Notas | Dez-10 | Dez-09 |
|------------------------------------------------------------------|-------|-------------------|--------------------|
| ACTIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Recebimentos de Clientes | | 79.677.092 | 63.135.768 |
| Pagamentos a Fornecedores | | -60.989.643 | -50.752.973 |
| Pagamentos ao Pessoal | | -12.580.775 | -11.117.731 |
| Fluxos Gerado pelas Operações | | 6.106.674 | 1.265.064 |
| Pagamento do Imposto sobre o Rendimento | | -321.362 | -148.481 |
| Outros Pagamentos relativos à Actividade Operacional | | 9.174.959 | 3.135.657 |
| Fluxos Gerados nas Rubricas Operacionais | | 14.960.271 | 2.019.074 |
| Fluxos das Actividades Operacionais (1) | | 14.960.271 | - 2.019.074 |
| ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: | | | |
| Outros Activos Financeiros | | 3.428.864 | 280.000 |
| Activos Fixos Tangíveis | | 75.192 | 686.010 |
| Juros e Provisões Similares | | 222.422 | 228.274 |
| | | 3.726.477 | 1.194.283 |
| PAGAMENTOS RESPEITANTES A: | | | |
| Outros Activos Financeiros | | -10.939 | 0 |
| Aquisição de Subsidiárias | | -1.186.000 | 0 |
| Activos Fixos Tangíveis | | -1.907.619 | -645.069 |
| Activos Fixos Intangíveis | | -614.649 | -44.714 |
| | | -3.719.207 | -689.782 |
| Fluxos das Actividades de Investimentos (2) | | 7.271 | 504.501 |
| ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE: | | | |
| Empréstimos | | 11.219.056 | 3.246.965 |
| Venda de Acções Próprias | | 11.905 | <u>218.332</u> |
| | | 11.230.961 | 3.465.297 |
| PAGAMENTOS RESPEITANTES A: | | | |
| Empréstimos | | -3.685.235 | -2.961.724 |
| Amortizações de Contratos de Locação Financeira | | -107.205 | -263.648 |
| Juros e Custos Similares | | -1.363.618 | -785.987 |
| Aquisição de Acções Próprias | | -269.800 | -1.678.267 |
| Reduções de Capital e prémios de emissão | | -1.500.000 | 0 |
| Dividendos | | -1.136.268 | -1.496.962 |
| | | -8.062.125 | -7.186.589 |
| Fluxos de Actividades de Financiamento (3) | | 3.168.836 | - 3.721.292 |
| Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3) | | 18.136.377 | - 5.235.865 |
| Efeito das Diferenças de Câmbio | | 606.291 | - 648.172 |
| Caixa e seus Equivalentes no Início do Período | | 13.507.659 | 19.391.696 |
| Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período | 17 | 32.250.327 | 13.507.659 |

(Unidade monetária - Euros)

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

*(Todos os valores são expressos em euros,
salvo expressamente indicado)*

■ Nota Introdutória

- A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. (“Sociedade” ou “SCOA”) foi fundada em 1886 por Rui d’Orey sob o nome de Rui d’Orey & Cia. e tem por objecto social o comércio de comissões e consignações e qualquer outro ramo de comércio ou indústria que, por deliberação do Conselho de Administração, resolva explorar e lhe não seja vedado por lei.
- Actualmente a SCOA é a holding de um Grupo de sociedades que actuam em Portugal, em Espanha, em Angola, em Moçambique e no Brasil em três actividades diferentes:

- Navegação (Agentes de Navegação, Transitários, Consignação, Operações Portuárias);
- Representações técnicas em diferentes áreas (Equipamentos navais e segurança no mar, Petroquímica, Monitorização e controlo, Águas e saneamento e Combate a Incêndios);
- Área Financeira (Gestão de Patrimónios e de Fundos de Investimento).

- A SCOA é uma sociedade de direito português com sede na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, nº 17 6º A no Ed. Amoreiras Square.
- Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

■ Nos termos do artº 68 do CSC, a Assembleia Geral de Accionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

■ 1. Políticas Contabilísticas

Bases de Apresentação

■ As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte dessas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) quer as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respectivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC), desde que e na versão em que tenham sido publicadas sob a forma de regulamento da Comissão Europeia, no jornal oficial das Comunidades Europeias (tal como previsto no artigo 3º do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho). Estas normas e interpretações serão, de ora em diante, designadas genericamente por “IAS/IFRS”.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são consistentes com as seguidas na preparação das contas anuais a 31 de Dezembro de 2009. As novas normas e interpretações efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2010 (inclusive as alterações resultantes dos melhoramentos às IFRS) não tiveram qualquer impacto na posição financeira consolidada nem na performance consolidada do Grupo.
- O Grupo não adoptou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida mas que ainda não esteja efectiva, nem perspectiva que tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

Julgamentos, Estimativas e Pressupostos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo obriga a Administração a proceder a julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam os valores reportados de proveitos, gastos, activos, passivos e divulgações. Contudo, a incerteza em volta destas estimativas e pressupostos podem resultar em ajustamentos futuros susceptíveis de afectarem os activos e passivos futuros. Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos

subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas.

Estimativas e pressupostos

- Na preparação das demonstrações financeiras anexas a Administração baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.
- As estimativas contabilísticas mais significativas, reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício, incluem:
 - Revalorização dos activos fixos tangíveis e das propriedades de investimento;
 - Testes de imparidade ao goodwill e a outros activos intangíveis;
 - Estimativas de proveitos e de custos associados a processos de navegação e trânsitos em curso
- Os pressupostos mais significativos reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício são:
 - Benefícios de Reforma
 - Impostos Diferidos Activos

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

■ Princípios de Consolidação

■ a) Empresas Controladas

- As subsidiárias ou filiais são as empresas controladas, directa ou indirectamente pelo grupo. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, directa ou indirectamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as suas políticas operacionais e financeiras.
- As subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global desde a data em que o Grupo passou a deter o seu controlo.
- Nas concentrações empresariais, os activos e passivos de cada filial (incluindo os passivos contingentes) são mensurados ao seu justo valor na data de aquisição, conforme estabelecido no IFRS 3 – “Concentrações de Actividades Empresariais”.
- Qualquer excesso (défice) do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido, respectivamente, como goodwill e no caso de défice, após reanálise do processo de valorização do justo valor e caso este se mantenha, na demonstração de resultados do exercício.
- Para a mensuração do custo com a concentração de actividades empresariais

são também levados em linha de conta quaisquer ajustamentos decorrentes de acordos (ou opções de compra) que possam estar dependentes de futuros acontecimentos, desde que sejam prováveis e desde que possam ser mensurados com fiabilidade.

- Os interesses que não controlam são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.
- Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício são incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, respectivamente.
- Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.
- As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda de relato na data em que ocorrem. Os activos e passivos financeiros são transpostos para a moeda de relato ao câmbio da data do balanço.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

b) Empresas controladas conjuntamente

- Os interesses financeiros em empresas controladas conjuntamente (caso único aplicável à Agemasa – Agencia Marítima de Consignaciones, S.A.- Bilbao – detida em 50%) foram consolidados nas demonstrações financeiras pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo foi partilhado.

De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e gastos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

c) Associadas

- Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa e que não sejam subsidiárias nem interesses em empreendimentos conjuntos.
- Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas.

Presumiu-se a existência de influência significativa quando o Grupo detém, directa ou indirectamente, 20% ou mais do poder de voto da investida.

- As associadas foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

d) De acordo com este método:

- os investimentos em associadas são inicialmente reconhecidos pelo custo e as quantias escrituradas são aumentadas ou diminuídas para reconhecer as partes do Grupo nos resultados das investidas depois das datas de aquisição;
- as partes do Grupo nos resultados das investidas são reconhecidas nos resultados dos interesses maioritários;
- as distribuições recebidas das investidas reduzem as quantias escrituradas dos investimentos;
- as alterações nos interesses que não controlam proporcionais do Grupo nas investidas, resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados, são reconhecidas directamente no capital próprio do Grupo.

d) Partes relacionadas

- Para os efeitos das presentes demonstrações financeiras consolidadas, uma parte é considerada como sendo relacionada com o Grupo se:

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- (i) a parte for membro do pessoal chave de gerência da entidade ou da sua empresa-mãe;
 - (ii) a parte for membro íntimo da família de qualquer indivíduo referido no ponto (i) anterior;
 - (iii) a parte for uma entidade controlada, controlada conjuntamente ou significativamente influenciada por, ou em que o poder de voto significativo nessa entidade reside em, directa ou indirectamente, qualquer indivíduo referido nos pontos (i) e (ii) anteriores;
 - ou
 - (iv) a parte for um plano de benefícios pós-emprego para benefício dos empregados da entidade, ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.
- A posição financeira e os resultados contidos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas não foram afectados pela existência de partes relacionadas com o Grupo.
- Relato por segmentos**
- A informação por segmentos é apresentada tendo em conta que cada segmento de negócio é um componente distinto do Grupo, que fornece produtos ou serviços distintos sujeitos a riscos e retornos diferentes dos outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um componente distinto do grupo que fornece produtos ou serviços sujeitos a riscos e retornos diferentes dos outros segmentos geográficos.
 - Foram identificados quatro segmentos de negócio e quatro segmentos geográficos:
 - Segmentos de Negócio:
 - (i) Navegação ,
 - (ii) Representações Técnicas,
 - (iii) Área Financeira,
 - (iv) Outras operações.
 - Segmentos Geográficos:
 - (i) Portugal
 - (ii) Espanha
 - (iii) Brasil
 - (iv) Angola
 - (v) Moçambique
 - Na nota 4 encontram-se identificadas as empresas incluídas na consolidação pelo método integral e proporcional que foram associadas aos segmentos acima identificados.
 - O relato por segmentos de negócio consta nos mapas apresentados na Nota 5, nos quais se complementa a informação requerida na IFRS 8, obtendo-se para cada negócio o detalhe sobre a formação do seu resultado e a síntese dos activos e passivos das empresas nele incluídas.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Critérios de Reconhecimento e Mensuração

Réido e Especialização de Exercícios

- Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização.
- Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são ainda reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.
- Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.
- Os gastos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.
- Os gastos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que

respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de "Diferimentos".

Activos, Passivos e Transacções em Moeda Estrangeira

- Os activos , passivos e as transacções em moeda estrangeira foram convertidos da seguinte forma:
 - Activos e passivos à taxa de câmbio da data do balanço;
 - Rendimentos e gastos à taxa de câmbio da data das operações;
 - Capitais próprios à taxa de câmbio histórica;
 - As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do período.

As diferenças de câmbio que surjam com esta transposição são registadas directamente no Capital Próprio na rubrica de “Reserva de Conversão Cambial”.

- As cotações utilizadas para conversão em Euros das contas do fundo Orey I e da sociedade FAWSPE e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

| Moeda | Câmbio | |
|-----------------|-----------------------------------------------|------------|
| | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
| Real Brasileiro | 0,45082 <i>(Unidade monetária - Euros)</i> | 0,40106 |

Activos Fixos Tangíveis

- Nos termos da IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis, os activos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade, são contabilisticamente relevados ao custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

- Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

- A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem.

- As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo, com a vida útil estimada dos bens, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados.

- A vida útil estimada da generalidade dos activos incluídos nas várias rubricas é a seguinte:

| | Anos de Vida Útil |
|--------------------------------|-------------------|
| Edifícios e o construções | 50 |
| Equipamento Básico | 4 |
| Equipamento Transporte | 4 |
| Ferramentas e Utensílios | 3-4 |
| Equipamento Administrativo | 4-8 |
| Outras Imobilizações Corpóreas | 4-8 |

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Propriedades de Investimento

- As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital. Estes activos encontram-se valorizados ao justo valor e não são amortizados. As propriedades de investimento foram sujeitas a avaliação independente por parte da CPU Consultores de Avaliação, Lda com referência à data de 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009.
- As avaliações foram efectuadas ao valor de mercado, entendendo-se por Valor de Mercado, ou “Presumível Valor de Transacção em Mercado Aberto” (“Open Market Value”), como “a estimativa do montante mais provável em termos monetários pelo qual, à data de avaliação, a propriedade poderá ser trocada num mercado livre aberto e competitivo e após adequada exposição, que reúna todas as condições para uma venda normal entre um vendedor e um comprador que actuem de livre vontade, com prudência, plena informação e interesse equivalente e assumindo que o preço não é afectado por estímulos específicos ou indevidos”.
- Na determinação dos valores dos imóveis foi considerado o facto de os edifícios onde as fracções avaliadas estão inseridas se encontrarem em propriedade horizontal. As áreas consideradas neste estudo foram as mesmas que as consideradas em estudos anteriores. Foi determinado o Valor de Mercado dos imóveis, considerando que este deverá traduzir o máximo e melhor uso de cada uma das propriedades. Foi considerado que os imóveis se encontram livres de quaisquer ónus ou encargos. Importa ainda realçar que neste processo de reavaliação não são tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios exercidos nos imóveis, sendo estes avaliados tal como se encontram e com os seus usos actuais.
- O valor financeiro foi determinado tendo por base as rendas mensais actuais.
- Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.
- Apenas o imóvel da rua dos Remolares sofreu obras de beneficiação a nível interior e exterior.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Outros Activos Intangíveis

- Um activo intangível é um activo não monetário identificável sem substância física.
- Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis por esta e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Impostos sobre o rendimento

- O Grupo encontra-se sujeito a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, incrementada em 1,5% pela derrama, que resulta numa taxa de imposto agregada de 26,5%. A tributação do Grupo em sede de IRC é efectuada, no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades.
- O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis, de acordo com as taxas e leis fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.
- Desde o exercício de 2002, o Grupo contabiliza, para além dos impostos correntes, os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias

tributáveis e dedutíveis, entre as quantias escrituradas dos activos e passivos e a sua base fiscal (quantia atribuída a esses activos e passivos para efeitos fiscais).

- Conforme previsto no IAS 12 – “Impostos sobre o Rendimento”, são reconhecidos activos e passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis, excepto quando associadas ao goodwill ou quando resultem do reconhecimento inicial de activos e passivos que não sejam concentrações de actividades empresariais e que, no momento da transacção, não afectem o lucro contabilístico nem o lucro tributável (perda fiscal). Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que existe uma segurança razoável de que serão gerados lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais poderão ser utilizadas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais reportáveis.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados com base nas taxas e leis fiscais que se espera que estejam em vigor quando o activo for realizado/ passivo for liquidado, isto é a data em que os impostos serão revertidos

- Os gastos (rendimentos) de impostos sobre o rendimento são relevados como resultados do exercício, excepto se o imposto se relacionar com itens que sejam creditados ou debitados directamente em rubricas do capital próprio, no mesmo ou num diferente período, caso em que o imposto é também relevado no capital próprio.

Responsabilidade Sobre Benefícios de Reforma

- O Grupo assumiu o compromisso de conceder aos seus colaboradores admitidos até 1980, prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituído para o efeito um fundo de pensões autónomo. Cobrindo a diferença entre 80% do último salário como trabalhador activo e o valor pago pela Segurança Social a título de reforma.

- A fim de estimar as suas responsabilidades com os complementos de reforma, o Grupo obtém, anualmente estudos actuariais elaborados por uma entidade independente e especializada, de acordo com o método denominado por "Projected Unit Credit" e pressupostos e bases técnicas e actuariais internacionalmente aceites.

- A Orey adoptou o modelo do corridor, conforme preconizado no IAS 19.

Imparidade

- Na generalidade dos activos não correntes de valor significativo é efectuada uma avaliação de imparidade à data do Balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indicie que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. No âmbito destas avaliações de imparidade, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a identificar e determinar a extensão de eventuais perdas de imparidade.

- Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda de imparidade, registada na Demonstração dos Resultados.

Provisões

- Uma provisão é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.
- As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Unidades Operacionais em Descontinuação

- Os activos, passivos e resultados das operações em descontinuação referem-se às empresas subsidiárias Leme – Agência de Navegação, Lda.

■ Goodwill

- O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma controlada, associada, na respectiva data de aquisição.
- O Goodwill é registado como activo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira ou na rubrica de “Investimentos em associadas”.
- Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de Goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada do rendimento integral do período e não é susceptível de reversão posterior.
- Na alienação de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, o correspondente Goodwill é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

■ De acordo com a redação da IFRS 3 em vigor até de Dezembro de 2009, os custos directos relacionados com a concentração bem como os valores pagos referentes a passivos contingentes afectavam directamente o valor inicialmente reconhecido no Goodwill.

■ A revisão desta norma contabilística ainda nesse ano veio trazer alterações significativas ao nível da mensuração e reconhecimento das concentrações de actividades empresariais efectuadas em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009, nomeadamente no que diz respeito:

- (a) à mensuração dos interesses que não controlam (anteriormente designados interesses minoritários);
- (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes;
- (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração.

■ Ora, de acordo com a nova redacção estes custos e passivos contingentes deixam de afectar o valor inicial do Goodwill e passam a ser reconhecidos como custo do exercício.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Activos e passivos financeiros

- Activos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se constitui parte na respectiva relação contratual.

■ Contas a receber

— As dívidas de "Clientes" e as "Outras dívidas de terceiros" são registadas pelo custo amortizado e apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma reflectir o seu valor realizável líquido.

— As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, o Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

- As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que

se perspective um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

■ Caixa e Bancos

— Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e bancos correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

■ Instrumentos de Capital

— Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual, independente da forma legal que assumam;

— Os instrumentos de capital próprios são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo, após dedução dos passivos;

— Tais instrumentos de capital próprio são registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão.

■ Financiamentos

— Os financiamentos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respectivo justo valor nessa data.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

— Subsequentemente, financiamentos correntes são mensurados ao justo valor, na data de reconhecimento, visto que as diferenças destas valorizações para a valorização segundo o custo amortizado não são materiais.

— Os financiamentos não correntes são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva.

■ Contas a Pagar

— As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal e não vencem juros.

■ Acções próprias

— As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas decorrentes da alienação de acções próprias são registados em “outras reservas”.

■ Instrumentos Derivados

— O Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar a cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

— Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efectuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela

variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IAS 39, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

— Os instrumentos derivados, embora contratados com os objectivos atrás referidos (fundamentalmente opções cambiais), são inicialmente registados pelo seu custo, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor. As variações afectam directamente as rubricas de “Rendimentos e Ganhos financeiros” e “Gastos e Perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados.

■ Inventários

— Os inventários são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflecte o seu valor estimado de realização.

— São registados ajustamentos por depreciação de inventários sempre que o seu valor realizável líquido (preço de venda estimado no decurso normal da actividade, deduzido dos respectivos custos de venda) seja inferior ao seu valor de custo.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

■ Impostos Diferidos

- Conforme previsto no IAS 12 – “Impostos sobre o Rendimento”, são reconhecidos activos e passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis, excepto quando associadas ao goodwill ou quando resultem do reconhecimento inicial de activos e passivos que não sejam concentrações de actividades empresariais e que, no momento da transacção, não afectem o lucro contabilístico nem o lucro tributável (perda fiscal).
- Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que existe uma segurança razoável de que serão gerados lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais poderão ser utilizadas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais reportáveis.
- Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados com base nas taxas e leis fiscais que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data do balanço.
- Os gastos (rendimentos) de impostos sobre o rendimento são relevados como resultados do exercício, excepto se o imposto se relacionar com itens que sejam creditados ou debitados directamente em rubricas do capital próprio, no mesmo ou num diferente período, caso em que o imposto é também relevado no capital próprio.

Activos e Passivos Contingentes

- Os passivos contingentes são reconhecidos, quando a possibilidade de uma saída de fundos no futuro seja certa ou provável, sendo objecto de divulgação, quando esta ocorrência seja possível.
- Um activo contingente é um provável activo que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Investimentos financeiros em associadas

- Os investimentos em associadas são reconhecidos / despreconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes à sua posse, independentemente da data de liquidação financeira.
- Os investimentos em associadas são inicialmente mensurados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transacção.
- Os investimentos em associadas são investimentos em instrumentos de capital próprio que no entanto estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial conforme descrito na alínea c) dos princípios de consolidação incluídos na presente nota.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

▪ *Imparidade*

- Na generalidade dos activos não correntes de valor significativo é efectuada uma avaliação de imparidade à data do Balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indicie que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. No âmbito destas avaliações de imparidade, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a identificar e determinar a extensão de eventuais perdas de imparidade.
- Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda de imparidade, registada na Demonstração dos Resultados.
- Os testes de imparidade são também efectuados para os activos financeiros correntes, neste caso ao longo do ano, por forma a determinar os necessários ajustamentos, nomeadamente em relação aos saldos das “Contas a Receber – Clientes” e “Contas a Receber – Outras”, por forma a identificar os ajustamentos de imparidade decorrentes de cobranças duvidosas.

▪ *Eventos Subsequentes*

- Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre situações existentes à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

- Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se significativas, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

▪ **2. Alterações de políticas, estimativas e erros**

Adopção de normas

- Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), foram adoptadas as seguintes normas e interpretações com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2010, embora sem qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Grupo:
 - IFRS 3 (Revista) – Concentrações de actividades empresariais. - Esta revisão vem trazer alterações significativas ao nível da mensuração e reconhecimento das concentrações de actividades empresariais efectuadas em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009, nomeadamente no que diz respeito:
 - (a) à determinação do Goodwill implícito numa concentração
 - (b) à mensuração dos interesses que não controlam (anteriormente designados interesses minoritários);
 - (c) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes;
 - (d) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- IAS 27 (Revista) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. As alterações mais significativas são as seguintes:

– Transacções que dão origem a alterações na percentagem de interesses detidos que não resultem em perda de controlo são contabilizadas no capital próprio, não tendo qualquer impacto no goodwill nem nos ganhos e perdas;

– quando ocorre a a de controlo numa subsidiária:

- todas as quantias reconhecidas no Rendimento Integral relativas a essa subsidiária são integralmente transferidas para ganhos e perdas;
- os interesses retidos são remensurados para o justo valor e este efeito vai ser tido em consideração no ganho ou perda registado com a alienação.

– o reembolso parcial de um investimento líquido numa subsidiária estrangeira deixa de dar origem à reclassificação das diferenças de transposição constantes do capital próprio para ganhos e perdas;

– as perdas de uma subsidiária passam a ser quinhoadas pelos interesses que não controlam (anteriormente designados por interesses minoritários) mesmo

que excedam os interesses destes na subsidiária. Em resultado desta emenda os resultados por acção diluídos num contexto de perda serão provavelmente iguais aos resultados básicos por acção

- IAS 39 (Emenda) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – itens cobertos elegíveis.
- Ainda não endossadas pela UE:
 - IFRS 9 – Instrumentos financeiros

(Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros) Esta emissão insere-se num projecto faseado de revisão e substituição gradual da IAS 39, com o objectivo de reduzir a complexidade da sua aplicação. As principais alterações são as seguintes:

Ao nível da classificação e mensuração:

- são reduzidas as categorias de activos financeiros;
- são eliminados os requisitos de separação de derivados embutidos;
- são eliminadas as restrições de reclassificação.

- A classificação de activos passa a seguir o modelo de negócio onde se enquadram os activos, tendo também em conta as características dos instrumentos;

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- As diferenças de justo valor em instrumentos de capital próprio considerados estratégicos passam a ser reconhecidas em reservas, sem passagem por resultados, mesmo em situações de imparidade ou venda.
- Outras emendas às IFRS – melhoramentos de 2010. O IASB aprovou 11 emendas a seis normas. A União Europeia ainda não endossou estas emendas.
- Da aplicação das normas acima descritas (normas que não foram adoptadas e cuja aplicação é obrigatória apenas em exercícios futuros), não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras do Grupo.

Alteração de políticas

Para além das alterações decorrentes das emendas às normas que o Grupo já adoptava referidas no ponto anterior durante o exercício de 2010, ocorreram ainda as seguintes alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada para efeitos comparativos:

- A participada Orey Financial – IFIC, procedeu a uma análise das suas rubricas patrimoniais “Outros Activos Financeiros” e “Outros Passivos Financeiros”, resultantes de fundos entregues por clientes no âmbito de actividades de transmissão e recepção de ordens de clientes, e concluiu que as responsabilidades e riscos assumidos Sociedade se enquadram exclusivamente

no âmbito do contrato de registo e depósito celebrado com os clientes.

- Assim sendo, a recepção dos supra citados fundos não deverá ser registada no passivo, pois com base no corpo das mesmas IAS já referenciadas, um passivo financeiro é todo e qualquer passivo que seja:

A. uma obrigação contratual:

- de entregar dinheiro ou outro activo financeiro a uma outra entidade;
- ou
- de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis para a entidade;

B. um contrato que será ou poderá ser liquidado nos instrumentos de capital próprio da própria entidade e que seja:

- um não derivado para o qual a entidade esteja ou possa estar obrigada a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio da própria entidade;
- ou

- um derivado que será ou poderá ser liquidado de forma diferente da troca de uma quantia fixa em dinheiro ou outro activo financeiro por um número fixo dos instrumentos de capital próprio da própria entidade.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- Por sua vez, a aplicação dos supra referidos fundos não deverá ser registada no activo, pois à luz das IAS 32 e IAS 39, um activo financeiro é qualquer activo que seja:
 - dinheiro;
 - um instrumento de capital próprio de uma outra entidade;
 - um direito contratual:
 - de receber dinheiro ou outro activo financeiro de outra entidade;
ou
 - de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente favoráveis para a entidade;
 - um contrato que será ou poderá ser liquidado nos instrumentos de capital próprio da própria entidade e que seja:
 - um não derivado para o qual a entidade esteja ou possa estar obrigada a receber um número variável dos instrumentos de capital próprio da própria entidade;
- Ou
- um derivado que será ou poderá ser liquidado de forma diferente da troca de uma quantia fixa em dinheiro ou outro activo financeiro por um número fixo dos instrumentos de capital próprio da própria entidade.

Face à natureza da responsabilidade perante terceiros se enquadrar exclusivamente no âmbito de um contrato de registo e depósito, e para uma mais apropriada apresentação das suas demonstrações financeiras, a Orey Financial – IFIC transferiu estes mesmos montantes para contas extra patrimoniais, reflectindo a natureza fiduciária do contrato com os clientes, sem que por isso tenham sido alterados os montantes apresentados em resultados ou capitais próprios.

- Assim sendo, à data de 31 de 2010, apenas são reconhecidos como activos e passivos da Sociedade, inerentes aos montantes transferidos pelos clientes:
 - Os valores depositados em contas jumbo ainda não transferidos para o intermediário financeiro de destino;
 - Os valores referentes a operações ainda em trânsito no final do ano.
- O balanço comparativo foi re-expresso para que a comparação seja possível, assim, as seguintes contas, referentes a 31 de Dezembro de 2009, foram corrigidas com os seguintes valores:
 - - Contas a Receber - Clientes
- 2.773.444
 - - Contas a Receber – Outras
- 7.919.081
 - - Diferimentos
- 78.656
 - - Contas a Pagar – Outros
-10.613.870

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Alteração de estimativas e erros

- Os efeitos das alterações das estimativas são reconhecidos de forma prospectiva.
- O efeito das alterações dos erros são reconhecidos de forma retrospectiva.

3. Alterações no perímetro de consolidação

- As alterações ocorridas no perímetro de consolidação até Dezembro de 2010 respeitam a:
- A aquisição de 26,7% da empresa Op. Incrivel SGPS, S.A. sedeada em Lisboa e agora detida indirectamente pela sociedade em 66,7% passou a consolidar-se pelo método integral, quando em 31/12/2009 utilizou-se o método de equivalência patrimonial por deter-se apenas 40%.
- Aquisição da Secur – Comércio e Representações Lda a 100%, com o reconhecimento de um Goodwill de 407.971 Euros, consolidando-se pelo método de consolidação integral.
- Aquisição da Segurvouga- Comércio e Assistência de Equipamentos de Segurança SA a 100%, com o reconhecimento de um Goodwill de 553.234 Euros, consolidando-se pelo método integral.

- Aquisição da Orey Financial Holding, S.A. a 100%, consolidando-se pelo método integral.
- Subscrição de 72,22% do capital do Fundo de Investimento de Participações Orey I (FIP Orey I), consolidando-se pelo método da consolidação integral.
- Aquisição de 100% da sociedade FAWSPE – Empreendimentos e Participações S.A., através do FIP Orey I, consolidando-se pelo método da consolidação integral.
- Criação da Orey Safety and Naval SA e da Orey Industrial Representations SA, consolidando-se pelo método integral.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- **4. Empresas Incluídas na Consolidação**
- Todas estas transacções são efectuadas a preços de mercado.
- *Empresas do grupo consolidadas pelo método integral:*
- Em 31 de Dezembro de 2010, as empresas incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais e proporção do capital detido, foram as seguintes:

| NOME | SEGMENTO | SEDE | Capital Social | Moeda | Proporção Detida 2010 2009 |
|--------------------------------------------------------------------|-------------------------|-----------------------------|----------------|--------|-------------------------------|
| Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. | Holding | Lisboa | 13.000,000 | EUR | 100,00% |
| Orey Serviços e Organização, SA | Outros | Lisboa | 100,000 | EUR | 100,00% 100,00% |
| Orey- Gestão Imobiliária S.A. | Outros | Lisboa | 100,000 | EUR | 100,00% 100,00% |
| Horizon View | Navegação | Lisboa | 250,000 | EUR | 91,80% 56,60% |
| Orey Comércio e Navegação, Lda. | Navegação | Lisboa | 850,000 | EUR | 100,00% 100,00% |
| Atlantic Lusofrete - Aretamentos, Transportes e Navegação, S.A.* | Navegação | Lisboa | 50,000 | EUR | 100,00% 100,00% |
| Mendes & Fernandes - Serv. Apoio à Nav. Lda | Navegação | Porto | 5,000 | EUR | 100,00% 100,00% |
| OA International BV | Navegação | Amesterdão- Holanda | 18,000 | EUR | 100,00% 100,00% |
| OA International Antilles NV | Navegação | Curaçao-Antilhas Holandesas | 6,000 | USD | 100,00% 100,00% |
| Orey Apresto e Gestão de Navios Lda | Navegação | Funchal | 50,000 | EUR | 100,00% 100,00% |
| Orey (Cayman) Ltd. | Navegação | Cayman Islands | 50,000 | USD | 100,00% 100,00% |
| Orey Shipping SL | Navegação | Bilbao- Espanha | 3,100 | EUR | 100,00% 100,00% |
| Storkship- Navegação, Transportes e Logística S.A. ** | Navegação | Lisboa | 150,000 | EUR | 100,00% 100,00% |
| Orey (Angola) - Comércio e Serviços Lda | Navegação | Luanda-Angola | 485.884 | Kwanza | 99,00% 99,00% |
| Orey Super Transportes e Distribuição Lda | Navegação | Luanda-Angola | 400,000 | Kwanza | 99,00% 99,00% |
| OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. S.A. | Representações Técnicas | Lisboa | 450,000 | EUR | 100,00% 100,00% |
| Orey Técnica Serviços Navais, Lda.** | Representações Técnicas | Lisboa | 350,000 | EUR | 100,00% 100,00% |
| Sofema - Soc.Ferramentas e Máquinas,Lda. | Representações Técnicas | Lisboa | 100,000 | EUR | 100,00% 100,00% |
| Contrafogo, Soluções de Segurança S.A. | Representações Técnicas | Lisboa | 81.972 | EUR | 100,00% 100,00% |
| Olivwater Industrial, Serviços e Representações S.A. | Representações Técnicas | Lisboa | 100,000 | EUR | 100,00% 100,00% |
| Laltizas Marine- Equipamentos Náuticos Lda | Representações Técnicas | Lisboa | 6,000 | EUR | 100,00% 100,00% |
| Orey Financial IFIC, S.A.** | Sector Financeiro | Lisboa | 11.500,000 | EUR | 100,00% 100,00% |
| Orey Capital Partners GP,Srl | Sector Financeiro | Luxemburgo | 35,000 | EUR | 100,00% 100,00% |
| Orey Capital Partners SCA SICAR | Sector Financeiro | Luxemburgo | 31,000 | EUR | 100,00% 100,00% |
| Orey Gestão de Activos SGFIM S.A. | Sector Financeiro | Lisboa | 1.250,000 | EUR | 100,00% 100,00% |
| Orey Management (Cayman) Ltd | Sector Financeiro | Cayman Islands | 50,000 | USD | 100,00% 100,00% |
| Orey Management BV | Sector Financeiro | Amesterdão- Holanda | 5.390,000 | EUR | 100,00% 100,00% |
| Orey Investments NV | Sector Financeiro | Curaçao-Antilhas Holandesas | 6.081 | USD | 100,00% 100,00% |
| Football Players Funds Management Ltd | Sector Financeiro | Cayman Islands | 40,000 | EUR | 100,00% 100,00% |
| TRF Initiatoren GmbH | Sector Financeiro | Munique-Alemanha | 25,000 | EUR | 70,00% 70,00% |
| TRF Transferechtefonds 1 Management Gmbh | Sector Financeiro | Munique-Alemanha | 25,000 | EUR | 70,00% 70,00% |
| Orey Financial Brasil, S.A. | Sector Financeiro | São Paulo- Brasil | 4.070.787 | Real | 99,99% 99,99% |
| Op. Incrível SGPS, S.A. | Sector Financeiro | Lisboa | 50,000 | EUR | 66,70% 40,00% |
| Orey Safety and Naval SA | Representações Técnicas | Lisboa | 50,000 | EUR | 99,99% 0,00% |
| Orey Industrial Representations SA | Representações Técnicas | Lisboa | 50,000 | EUR | 99,99% 0,00% |
| Secur- Comércio e Representações Lda | Representações Técnicas | Porto | 150,000 | EUR | 99,99% 0,00% |
| Segurvouga- Comércio e Assistência de Equipamentos de Segurança SA | Representações Técnicas | Aveiro | 77.700 | EUR | 99,99% 0,00% |
| Fundo de Investimento em Participações Orey I | Sector Financeiro | São Paulo- Brasil | 9.000.000 | BRL | 72,20% 0,00% |
| FAWSPE - Empreendimentos e Participações, S.A. | Sector Financeiro | São Paulo- Brasil | 7.960.000 | BRL | 72,20% 0,00% |
| Orey Moçambique | Navegação | Maputo | 60,000 | MZM | 100,00% 0,00% |
| OP. Incrível Brasil | Sector Financeiro | São Paulo- Brasil | 100,000 | BRL | 66,70% 40,00% |
| Orey Financial Holding | Sector Financeiro | São Paulo- Brasil | 6.568.629 | BRL | 100,00% 0,00% |

- Além das empresas participadas descritas no mapa acima existe também como parte relacionada o Monte São José, empresa detida pelo presidente do conselho de administração da Sociedade.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- *Empresas do grupo consolidadas pelo método proporcional*

À semelhança do que se verificou em 2009, à data de 31 de Dezembro de 2010 a única empresa do grupo que consolidava pelo método proporcional era a Agemasa – Agencia Marítima de Consignaciones, S.A. ,com sede em Bilbao, Espanha.

A percentagem detida pelo Grupo é de 50%, sendo considerada uma empreendimento conjunto.

- *Empresas do grupo consolidadas pelo método da equivalência patrimonial*

| | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|--|------------|------------|
|--|------------|------------|

| | | |
|------------------------|-----|-----|
| CMA-CGM Portugal, S.A. | 40% | 40% |
| OPIncrivel SGPS, S.A. | 0% | 40% |

5. Relato Por Segmentos

- O grupo está organizado em diferentes unidades de negócio baseadas nos seus produtos e serviços e tem 4 segmentos operacionais e geográficos distintos:

— Navegação - empresas com serviços de linhas regulares, trânsitos marítimos e aéreos, agenciamento de navios e logísticos prestados em Portugal, Espanha e Angola.

— Representações técnicas - empresas cuja actividade inclui a venda e prestação de serviços

relacionados com equipamentos navais e segurança no mar, petroquímica, monitorização e controlo e águas e saneamento.

— Serviços Financeiros – empresas com serviços de Gestão de Carteiras, Gestão de Fundos de Investimento, Corretagem on-line e off-line, Corporate Finance e Family Office prestados por subsidiárias em Portugal e no Brasil.

— Outras Operações - empresas da área operacional, cujos serviços são prestados às restantes empresas do Grupo.

- Não foram agregados quaisquer segmentos para formar os segmentos operacionais que se descrevem acima.

- Os resultados operacionais destas unidades são analisados separadamente pela gestão e todos os gastos e proveitos são geridos separadamente e individualmente alocados nas unidades de cada segmento operacional.

- As receitas inter-segmentais são eliminadas da consolidação.

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a repartição por segmentos por actividade era a seguinte:

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

| Por Segmento | Navegação | Representações Técnicas | Sector Financeiro | Outras operações | Eliminações | Op. em Continuidade | Op. em Descontinuação | Total |
|------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------------|--------------------|------------------|--------------------|---------------------|-----------------------|--------------------|
| | 31-Dez-10 | 31-Dez-10 | 31-Dez-10 | 31-Dez-10 | 31-Dez-10 | 31-Dez-10 | 31-Dez-10 | 31-Dez-10 |
| Vendas e Prestação de Serviços | | | | | | | | |
| Vendas externas | 64.475.361 | 9.746.623 | 6.367.844 | 373.216 | - | 80.963.044 | - | 80.963.044 |
| Vendas inter-segmentais | 5.580.792 | (561.121) | 1.784.978 | 2.069.621 | (8.874.269) | - | - | - |
| Réditos totais | 70.056.153 | 9.185.502 | 8.152.822 | 2.442.837 | (8.874.269) | 80.963.044 | - | 80.963.044 |
| Resultados | | | | | | | | |
| Resultados segmentais | 7.488.187 | 1.330.905 | (1.926.862) | 607.564 | (8.705.545) | (1.205.751) | - | (1.205.751) |
| Gastos Gerais Administrativos | | | | | | 4.130.701 | - | 4.130.701 |
| Resultados operacionais | | | | | | 2.924.951 | - | 2.924.951 |
| Custos e gastos financeiros | 916.178 | (77.230) | (3.133.369) | (1.449.537) | (1.102.215) | (4.846.173) | - | (4.846.173) |
| Proveitos e ganhos financeiros | (5.759.738) | (672.659) | 6.414.598 | (6.216.992) | 11.135.261 | 4.900.470 | - | 4.900.470 |
| Resultado Antes de Impostos | | | | | | 2.979.248 | - | 2.979.248 |
| Impostos s/los lucros | | | | | | 117.842 | - | 117.842 |
| Resultados Líquido Consolidado | | | | | | 3.097.090 | - | 3.097.090 |
| Interesses Minoritários | | | | | | (58.983) | - | (58.983) |
| Resultado Consolidado Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe | | | | | | 3.038.107 | - | 3.038.107 |
| Património e Outras Informações | | | | | | | | |
| Activos do segmento | 63.439.798 | 7.252.344 | 24.904.964 | 6.570.091 | (6.852.953) | 95.314.245 | - | 95.314.245 |
| Investimento em Associadas | 364.116 | - | 20.000 | - | - | 384.116 | - | 384.116 |
| Activos da holding não imputados a segmentos | | | | | | | | 8.041.197 |
| Activos totais consolidados | | | | | | | | 103.739.558 |
| Passivos do segmento | 57.745.354 | 4.156.527 | 13.528.126 | 5.412.595 | (34.505.754) | 46.336.848 | - | 46.336.847 |
| Passivos da holding não imputados a segmentos | | | | | | | | 29.721.510 |
| Passivos totais consolidados | | | | | | | | 76.058.358 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | | | | | | | |
| Por Segmento | Navegação | Representações Técnicas | Sector Financeiro | Outras Operações | Eliminações | Op. em Continuidade | Op. em Descontinuação | Total |
| | 31-Dez-09 | 31-Dez-09 | 31-Dez-09 | 31-Dez-09 | 31-Dez-09 | 31-Dez-09 | 31-Dez-09 | 31-Dez-09 |
| Vendas e Prestação de Serviços | | | | | | | | |
| Externas | 47.225.810 | 8.869.445 | 5.248.635 | 339.908 | - | 61.683.798 | 270.846 | 61.954.644 |
| Inter-segmentais | 1.877.188 | 686.198 | 0 | 2.346.971 | (4.910.357) | - | 14.170 | 14.170 |
| Réditos totais | 49.102.998 | 9.555.643 | 5.248.635 | 2.686.879 | (4.910.357) | 61.683.798 | 285.016 | 61.968.814 |
| Resultados | | | | | | | | |
| Resultados segmentais | 2.083.750 | 405.769 | 126.824 | (279.935) | 489.264 | 2.825.673 | 3.007 | 2.828.679 |
| Gastos Gerais Administrativos | | | | | | (1.449.594) | - | (1.449.594) |
| Resultados operacionais | | | | | | 1.376.079 | 3.007 | 1.379.085 |
| Custos e gastos financeiros | (2.941.141) | (109.015) | (69.115) | (729.835) | 803.068 | (3.046.038) | (5.576) | (3.051.615) |
| Proveitos e ganhos financeiros | 2.874.107 | 38.743 | 323.455 | 496.652 | (1.064.181) | 2.668.777 | 92 | 2.668.869 |
| Resultado Antes de Impostos | | | | | | 998.817 | (2.477) | 996.340 |
| Impostos s/los lucros | | | | | | 302.274 | (81) | 302.193 |
| Resultados Líquido Consolidado | | | | | | 1.301.091 | (2.558) | 1.298.533 |
| Interesses Minoritários | | | | | | 995 | - | 995 |
| Resultado Consolidado Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe | | | | | | 1.302.086 | (2.558) | 1.299.528 |
| Património e Outras Informações | | | | | | | | |
| Activos do segmento | 33.212.350 | 6.016.157 | 25.510.171 | 6.482.885 | (2.969.215) | 68.252.348 | 132.587 | 68.384.935 |
| Investimento em Associadas | 177.137 | - | 50.752 | - | - | 227.889 | - | 227.889 |
| Activos da holding não imputados a segmentos | | | | | | | | 9.806.120 |
| Activos totais consolidados | | | | | | | | 78.418.944 |
| Passivos do segmento | 29.656.271 | 5.571.404 | 16.568.334 | 3.449.926 | (26.788.945) | 28.456.989 | 414.191 | 28.871.180 |
| Passivos da holding não imputados a segmentos | | | | | | | | 22.774.613 |
| Passivos totais consolidados | | | | | | | | 51.645.793 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | | | | | | | |

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos é o seguinte:

| Vendas e Prestações de Serviços por mercados geográficos | Dez-10 | Dez-09 |
|----------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Portugal | 56.461.954 | 41.490.511 |
| Brasil | 2.223.066 | 1.965.340 |
| Espanha | 6.339.555 | 4.099.735 |
| Angola | 24.812.738 | 19.024.399 |
| Ajustamentos | -8.874.269 | -4.896.187 |
| Total das Operações em Continuidade | 80.963.044 | 61.683.797 |
| Operações em Descontinuação | 0 | 270.846 |
| Ajustamentos Oper. Em Descontinuação | 0 | 14.170 |
| Total | 80.963.044 | 61.968.813 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | |

- A informação das Vendas e Prestações de Serviço acima descritas são baseadas na localização dos clientes.

6. Activos Fixos Tangíveis

- Até Dezembro de 2010, o movimento ocorrido nas rubricas de activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações, foi o seguinte:

Conforme referido na nota 1, os terrenos e os edifícios e outras construções encontram-se registados pelo modelo de revalorização.

As respectivas quantias revalorizadas, referem-se à avaliação efectuada em 31 de Dezembro de 2010, correspondentes ao justo valor desses activos, foram determinadas através de avaliações, efectuadas nessa mesma data por peritos avaliadores.

Efectuar-se-ão novas avaliações em 31 de Dezembro de 2011, tendo em conta que até à data não existem quaisquer indícios de imparidade.

| Imóveis | Pressuposto Valor Unitário / m ² | Pressuposto Valor arrendamento / m ² | Área Bruta Total m ² | Rendibilidade |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|-------------------------------------------------|---------------------------------|---------------|
| Moradia localizada na Rua Sacadura Cabral, nº 3 - Sines | 927€/m ² | 6,0 - 8,0€/m ² | 278 | 0 |
| R. Dos Trabalhadores do Mar, nº16, 2º piso, sala D Setúbal | 1.000€/m ² - 1550€/m ² | 8,5€/m ² | 228 | 9,25% |
| Prédio localizado na Rua Pinto Araújo, nº187 Lapa da Palmeira - Matosinhos | 1.100€/m ² - 2000€/m ² | 10,5€/m ² | 732 | 9,0% |
| Edifício sito na Rua Roberto Ivens, nº317 - Matosinhos | 780€/m ² - 1150€/m ² | 4,5 - 6,0€/m ² | 335 | 5,5% - 8,5% |
| Dois Armazéns localizados no complexo logístico Lezíria Park em Forte da Casa - Vila Franca de Xira | 740€/m ² - 1000€/m ² | 5,25€/m ² | 4.370 | 7,75% |

| Activo Bruto | Saldo Inicial 31-12-2009 | Impariedade | Aumentos | Transferencia | Alteração de Perímetro | Abates | Saldo Final 31-12-2010 |
|--------------------------------|--------------------------|-----------------|------------------|----------------|------------------------|-----------------|------------------------|
| Terreno e Recursos Naturais | 1.172.595 | -49.479 | 0 | 0 | 117.500 | 0 | 1.240.616 |
| Edifícios e o construções | 6.948.225 | -451.274 | 120.960 | 0 | 200.338 | 0 | 6.818.248 |
| Equipamento Básico | 4.640.003 | 0 | 115.004 | 0 | 36.866 | -94.511 | 4.697.363 |
| Equipamento Transporte | 1.305.688 | 0 | 563.434 | 0 | 284.258 | -138.726 | 2.014.654 |
| Ferramentas e Utensílios | 370.708 | 0 | 17.138 | 0 | 37.973 | 0 | 425.820 |
| Equipamento Administrativo | 2.699.774 | 0 | 353.669 | 0 | 23.082 | -9.451 | 3.067.074 |
| Outras Imobilizações Corpóreas | 667.986 | 0 | 10.140 | 0 | 0 | 0 | 678.126 |
| Imobilizações em Curso | 175.091 | 0 | 780.672 | -75.192 | 0 | 0 | 880.571 |
| | 17.980.069 | -500.753 | 1.961.017 | -75.192 | 700.018 | -242.688 | 19.822.472 |

| Depreciações e Perdas de imparidade acumuladas | Saldo Inicial 31-12-2009 | Revalorizações | Aumentos | Transferencia | Alteração de Perímetro | Abates | Saldo Final 31-12-2010 |
|------------------------------------------------|--------------------------|-----------------|------------------|----------------|------------------------|-----------------|------------------------|
| Terreno e Recursos Naturais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Edifícios e o construções | 982.429 | 57.566 | 103.311 | 0 | 0 | 0 | 1.143.305 |
| Equipamento Básico | 3.323.286 | 0 | 274.667 | 0 | 0 | -94.511 | 3.503.442 |
| Equipamento Transporte | 922.138 | 0 | 604.031 | 0 | 0 | -138.726 | 1.387.443 |
| Ferramentas e Utensílios | 146.125 | 0 | 37.704 | 0 | 17.354 | 0 | 201.184 |
| Equipamento Administrativo | 2.027.322 | 0 | 433.548 | 0 | 0 | -2.748 | 2.458.122 |
| Outras Imobilizações Corpóreas | 673.011 | 0 | 4.832 | 0 | 0 | 0 | 677.843 |
| | 8.074.311 | 57.566 | 1.458.093 | 0 | 17.354 | -235.985 | 9.371.340 |
| Valor Líquido | 9.905.758 | -558.319 | 502.924 | -75.192 | 682.663 | -6.703 | 10.451.132 |

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

■ 7. Propriedades de Investimento

- Conforme referido na nota 1, as propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital.
- Os imóveis da SCOA situados na Rua dos Remolares e em Alcântara, estão hipotecados ao Banco Espírito Santo, como garantia do financiamento de médio-longo prazo, contraído em 2008. Este financiamento, efectuado no Banco Espírito Santo, tem um valor actual de 5.416.667 de Euros.

■ I - Quadro Evolução

| Propriedades | Saldo Inicial em 31-12-2009 | Aquisições | Dispêndios Subsequentes | Ajust. Justo Valor Ganhos e Perdas Líquidos | Alienações | Saldo Final em 31-12-2010 |
|----------------------------------------------------------------|-----------------------------|------------|-------------------------|---------------------------------------------|------------------|---------------------------|
| Rua dos Remolares,12 a 18 -Lisboa | 1.598.000 | | 148.000 | | 1.746.000 | |
| Rua Luisa Holstein, 20/Rua Maria Isabel Saint-Léger, Alcântara | 2.691.000 | | 45.000 | | 2.736.000 | |
| Rua do Patrocínio, 63 - 3ºB Lisboa | 90.000 | | | | 90.000 | |
| Outros | 452.926 | | | - 374.026 | 78.900 | |
| | 4.831.926 | - | - | 193.000 | - 374.026 | 4.650.900 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | | | | | |

■ II – Quantias reconhecidas nos resultados (Nota 29)

- Durante o ano não foram incorridas despesas com a reparação e manutenção dos edifícios.

| Propriedades | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|----------------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Rua dos Remolares,12 a 18 -Lisboa | 258 | 258 |
| Rua Luisa Holstein, 20/Rua Maria Isabel Saint-Léger, Alcântara | 115.601 | 111.339 |
| Rua do Patrocínio, 63 - 3ºB Lisboa | 610 | 609 |
| Outros | 27.702 | 27.582 |
| | 144.171 | 139.788 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | |

- Os pressupostos e valores apurados pela C.P.U. Consultores são descritos em seguida:

| Propriedades de Investimento | Pressuposto Valor Unitário / m ² | Pressuposto Valor arrendamento / m ² | Área Bruta Total m ² | Valor das rendas/m ² | Valor total da renda | Rendibilidade |
|----------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|-------------------------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|---------------|
| Rua dos Remolares,12 a 18 -Lisboa | 2.300€/m ² | 4,5 - 20,0 €/m ² | 1.375 | 2,76€/m ² ; 3,54€/m ² ; 8,34€ - 9€/m ² ; 18,75€/m ² | 6271,51€ | 5,5% - 9,5% |
| Rua Luisa Holstein, 20/Rua Maria Isabel Saint-Léger, Alcântara | 2.000 - 2720€/m ² | 5,5 - 10,5€/m ² | 2.134 | 0 | 0 | 8,0% - 9,5% |
| Rua do Patrocínio, 63 - 3ºB Lisboa | 800 - 975€/m ² | 11,5 - 12,0€/m ² | 70 | 0 | 0 | 4,5% - 5,5% |

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

■ 8. Goodwill

■ O Goodwill corresponde a benefícios económicos futuros resultantes de activos que não são capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos. O Goodwill relativo a Subsidiárias englobadas na consolidação encontra-se reflectido na respectiva rubrica individualizada do Balanço.

■ O Goodwill relativo a Subsidiárias não englobadas na consolidação e a Associadas encontra-se reflectido no valor da respectiva participação financeira sendo apresentado no balanço na rubrica Participações financeiras – Equivalência Patrimonial.

■ Nas aquisições ocorridas até 31 de Dezembro de 2009, o Goodwill está mensurado pelo seu custo, que corresponde ao excesso do custo das concentrações de actividades empresariais a que respeitam face ao interesse do Grupo no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis na data da concentração. O custo da concentração engloba os custos de aquisição e quaisquer variações subsequentes nos pagamentos contingentes são reconhecidas como ajustamentos ao Goodwill. Sempre que o interesse da adquirente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis excede o custo da concentração de actividades empresariais a diferença foi imediatamente reconhecida nos resultados do período após reavaliação da identificação e

mensuração dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida e da mensuração do custo da concentração.

■ Nas aquisições ocorridas em ou após 1 de Janeiro de 2010, o Goodwill é determinado à data de aquisição e mensurado como o excesso de a) sobre b) abaixo:

a) O agregado de:

- Montantes dados em troca da concentração o que tem implícita a sua determinação a justo valor na data de aquisição;
- Quantia dos interesses que não controlam mensurados ao justo valor na data de aquisição ou pelo valor correspondente à proporção do interesse detido nos activos adquiridos e passivos assumidos ou incorridos;
- Numa combinação de negócios efectuada em fases, o justo valor à data de aquisição dos interesses anteriormente detidos.
- Valor líquido, na data de aquisição, dos activos adquiridos e passivos assumidos. Quando a quantia b) excede a a) o diferencial deve ser imediatamente reconhecido nos resultados do período após reavaliação da identificação e mensuração dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida e da mensuração do custo da concentração.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os custos relacionados a aquisição são reconhecidos como gastos e não como parte da retribuição transferida e os pagamentos adicionais efectuados pelo adquirente aos anteriores proprietários (ou devoluções destes) são mensurados ao justo valor à data de aquisição e qualquer variação posterior passa a ser reconhecida nos ganhos e perdas do exercício e não como um ajustamento ao Goodwill.

- Adicionalmente:

- Os montantes dados em troca da concentração (activos, assumpção de passivos ou emissão de instrumentos de capital próprio) são analisados para identificar se existe alguma parte que não deve ser alocada à concentração mas sim a outra transacção como, por exemplo, remuneração para prestação de serviços futuros ou para liquidação de relações pré-existentes, caso em que o resultado destas transacções é reconhecido separadamente em resultados;
- A determinação dos activos adquiridos e passivos assumidos ou incorridos tem em conta o justo valor dos passivos contingentes que resultem duma obrigação presente originada por um evento passado (se o justo valor puder ser medido de modo fiável), independentemente de ser expectável uma provável saída de fluxos;
- A empresa reavalia a classificação e designação de todos os activos adquiridos e passivos assumidos ou

incorridos, de acordo com as IFRS, na data da concentração com excepção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato;

- Os activos que resultem de indemnizações contratuais por parte do vendedor relativas ao desfecho de contingências relacionadas, no todo ou em parte, com um passivo específico da entidade concentrada, são reconhecidos e mensurados usando os mesmos princípios e pressupostos dos passivos relacionados;
- Quando o Goodwill faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte de uma operação dentro dessa unidade é alienada, o Goodwill associado com a operação alienada é incluído no valor contabilístico da operação para determinar o ganho ou perda da operação. O Goodwill desreconhecido nestas circunstâncias é mensurado com base nos valores relativos entre a operação alienada e a porção da unidade geradora de caixa mantida.
- O goodwill não é sujeito a amortização. Sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor e, pelo menos, no final de cada exercício, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como um gasto na demonstração dos resultados.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- O goodwill apurado na aquisição de empresas do grupo, discrimina-se da seguinte forma:

| Aquisições | Dez-09 | Compras | Vendas | Outras Variações | Dez-10 |
|--------------------------------------------------------------------|------------|---------|--------|------------------|------------|
| Agemasa- Ag. Marítima de Consignações S.A. | 2.578.769 | - | - | - | 2.578.769 |
| Orey Finacial IFIC, S.A. | 8.009.266 | - | - | - | 8.009.266 |
| Orey Valores- Sociedade Correctora S.A. | 83.937 | - | - | - | 83.937 |
| TRF Initiatoriens GmbH | 2.100 | - | - | - | 2.100 |
| TRF Transferrechtefonds 1 Management GmbH | 2.100 | - | - | - | 2.100 |
| Orey Financial Brasil S.A. | 1.983.915 | - | - | - | 1.983.915 |
| Full Trust -Soc Gestora de Patrimónios S.A. | 498.428 | - | - | - | 498.428 |
| Martanque - Agência de Navegação e Logística de Transportes Lda | 198.033 | - | - | - | 198.033 |
| Lusofrete - Afretamentos e Navegação Lda e Mendas & Fernandes, Lda | 639.213 | - | - | - | 639.213 |
| Navecor | 718.241 | - | - | - | 718.241 |
| Contrafogo, Soluções de Segurança S.A. | 544.395 | - | - | 100.000 | 644.395 |
| Navecor | 117.360 | - | - | - | 117.360 |
| Secur- Comércio e Representações Lda | - | 407.971 | - | - | 407.971 |
| Segurvouga- Comércio e Assistência de Equipamentos de Segurança SA | - | 553.234 | - | - | 553.234 |
| Total | 15.375.758 | 961.205 | - | 100.000 | 16.436.963 |

Unidade Monetária - Euros

Metodologia de avaliação

- O Grupo Orey opera em várias áreas de negócios e é constituído por várias sociedades, pelo que para se proceder à sua avaliação, foi adoptada a seguinte metodologia (adequada ao tipo de actividade de cada sociedade):

sociedades cuja principal actividade é a gestão das participações financeiras noutras sociedades, utiliza-se como metodologia de avaliação, o método patrimonial, onde é actualizado o valor dos investimentos financeiros após a revalorização dos valores dos capitais próprios das suas participadas e o valor da sociedade resulta do diferencial entre os activos e passivos (situação líquida);

sociedades operacionais com actividade diferente da de gestão de participações, são avaliadas com base no método dos DCF – Discounted Cash-Flows (DCFs) baseado nas projecções das demonstrações financeiras de cada uma das empresas para os próximos anos de modo a analisar os cash-flows futuros gerados por cada uma das sociedades.

- De acordo com a metodologia dos DCF, é apurado o valor intrínseco do negócio com base na actualização de cash-flows estimados para um determinado período de tempo e do seu valor residual ou terminal.
- O valor residual da empresa, representa o valor actual estimado dos cash-flows gerados após o período explícito. É calculado com base numa perpetuidade de cash-flow, por definição.
- Em nossa opinião, o valor da perpetuidade que é teoricamente aceite, é um valor que distorce positivamente o valor da empresa dado que:
 - É calculado com base no último Free Cash-Flow (que é simultaneamente o mais elevado do período em análise);
 - O peso da perpetuidade no valor actualizado dos Cash-Flows é elevado, o valor da empresa é na sua maioria representado pelo valor actualizado da perpetuidade.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- Assim, foi utilizada a seguinte metodologia: considerou-se o valor actual dos cash-flows apurados com base no orçamento para os primeiros 3 anos, adicionou-se o valor actual dos 5 anos seguintes considerando uma taxa de crescimento nos cash-flows variável consoante as expectativas da actividade e por fim 5 anos de cash-flows a uma taxa de crescimento equivalente à do crescimento nominal da economia, considerando-se um intervalo entre 1% e 3%.
- Os cash-flows obtidos deverão ser descontados a uma taxa que incorpore o risco e reflecta o retorno para o negócio esperado por investidores (de capital alheio e de capital próprio).
- É assim apurado o valor da empresa (negócio) e estando as projecções realizadas sujeitas a diversas variáveis externas que podem condicionar o alcançar das mesmas, os valores obtidos para a empresa são corrigidos com as probabilidades das demonstrações financeiras previsionais que os suportam terem ou não pleno sucesso.

■ Probabilidade de pleno sucesso do business plan - 75%

■ Probabilidade de ½ sucesso do business plan - 15%

■ Probabilidade de insucesso do business plan - 10%

- Estas probabilidades podem variar de empresa para empresa, consoante o grau de risco inerente nos orçamentos de cada uma das empresas.
- Após a actualização dos cash-flows futuros e consideração das probabilidades é deduzido o valor da dívida líquida actual de modo a se atingir o valor dos capitais próprios.
- Adicionalmente segue-se um quadro com os pressupostos utilizados.

| Pressupostos | Agemasa | Orey Financial IFIC | Orey Financial Brasil | Contrafogo | Horizon View | OCN | Storkship |
|---------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Método utilizado | Cash flows livres descontados | Cash flows livres descontados | Cash flows livres descontados | Cash flows livres descontados | Método patrimonial (2) | Cash flows livres descontados | Cash flows livres descontados |
| Base utilizada | Business Plan 2011-2015 | Business Plan 2011-2015 | Business Plan 2011-2015 | Business Plan 2011-2015 | Business Plan 2011-2015 | Business Plan 2011-2015 | Business Plan 2011-2015 |
| Taxas de crescimento dos cash flows de 2016 - 2020 | 2,50% | 2,50% | 5% | 5% | | 2,50% | 7,50% |
| Taxas de crescimento dos cash flows apartir de 2020 | 1%, 2%, 3% | 1%, 2%, 3% | 1%, 2%, 3% | 1%, 2%, 3% | | 1%, 2%, 3% | 1%, 2%, 3% |
| Probabilidade de sucesso do business plan (1) | 75%, 15%, 10% | 75%, 15%, 10% | 75%, 15%, 10% | 80%, 10%, 10% | | 75%, 15%, 10% | 75%, 15%, 10% |
| Taxa de desconto utilizada | 4,50% | 9,90% | 16,70% | 12,20% | | 9,06% | 10,50% |
| Valor residual não ajustado por sensibilidade | 9.905.000 ; 7.510.000 ; 44.362.000 ; 45.041.000 ; 6.889.000 ; 6.983.000 ; 12.342.000 ; 2.379.000 ; 9.028.000 ; 9.215.000 ; 10.113.000 ; 10.221.000 | | | | | [951.000 ; 963.000] | |
| Valor residual ajustado por sensibilidade do plano de negócio | 5.268.000 ; 5.767.000 ; 36.817.000 ; 37.128.000 ; 5.731.000 ; 5.792.000 ; 2.018.000 ; 2.050.000 ; 6.496.000 ; 6.649.000 ; 8.614.000 ; 8.703.000 | | | | | | [830.000 ; 840.000] |
| Valor residual ajustado por sensibilidade à taxa de desconto: | | | | | | | |
| WACC +1 p.p. | 4.743.000 | 35.730.000 | 5.484.000 | 1.909.000 | 5.926.000 | 8.308.000 | 798.000 |
| WACC -1 p.p. | 6.383.000 | 38.282.000 | 6.039.000 | 2.171.000 | 7.258.000 | 9.032.000 | 873.000 |
| WACC +2 p.p. | 4.075.000 | 34.813.000 | 5.238.000 | 1.795.000 | 5.342.000 | 7.992.000 | 765.000 |
| WACC -2 p.p. | 7.391.000 | 39.744.000 | 6.355.000 | 2.320.000 | 8.019.000 | 9.446.000 | 916.000 |

(Unidade Monetária - Milhares de euros)

(1) As probabilidades correspondem consecutivamente à probabilidade de pleno sucesso do business plan, probabilidade de atingimento de 50% do business plan e probabilidade de insucesso do business plan.

(2) Para avaliar a sub-holding responsável pelo negócio de navegação e transportes em Portugal, foi considerado o método de avaliação patrimonial, resultando o seu valor no valor contabilístico após uma reavaliação dos seus principais activos.

O principal activo da Horizon View é o valor de investimentos financeiros onde estão contabilizadas as participações nas sociedades: Atlantic - Lusofrete, CMA-CGM, OCN, Storkship e Mendes e Fernandes.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

■ 9. Outros Activos Intangíveis

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

| Activo Bruto | Saldo Inicial 31-12-2009 | Reavaliações | Aumentos | Transferência | Alteração de Perímetro | Abates | Saldo Final 31-12-10 |
|-------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------|----------------|---------------|------------------------|----------|-------------------------|
| Vida útil definida | | | | | | | |
| Outros | 255.936 | 0 | 2.622 | 0 | 0 | 0 | 258.559 |
| Depreciações e Perdas de imparidade acumuladas | | | | | | | |
| Outros | 197.692 | 0 | 16.749 | 0 | 0 | 0 | 214.442 |
| Valor Líquido | 58.244 | 0 | -14.127 | 0 | 0 | 0 | 44.117 |
| (Unidade Monetária - Euros) | | | | | | | |

- A rubrica de activos intangíveis respeita essencialmente a software adquirido pelo Grupo para utilização no desenvolvimento da sua actividade operacional.

■ 10. Investimentos Financeiros em Associadas

- O detalhe da rubrica de investimentos financeiros em associadas, a 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, é o seguinte:

| Investimentos Financeiros em Associadas | 31-12-2009 | Resultado do Exercício | Outras Alterações | 31-12-2010 |
|-----------------------------------------|----------------|------------------------|-------------------|----------------|
| CMA-CGM Portugal | 177.137 | 303.749 | -130.000 | 350.887 |
| BAFT | 37.500 | 0 | -37.500 | 0 |
| Orey Moçambique | 13.232 | 0 | -13.232 | 0 |
| Total | 227.869 | 303.749 | -180.732 | 350.887 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | | | |

- A rubrica de "Outras Alterações" é passível do seguinte detalhe:

- Dividendo distribuído pela CMA-CGM ao Grupo Orey €130.000
- Alienação da associada BAFT durante 2010 € 37.500
- Consolidação da Orey Moçambique pelo método de consolidação integral 2010 €13.232

■ 11. Outros Activos Financeiros

- A rubrica de outros activos financeiros teve a seguinte evolução, em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009:

| Outros Activos Financeiros | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|----------------------------|----------------|----------------|
| Depósitos Bancários | 29.103 | 5.036 |
| Orey 7 | 0 | 363.002 |
| Interest Rate Cap | 215.695 | 78.656 |
| Lisgarante | 10.850 | 0 |
| Outros | 30.547 | 10.854 |
| Total | 286.195 | 457.548 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | |

- O Grupo recorreu a instrumentos financeiros derivados de taxa de juro (Cap de taxa de juro) no sentido de gerir a sua exposição a movimentos nas taxas de juro vigentes nos seus contratos de financiamento de modo a fixar um valor máximo para o seu custo de financiamento.

- Estes instrumentos financeiros derivados, embora contratados com os objectivos atrás referidos, não cumprem todos os critérios dispostos na IAS 39 para que possam ser qualificados como instrumentos de cobertura .

- Em 31 de Dezembro de 2010 estava em vigor os seguintes contratos de derivados:

| Instrumento Derivado | Participada | Contraparte | Nocial | Tipo | Vencimento | Justo Valor 2010 | Justo Valor 2009 |
|---------------------------------|-------------|-------------|-----------|--------------------------------------------------|-----------------|------------------|------------------|
| a) Orey Gestão Imobiliária, Lda | BBVA | | 3.100.000 | Cap de taxa de juro da Euribor a 1 mês a 4,5% | Junho de 2027 | 124.417 | 78.656 |
| b) Horizon View | Barclays | | 6.500.000 | Cap de taxa de juro da Euribor a 1 mês a 3,35% | Janeiro de 2018 | 86.413 | - |
| c) Horizon View | Santander | | 375.000 | Cap de taxa de juro da Euribor a 3 meses a 1,75% | Agosto de 2014 | 4.571 | - |
| c) OA Technical Representations | Santander | | 100.000 | Cap de taxa de juro da Euribor a 3 meses a 2,90% | Junho de 2014 | 294 | - |
| Total | | | | | | 215.695 | 78.656 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | | | | | | |

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

a) Este contrato foi celebrado pela Orey Gestão Imobiliária, Lda. no seguimento da contratação de um empréstimo de taxa variável a 20 anos no valor de 3.100.000 Euros relativo à aquisição de dois armazéns no Lezíria Park de forma a limitar o seu custo de financiamento a 4,5%. Este instrumento corresponde a uma cobertura económica. A taxa de juro e a taxa de desconto utilizada foi a Euribor a 1 mês.

b) Este contrato foi celebrado pela Horizon View no seguimento da contratação de um empréstimo de taxa variável a 8 anos no valor de 6.500.000 Euros de forma a limitar o seu custo de financiamento a 4,5%. Este instrumento corresponde a uma cobertura económica. A taxa de juro e a taxa de desconto utilizada foi a Euribor a 1 mês.

c) Este contrato foi celebrado pela Horizon View no valor de 375.000 Euros durante 4 anos. A taxa utilizada foi a Euribor a 3 meses a 1,75%.

d) Este contrato foi celebrado pela OA Technical Representations, no valor de 100.000€, durante um período de 4 anos, utilizando a taxa Euribor a 3 meses a 2,90%

12. Adiantamento Por conta de Activos

Em Julho de 2010 o Grupo contratualizou com partes independentes no Brasil, a aquisição de activos cujo benefício económico dos mesmos será originado para a Orey somente em exercícios futuros.

■ Estabelece o acordo que os activos em causa respeitam essencialmente a depósitos penhorados pelo Governo Brasileiro, bem como a terrenos detidos pela contraparte, e que serão disponibilizados quando o tribunal brasileiro deliberar sobre o levantamento desses constrangimentos. É provável que tal deliberação venha ocorrer no espaço temporal de 3 a 5 anos, sendo que no final deste prazo serão registados definitivamente os activos contratualizados e assumidos os eventuais custos e proveitos que possam advir.

13. Activos e Passivos por Impostos Diferidos

■ Até Dezembro de 2010, os movimentos nas rubricas de Activos e Passivos por Impostos Diferidos foram os seguintes:

| Activos por Impostos Diferidos | Saldo em 31-12-2009 | Origem | Reversão | Saldo em 31-12-2010 |
|--------------------------------|------------------------|---------|----------|------------------------|
| Prejuízos Fiscais Reportáveis | 1.573.271 | 589.597 | 0 | 2.162.868 |
| Aumento de Capital | 13.555 | 0 | 0 | 13.555 |
| Provisões Cobrança Dividosa | 37.545 | 0 | 452 | 37.998 |
| Outros | 1.177 | 646 | 0 | 1.823 |
| Total | 1.625.550 | 590.243 | 452 | 2.216.245 |

| Passivos por Impostos Diferidos | Saldo em 31-12-2009 | Origem | Reversão | Saldo em 31-12-2010 |
|---------------------------------|------------------------|---------|----------|------------------------|
| Revalorizações | 784.481 | 90.480 | 0 | 874.961 |
| Amortizações Aceleradas | 45.271 | 0 | 0 | 45.271 |
| Outros | -1.100 | 69.349 | 0 | 68.249 |
| Total | 828.652 | 159.829 | 0 | 988.481 |

(Unidade Monetária - Euro)

■ O Grupo tem registado em 2010 e 2009 passivos por impostos diferidos referentes a reavaliações legais e livres efectuadas a terrenos e construções classificados quer como propriedades de investimento quer como activos fixos tangíveis.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

■ 14. Existências

- O detalhe desta rubrica em Dezembro de 2010 e Dezembro de 2009 era o seguinte:

| Existências | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Mercadorias | 2.716.366 | 1.951.986 |
| Perdas de imparidade acumuladas | -133.203 | -108.144 |
| Total | 2.583.162 | 1.843.842 |

(Unidade Monetária - Euro)

- O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 ascendem a 5.265.338 euros e a 4.793.900 euros, respectivamente, e foi apurado como segue:

| | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|------------------------------------|------------------|---------------------|
| Existências Iniciais | c) 1.843.842 | 983.778 |
| Compras | 6.066.934 | 5.766.280 |
| Regularizações de Existências | -3.391 | 947 |
| Existências Finais | <u>2.612.604</u> | <u>1.900.473</u> a) |
| Perdas por Imparidade | 29.442 | 56.631 b) |
| Reversão das Perdas Por Imparidade | - | - |
| Total | 5.265.338 | 4.793.900 |

Sendo que c) = a) - b)

- O movimento ocorrido na imparidade durante o exercício de 2010 é o seguinte:

| | Saldo em 31/12/09 | Reforço | Utilizações | Reversões | Saldo em 31/12/10 |
|------------------------------|----------------------|---------------|----------------|-----------|----------------------|
| - Depreciação de Existências | 123.128 | 29.442 | -19.367 | 0 | 133.203 |
| Total | 123.128 | 29.442 | -19.367 | 0 | 133.203 |

(Unidade Monetária - Euro)

■ 15. Contas a Receber – Clientes

- O detalhe desta rubrica em Dezembro de 2010 e Dezembro de 2009 era o seguinte:

| Contas a Receber - Clientes | 31-12-2010 | 31-12-2009 Aprovado | 31-12-2009 Ajustado |
|---------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| Dividas de Clientes | 18.923.384 | 15.030.013 | 12.256.570 |
| Perdas de Imparidade Acumuladas | -2.606.726 | -2.050.677 | -2.050.677 |
| Total | 16.316.658 | 12.979.336 | 10.205.893 |

(Unidade Monetária - Euros)

- O movimento ocorrido na imparidade durante o exercício de 2010 é o seguinte:

| | Saldo em 31/12/09 | Reforço | Utilizações / Regularizações | Reversões | Saldo em 31/12/10 |
|-------------------------------|----------------------|----------------|---------------------------------|-----------------|----------------------|
| - Devedores Cobrança Duvidosa | 2.050.677 | 737.397 | 54.262 | -235.610 | 2.606.726 |
| Total | 2.050.677 | 737.397 | 54.262 | -235.610 | 2.606.726 |

(Unidade Monetária - Euro)

■ Esta rubrica inclui cerca de 1,5 milhões de Euros correspondentes a documentos vencidos há mais de um ano e não provisionados. Deste valor, 0,5 milhões refere-se à rubrica de sobre-estadias relativas à área de navegação. O risco associado a este saldo encontra-se mitigado pela existência de um saldo de igual montante no passivo associado a estas sobre-estadias.

■ O valor remanescente, 1 milhão corresponde a dois tipos de situações, processos em curso ainda não finalizados e a saldos que se encontram em processo de encontro de contas com fornecedores, nomeadamente despachantes, o que não permitiu ainda a sua regularização.

■ Tal como referido na nota 2, o Grupo Orey procedeu a uma análise das suas rubricas patrimoniais “Outros Activos Financeiros” e “Outros Passivos Financeiros”, resultantes de fundos entregues por clientes da área financeira, no âmbito de actividades de transmissão e recepção de ordens de clientes, e concluiu que as responsabilidades e riscos assumidos pelo Grupo se enquadram exclusivamente no âmbito do contrato de registo e depósito celebrado com os clientes.

■ Tal facto levou o Grupo a reexpressar o comparativo à data de 31 de Dezembro de 2009, facto pelo qual as demonstrações da posição financeira do Grupo faz referência a valores comparativos ajustados e aprovados.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

■ 16. Contas a Receber – Outras e Diferimentos

Contas a receber

- Em 31 de Dezembro 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

| Contas a Receber - Outras | 31-12-2010 | 31-12-2009 Aprovado (Nota 2) | 31-12-2009 Ajustado (Nota 2) |
|---------------------------------|------------|------------------------------------|------------------------------------|
| Estado e Outros Entes Públicos | | | |
| - IVA | 689.757 | 727.001 | 727.001 |
| - IRC | | | |
| Imposto Estimado | 249.461 | - | - |
| Pagamento Especial Por Conta | 337.113 | - | - |
| Pagamento Por Conta | 82.892 | - | - |
| Retenções na Fonte | 96.667 | - | - |
| Imposto a Recuperar | 2.850 | - | - |
| Adiantamentos a Fornecedores | 99.115 | 100.070 | 100.070 |
| Emprestimos Empresas Associadas | - | 1.041.000 | 1.041.000 |
| Outros Devedores | 7.009.755 | 11.147.101 | 3.228.020 |
| Acréscimo de Proveitos | 4.091.149 | 3.850.491 | 3.850.491 |
| Total | 12.154.137 | 16.865.663 | 8.946.582 |
| (Unidade Monetária - Euros) | | | |

- A rubrica de empréstimos a empresas associadas respeitava em 2009 exclusivamente a financiamentos concedidos à sociedade OPIncrível SGPS, S.A. Com o objectivo de apoiar a tesouraria de curto prazo. Com a alteração da participação de 40% para 66,67%, passou a aplicar-se a consolidação integral em 2010 tendo este saldo sido eliminado nos ajustamentos de consolidação tendo como contrapartida a anulação da participação financeira.
- A rubrica de Acréscimos de Proveitos respeita essencialmente a estimativas inerentes a processos na área da navegação, os quais à data de encerramento do exercício se encontravam pendentes por facturar, mas cujos custos na maioria já foram contabilizados.

Diferimentos

| Diferimentos | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|------------------|------------|------------|
| Custos Diferidos | 2.812.345 | 607.202 |
| Total | 2.812.345 | 607.202 |

(Unidade Monetária - Euro)

- À semelhança dos acréscimos de proveitos anteriormente mencionados, esta rubrica respeita igualmente os processos de navegação, nas empresas de navegação portuguesas e no estrangeiro, que se encontram maioritariamente facturados, mas cujos custos ainda não se encontram totalmente registados pelo Grupo.

■ 17. Caixa e Bancos

- Em 2010 e 2009, a rubrica de caixa e bancos era passível da seguinte composição:

| Caixa e Bancos | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|----------------------------------------|------------|------------|
| Caixa | 293.876 | 217.289 |
| Depósitos à Ordem | 21.066.819 | 1.780.647 |
| Títulos negociáveis | 666.483 | 101.797 |
| Outras Aplicações de Tesouraria | 60 | 80 |
| Total da caixa e equivalentes de caixa | 22.027.238 | 2.099.812 |
| Depósitos a Prazo | 10.223.089 | 11.407.847 |
| Total da caixa e equivalentes de caixa | 32.250.327 | 13.507.659 |

(Unidade Monetária - Euro)

- Nestes depósitos a prazo inclui-se um depósito a prazo constituído junto do Millennium BCP pelo prazo de um ano encontrando-se a ser remunerado às taxas actuais de mercado pelo que não deverá existir grande diferença face ao seu justo valor. Este depósito serve de garantia ao financiamento de médio/longo prazo de Eur 6.500.000 concedido à Horizon View (Nota 23). Os outros depósitos a prazo são constituidos por prazos entre 1 a 3 meses.

■ 18. Unidades Operacionais em Descontinuação

- Esta rubrica respeita exclusivamente à nossa participada Leme – Agência de Navegação, Lda, com sede em Moçambique, que embora não esteja formalmente extinta, não possui quaisquer activos ou passivos registados nas contas consolidadas.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

■ 19. Capital e Prémios de Emissão

■ Capital Social

- Em 31 de Dezembro de 2010, a estrutura accionista da Sociedade era a seguinte:

| Participações Qualificadas | Quantidade | % do Capital Social | % dos direitos de voto |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|---------------------|------------------------|
| Duarte Maia de Albuquerque d'Orey | 0 | 0,00% | 0,00% |
| Directamente: | | | |
| - Indirectamente: | | | |
| - Orey Inversiones Financieras, S.L. | 4.270.000 | 32,85% | 32,85% |
| - Triângulo-Mor Consultadoria Económica e Financeira, S.A. | 5.070.000 | 39,00% | 39,00% |
| - Através da Orey Gestão de Activos SGFM, S.A. Referente a Carteiras de Clientes de Gestão Discrecionária | 204.969 | 1,58% | 1,58% |
| SUB-TOTAL | 9.544.969 | 73,42% | 73,42% |
| Jochen Michalek | 370.044 | 2,85% | 2,85% |
| MCPA, SGPS, S.A. | 275.000 | 2,12% | 2,12% |
| Invespi SGPS, S.A. | 263.442 | 2,03% | 2,03% |
| SUB-TOTAL | 908.486 | 7,00% | 7,00% |
| TOTAL | 10.453.455 | 80,42% | 80,42% |

- Durante o exercício de 2010 verificou-se uma redução de 750.000 euros no capital social do grupo.
- A redução resultou da extinção de 1 em cada 17 acções existentes (incluindo acções próprias) e abrangeu também a distribuição de resultados a accionistas, pelo montante de 0,09 euros por acção (com excepção de acções próprias).

■ Prémios de Emissão

- À data de 31 de Dezembro de 2010 os prémios de emissão eram detalháveis da seguinte forma:

| Rubrica | Ano | Nº Acções | Prémio Unitário | Sub-Total Prémio Emissão | Custos de Emissão | Impostos Diferidos | Total Prémio de Emissão |
|---------------------------------------------|------|-----------|-----------------|--------------------------|-------------------|--------------------|-------------------------|
| Aumento de Capital por subscrição de acções | 2006 | 5.000.000 | 1 | 5.000.000 | -233.725 | 64.274 | 4.830.550 |
| Conversão VMOP's | 2008 | 3.409.272 | 1 | 3.409.272 | -115.086 | 2.303 | 3.296.489 |
| Conversão VMOP's | 2009 | 109.166 | 1 | 109.166 | 0 | 0 | 109.166 |
| Redução de Capital | 2010 | -750.000 | 1 | -750.000 | 0 | 0 | -750.000 |
| Total | | | | 7.486.204 | | | |

(Unidade monetária - Euros)

■ 20. Acções Próprias

- O movimento do ano de 2010 relativo a acções próprias é o que se segue:

| Acções Próprias | Quantidade | Custo médio | Valor Total |
|-------------------------------------|------------|-------------|-------------|
| Detidas a 31/12/09 por: -SCOA | 1.119.048 | 2,74 | 3.064.277 |
| Adquiridas a 18/02/10 por: -SCOA | 158.707 | 1,70 | 269.802 |
| Redução de Capital (Nota 11) | -19.612 | 2,61 | -51.174 |
| OPV 31/07/10 | -1.190.453 | 2,61 | -3.106.279 |
| Detidas a 31/12/10 por: -SCOA | 67.690 | 2,61 | 176.626 |

(Unidade Monetária - Euro)

■ 21. Reservas

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

| Reservas | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|---------------------------|------------------|------------------|
| Reservas de Revalorização | 1.245.119 | 1.503.284 |
| Reservas Legais | 1.466.426 | 1.421.641 |
| Reservas Livres | 559.538 | 518.408 |
| Outras Reservas | 15.089 | 15.089 |
| Total | 3.286.172 | 3.458.422 |

(Unidade Monetária - Euro)

- As reservas legais, de acordo com o artigo 296 do Código das Sociedades Comerciais só podem ser utilizadas para:

- Incorporação no capital;
- Cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas;
- Cobrir parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas;

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- A reserva de valorização dos activos fixos tangíveis ao justo valor não é distribuível aos accionistas porque não se encontra realizada.
- Reserva de Conversão Cambial é a reserva gerada pela transposição das demonstrações financeiras das sociedades que efectuam o seu relato em moeda distinta do euro, conforme referido na nota 2.
- As outras reservas referem-se a reservas efectuadas nas propriedades de investimento, ao abrigo de diplomas legais em datas anteriores à data de transição das IFRS. Só podendo ser utilizadas, depois de realizadas, para cobrir prejuizos até à data a que se reporta a reavaliação ou para incorporação no capital social na parte remanescente.

■ 22. Provisões

- Até Dezembro de 2010, o movimento efectuado na rubrica de provisões foi o seguinte:

| | Saldo em 31/12/09 | Reforço | Reversões | Utilizações | Saldo em 31/12/10 |
|-----------|----------------------|----------------|----------------|---------------|----------------------|
| Provisões | 184.495 | 485.965 | -67.165 | 36.066 | 639.361 |
| Total | 184.495 | 485.965 | -67.165 | 36.066 | 639.361 |

(Unidade Monetária - Euro)

■ 23. Empréstimos e Descobertos Bancários

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

| Financiamentos e Descobertos Bancários | | |
|-------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Passivo Não Corrente | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
| - Sociedade Comercial Orey Antunes | 4.333.331 | 5.416.666 |
| - Orey Shipping S.L. | 0 | 597.222 |
| - Agemasa - Ag. Marítima de Consignaciones S.A. | 752.882 | 1.078.706 |
| - OA Technical Representations | 406.380 | 375.254 |
| - Orey Gestão e Imobiliária, Lda | 2.638.905 | 2.805.248 |
| - Horizon View | 6.500.000 | 0 |
| Total | 14.631.498 | 10.273.096 |
| Passivo Corrente | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
| - Sociedade Comercial Orey Antunes | 7.083.336 | 7.248.837 |
| -Empréstimos bancários | 3.393.197 | 4.740.206 |
| -Descobertos bancários | 320.000 | 320.000 |
| - Orey Financial, SGPS, S.A. | 1.075.236 | 549.141 |
| - OA Technical Representations | 1.018.661 | 22.156 |
| - Orey Gestão e Imobiliária, Lda | 703.125 | 0 |
| -Empréstimos bancários | 1.778.937 | 0 |
| -Descobertos bancários | 1.153.489 | 470.219 |
| - Outras Empresas | | |
| Total | 16.525.980 | 13.350.560 |

(Unidade Monetária - Euro)

- As condições de financiamento para os principais empréstimos bancários são as seguintes:

| Banco | Forma | Valor Aprovado | Montante em dívida | Condições Contratuais | Taxa de Juro Nominal | Taxa de Juro Efectiva |
|-----------------------------------|-----------------------------|----------------|--------------------|----------------------------|----------------------|-----------------------|
| Passivos Não Correntes | | | | | | |
| Banco Espírito Santo | -Médio/Longo Prazo | 6.500.000 | 5.416.667 | Euribor 3M + Spread 3,5% | 3,25% | 3,37% |
| Banco Comercial Português | -Médio/Longo Prazo | 3.100.000 | 2.678.075 | Euribor 3M + Spread 0,375% | 1,38% | 1,44% |
| Banco Comercial Português | -Médio/Longo Prazo | 6.500.000 | 6.500.000 | Euribor 3M + Spread 2,75% | 3,45% | 3,83% |
| Santander Totta | -Médio/Longo Prazo | 200.000 | 187.500 | Euribor 3M + Spread 3,375% | 4,25% | 4,41% |
| Santander Totta | -Médio/Longo Prazo | 750.000 | 703.125 | Euribor 3M + Spread 3,375% | 4,25% | 4,42% |
| Passivos Correntes | | | | | | |
| Banco Espírito Santo | -Descoberto Autorizado | 2.500.000 | 2.393.181 | Euribor 3M + Spread 3,5% | | |
| Caixa Geral de Depósitos | -Curto Prazo | 1.000.000 | 1.000.000 | Euribor 3M + Spread 4% | | |
| Banco Santander Totta | - Conta Corrente Caucionada | 3.000.000 | 1.000.000 | Euribor 3M + Spread 3,5% | | |
| Banco Bilbao Vizcaya e Argentaria | - Conta Corrente Caucionada | 2.500.000 | 2.500.000 | Euribor 3M + Spread 2,5% | | |

(Unidade Monetária - Euros)

■ 24. Responsabilidades por Benefícios de Reforma

- As responsabilidades por benefícios de reforma referentes em 2010 e 2009 são:

| Responsabilidade por benefícios de reforma | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|--------------------------------------------|----------------|----------------|
| Responsabilidades | 610.735 | 820.270 |
| Contribuições pagas no ano | -327.185 | -276.714 |
| Acréscimo responsabilidade no ano | 19.732 | 24.081 |
| Subtotal | 303.282 | 567.637 |
| Ganhos e perdas actuariais diferidos | -148.714 | -105.616 |
| Total | 154.568 | 462.021 |

(Unidade monetária - Euros)

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- O valor do fundo de pensões em 2010 é o seguinte:

| Valor do fundo de pensões | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Saldo Inicial | 1.148.396 | 927.288 |
| Contribuições | 327.185 | 276.714 |
| Retorno real dos activos | -64.871 | 50.014 |
| Benefícios e prémios pagos pelo fundo | -117.514 | -105.620 |
| Total | 1.293.196 | 1.148.396 |
| (Unidade monetária - Euros) | | |

- A responsabilidade e valor dos activos do fundo encontra-se detalhado em seguida:

| Responsabilidade e Valor dos activos do fundo | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|-----------------------------------------------|----------------|----------------|
| Valor das responsabilidades | 1.511.622 | 1.716.033 |
| Valor do fundo | 1.293.196 | 1.148.396 |
| Déficit | 218.426 | 567.637 |
| (Unidade monetária - Euros) | | |

- Os activos do fundo de pensão são decompostos da seguinte forma:

| Activos do fundo | 31-12-2010 |
|-----------------------------|------------------|
| Obrigações | 930.019 |
| Acções | 233.696 |
| Depósitos à ordem | 319.590 |
| Outros | 2.289 |
| Responsabilidades | -192.398 |
| Total | 1.293.196 |
| (Unidade monetária - Euros) | |

- Os pressupostos e bases técnicas actuariais do fundo é o seguinte:

| Pressupostos e bases técnicas actuariais | 2010 | 2009 |
|------------------------------------------|----------|----------|
| Pressupostos financeiros | | |
| Taxa técnica actuarial | 4,5% | 4,5% |
| Taxa anual do rendimento do fundo | 4,5% | 5,0% |
| Taxa anual do crescimento salarial | 2,5% | 3,0% |
| Taxa anual do crescimento das pensões | 1,0% | 1,0% |
| Pressupostos demográficos | | |
| Idade normal de reforma | 65 anos | 65 anos |
| Tábuas de mortalidade homens | TV 73/77 | TV 73/77 |
| Tábuas de mortalidade mulheres | TV 88/90 | TV 88/90 |
| Tábuas de invalidez | SR | SR |

■ 25. Empréstimo Obrigacionista – Orey Best

- O Grupo contraiu em 2010 um empréstimo por obrigações.
- Este empréstimo por obrigações é passível do seguinte detalhe:

| Límite de Emissão | Montante Utilizado | Valor Contabilístico |
|----------------------------------------------------|--------------------|----------------------|
| Empréstimo por Obrigações Orey Best / 2010-2018 | 30.000,00 | 13.000,00 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | |

- A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2010 para este empréstimo por obrigações era de 5,50%.

■ 26. Passivos por Locações Financeiras

- O detalhe desta rubrica é o seguinte:

| Passivos por locação financeira | 31-12-2010 | | 31-12-2009 | |
|-----------------------------------------|------------------|----------------------|------------------|----------------------------|
| | Passivo Corrente | Passivo não corrente | Passivo Corrente | Passivo não corrente |
| Edifícios, Terrenos e Recursos Naturais | 39.383 | 295.332 | 45.878 | 336.551 |
| Equipamento de Transporte | 128.407 | 395.846 | 58.452 | 91.287 |
| Total | 167.790 | 691.178 | 104.330 | 427.838 |
| | | | | (Unidade Monetária - Euro) |

| Tipo de Activo | Futuros Pagamentos | Não mais de 1 ano | Mais de um ano e não mais de 5 anos | Mais de 5 anos |
|----------------------------------------|--------------------|-------------------|-------------------------------------|----------------------------|
| Edifícios Terrenos e Recursos Naturais | 334.715 | 39.383 | 197.448 | 97.884 |
| Equipamento de Transporte | 524.253 | 128.407 | 395.846 | 0 |
| Total | 858.968 | 167.790 | 593.294 | 97.884 |
| | | | | (Unidade Monetária - Euro) |

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

■ 27. Contas a Pagar - Outras (Passivos Correntes) e Diferimentos

Contas a Pagar

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

| Contas a Pagar - Outras | 31-12-2010 | 31-12-2009 Aprovado (Nota 2) | 31-12-2009 Ajustado (Nota 2) |
|---------------------------|-------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| Adiantamentos de Clientes | 83.148 | 63.070 | 63.070 |
| Impostos | 603.153 | 607.316 | 607.316 |
| Accionistas | 860.596 | 267.070 | 267.070 |
| Outros Credores | 8.916.077 | 11.625.599 | 1.011.730 |
| Acréscimos de Custos | 2.440.895 | 3.923.515 | 3.923.515 |
| Total | 12.903.869 | 16.486.571 | 5.872.702 |

(Unidade monetária - Euros)

Diferimentos

- As rubricas de acréscimos de proveitos e custos e de diferimentos, referem-se, na sua maior parte aos processos de navegação, nas empresas de navegação portuguesas e no estrangeiro, que se encontram por encerrar e facturar.

■ 28. Ganhos e Perdas em Empresas Associadas

- Esta rubrica ascende a 316.813 euros e a 94.008 euros em 2010 e em 2009, respectivamente, e respeita essencialmente ao reconhecimento das variações das participações em associadas por aplicação do método de equivalência patrimonial (nota 10).

■ 29. Outros Proveitos Operacionais

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

| Outros Proveitos Operacionais | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Proveitos Suplementares | 1.419 | 746.576 |
| Ganhos em Imobilizações | 33.543 | 140.461 |
| Benefícios de Penalidades Contratuais | 3.314 | 95.673 |
| Ganhos em Operações Financeiras | 3.349.813 | 0 |
| Rendimentos de Imóveis (Nota 7) | 144.171 | 139.788 |
| Outros | 806.499 | 789.344 |
| Total | 4.338.759 | 1.911.841 |

(Unidade Monetária - Euro)

- Sendo a rubrica “Outros” passível do seguinte detalhe

| Outros | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|----------------------------------------------|----------------|----------------|
| Correcções relativas a exercícios anteriores | 586.937 | 100.884 |
| Outros | 219.562 | 688.460 |
| Total | 806.499 | 789.344 |

(Unidade Monetária - Euro)

- A rubrica de “Ganhos em Operações Financeiras” respeita essencialmente aos ganhos obtidos com o resgate antecipado do produto financeiro Orey 7, um produto estruturado com maturidade em 2012.
- Este produto era composto por duas classes: a Classe A no montante de €20ML e a Classe B no montante de €5ML. A Classe A possuía um cupão anual de 7% com pagamentos trimestrais enquanto a Classe B pagava um rendimento variável no final da vida do produto, dependendo do comportamento global do mesmo. A emissão foi realizada em Euros, investindo o Orey 7 os seus activos em obrigações governamentais Brasileiras emitidas em Reais.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

■ 30. Fornecimentos e serviços de terceiros

- A rubrica de fornecimentos e serviços terceiros tem como critério de mensuração o custo e é decomposta da seguinte forma:

| Fornecimentos e Serviços Externos | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Subcontratos | 49.079.553 | 34.494.759 |
| Electricidade | 128.916 | 93.277 |
| Combustíveis | 257.739 | 202.975 |
| Água | 23.962 | 17.375 |
| Outros Fluidos | 6.266 | 0 |
| Ferramentas | 160.376 | 121.674 |
| Material de escritório | 97.932 | 100.148 |
| Artigos para oferta | 13.002 | 21.151 |
| Rendas e alugueres | 3.054.484 | 2.019.889 |
| Despesas de representação | 291.645 | 231.098 |
| Comunicação | 568.860 | 715.981 |
| Seguros | 373.787 | 265.234 |
| Royalties | 10.389 | 0 |
| Transporte de mercadorias | 209.189 | 121.732 |
| Transporte de pessoal | 8.602 | 12.983 |
| Deslocações e estadas | 999.498 | 1.078.366 |
| Comissões | 0 | 1.526 |
| Honorários | 793.262 | 486.712 |
| Outras Imputações | 0 | 0 |
| Contencioso e notariado | 59.716 | 36.263 |
| Conservação e reparação | 850.805 | 568.021 |
| Publicidade e propaganda | 826.178 | 664.504 |
| Limpeza, higiene | 147.503 | 124.756 |
| Vigilância | 109.513 | 78.664 |
| Trabalhos especializados | 1.871.348 | 734.284 |
| Outros | 66.256 | 547.528 |
| Total | 60.008.779 | 42.738.898 |
| (Unidade Monetária - Euro) | | |

- Os subcontratos por área são os seguintes:

| Subcontratos por área | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Navegação | 47.505.200 | 33.027.164 |
| Financeira | 306.080 | 316.442 |
| Técnicas | 719.737 | 708.738 |
| Outros | 548.537 | 442.415 |
| Total | 49.079.553 | 34.494.759 |
| (Valores em Euros) | | |

- Os outros subcontratos dizem respeito a trabalhos de consultores na área da informática e à contratação de serviços de entidades terceiras na área das comunicações.

■ No que respeita à consultoria na área da informática ressalva-se o facto de se terem procedido à actualização dos softwares operacionais e de gestão no âmbito da adopção do SNC (Sistema de Normalização Contabilístico). Preve-se que em 2011 esta rubrica se mantenha elevada face à obrigação fiscal imputada às empresas da actualização dos mesmos sistemas agora no âmbito da certificação informática exigida pela administração fiscal a partir do primeiro dia do ano.

■ 31. Pessoal

Pessoal

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o detalhe do número de colaboradores do Grupo, repartido por área de negócio é o seguinte:

| Pessoal | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|---------------------------|------------|------------|
| Total | Total | Total |
| Navegação (Portugal) | 79 | 78 |
| Navegação (Internacional) | 111 | 92 |
| Representações Técnicas | 70 | 50 |
| Sector Financeiro | 72 | 61 |
| Serviços Administrativos | 40 | 40 |
| Total | 372 | 321 |

■ Remunerações Órgãos Sociais

- Em 31 de Dezembro de 2010, as remunerações pagas aos Órgãos Sociais da Sociedade, respeitam exclusivamente a benefícios de curto prazo, e foram os seguintes:

| Remunerações auferidas pelo pessoal chave | Dez-09 | Dez-10 |
|-------------------------------------------|---------|---------|
| Conselho de administração | 641.743 | 262.332 |
| Conselho fiscal | 24.000 | 19.500 |

(Unidade Monetária - Euro)

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

■ 32. Outros Gastos Operacionais

- A rubrica “Outros gastos operacionais” é composta por:

| Outros Gastos Operacionais | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|-------------------------------------------------|------------------|------------------|
| Impostos | 409.385 | 314.739 |
| Gastos em Alienações de Activos Fixos Tangíveis | 16.197 | 31.241 |
| Outros | 1.712.406 | 975.423 |
| Total | 2.137.988 | 1.321.403 |

(Unidade Monetária - Euro)

- Sendo os “Outros”:

| Outros | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|--------------------------------------------|------------------|----------------|
| Donativos | 28.495 | 14.391 |
| Quotizações | 59.577 | 61.964 |
| Perdas em Existências | 61.089 | 37.147 |
| Insuficiência para Estimativa de Imposto | 36.340 | 33.778 |
| Correcções Relativas a Períodos Anteriores | 1.185.012 | 575.089 |
| Multas | 9.639 | 15.668 |
| Outros | 332.253 | 237.386 |
| Total | 1.712.406 | 975.423 |

(Unidade Monetária - Euro)

■ 33. Resultados Financeiros

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

| Resultados Financeiros | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|-----------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Rendimentos e Ganhos Financeiros | | |
| - Juros Obtidos | 235.972 | 233.347 |
| - Diferenças de Câmbio Favoráveis | 3.610.290 | 1.648.623 |
| - Outros | 593.225 | 533.010 |
| Total | 4.439.487 | 2.414.981 |
| Gastos e Perdas Financeiros | | |
| - Juros Suportados | -1.807.404 | -820.505 |
| - Serviços Bancários | -159.597 | -173.277 |
| - Diferenças de Câmbio Desfavoráveis | -2.774.404 | -2.022.485 |
| - Outros | -104.769 | -9.771 |
| Total | -4.846.173 | -3.026.038 |
| Resultados Financeiros | -406.686 | -611.057 |

(Unidade Monetária - Euro)

■ 34.(Gastos) | Rendimentos de Impostos

- O saldo apurado de Gastos (Rendimentos) de Impostos é decomposto do seguinte modo:

| Gastos (rendimentos de impostos) | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|-----------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Imposto Corrente | 413.669 | 458.558 |
| Impostos Diferidos | | |
| - Origem e reversão de diferenças temporárias | -531.511 | -760.833 |
| Total | -117.842 | -302.274 |

(Unidade Monetária - Euro)

■ 35. Resultados por acção

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, os resultados por acção têm a seguinte composição:

| Rendimento por Acção | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
|------------------------------------|--------------|--------------|
| Resultado por acção básico | 0,235 | 0,103 |
| Resultado por acção diluído | 0,235 | 0,103 |

- O resultado por acção básico é calculado tendo em conta o resultado líquido atribuível à casa-mãe e capital número de acções em circulação, o que corresponde a 31 de Dezembro de 2010 a 12.932.310 acções tendo em conta a existência de 67.690 acções próprias. O resultado por acção diluído é consistente com o resultado por acção básico, visto que não existem acções ordinárias potenciais.

■ 36. Partes Relacionadas

- As participadas da SCOA têm relações entre si que se qualificam como transacções com partes relacionadas. Todas estas transacções são efectuadas a preços de mercado.
- Nos procedimentos de consolidação estas transacções são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única entidade se tratasse.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- As empresas do grupo que prestam serviços a outras empresas do grupo são as seguintes: Orey Serviços e Organização S.A., na área de serviços financeiros, controlo de gestão, tecnologia de informação e pessoal, Orey Gestão Imobiliária S.A., que detém edifícios que arrenda às empresas do grupo. Na área das representações técnicas são efectuadas vendas de mercadoria entre as várias empresas. Na navegação são prestados serviços diversos às empresas, na sua área de actuação.
- Além das empresas participadas pelo Grupo, existe também como parte relacionada o Monte São José, empresa detida pelo presidente do conselho de administração do Grupo.

| Partes Relacionadas | Ano | Vendas | Compras | A receber | A pagar |
|---------------------|------|--------|---------|-----------|---------|
| Monte São José | 2010 | 7.837 | 450.000 | 0 | 18.150 |
| | 2009 | 2.618 | 60.000 | 0 | 0 |

(Unidade Monetária - Euros)

- Todas estas transacções são efectuadas a preços de mercado.
- Relativamente a transacções com entidades relacionadas que sejam pessoas chave da administração definiu o Conselho de Administração da SCOA que este conjunto de pessoas seria composto pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade Comercial Orey Antunes, pelos membros dos Conselhos de Administração das sub-holdings (Horizon View SA, OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. SA, OA International BV e Orey Financial – IFIC,

S.A.) e pelos Gerentes da Orey Serviços e Organização, Lda. e da Orey Gestão Imobiliária, Lda., os quais se passam a enumerar:

- Duarte Maia de Albuquerque d'Orey
- Joaquim Paulo Claro dos Santos
- Tristão José da Cunha de Mendonça e Menezes
- Juan Celestino Lázaro González
- Jorge Delclaux Bravo
- Francisco Van Zeller
- Miguel Ribeiro Ferreira
- Alex Sommerville Gibson
- Franciso Xavier Ferreira Lobo Vasconcelos
- Francisco Manuel de Lemos dos Santos Bessa
- Rui Maria de Campos de Albuquerque d'Orey
- Henrique Manuel Garcia Teles Feio
- João Carlos Alves Mendonça Arrais
- Gonçalo Magalhães Saraiva Mendes
- José Carlos Conceição Santos
- Marcos Francisco F. A. Q. Saldanha
- Miguel Carvalho Albuquerque d'Orey
- Rogério Paulo Caiado Raimundo Celeiro
- João Luís Sacramento Teiga
- João Pedro Cortez Almeida Ejarque
- Vitor Paulo Figueiredo Monteiro
- Salvador Albuquerque d'Orey
- Gabriel Sousa Uva

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

■ 37. Activos e passivos contingentes

- A 31 de Dezembro de 2010, os compromissos financeiros que não figuram no balanço são os seguintes:

- Garantias bancárias a favor do estado EUR 916.674
- Garantias a favor de outras empresas EUR 1.244.219

À data de 31 de Dezembro de 2010, existem contra a Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., um conjunto de processos fiscais em sede de IRC, sendo que alguns se encontram em fase reclamação graciosa e os restantes em fase de impugnação judicial. O total do montante em causa no conjunto destes processos ascende a 915.541,62 milhares de Euros. A Administração, suportada pelos seus consultores jurídicos, considera como pouco provável que o desfecho destes litígios seja desfavoráveis ao Grupo pelo que não foi reconhecida qualquer provisão nas demonstrações financeiras para este risco.

- Existe uma contingência fiscal, fora do País, de valor não estimado, que a Administração estima que a probabilidade de ocorrência é bastante diminuta.

■ 38. Locações Operacionais

- O detalhe das Locações operacionais do Grupo por empresa à data de 31 de Dezembro de 2010 é descrito no quadro seguinte:

| Empresa | Locadora | Matrícula | FROTA GRUPO OREY RENTING | | Início | Fim | Valor € |
|----------------|------------------|-----------|---------------------------|-----------------------|---------|-----|---------|
| | | | Marca / Modelo | | | | |
| HORIZON VIEW | LEASEPLAN | 53-IZ-91 | AUDI A6 | 06-04-2010 05-04-2014 | 80.055 | | |
| CMA-CGM | BMW | 61-HV-97 | BMW 3 SERIES 320d TOURING | 31-07-2009 30-06-2013 | 40.000 | | |
| | SGALD AUTOMOTIVE | 10-HU-95 | OPEL INSIGNIA | 02-07-2009 01-07-2013 | 33.222 | | |
| | SGALD AUTOMOTIVE | 89-HN-27 | PEUGEOT 308 | 30-04-2009 29-04-2013 | 24.238 | | |
| | ITELCAR | 50-EC-53 | TOYOTA AURIS | 30-07-2007 29-07-2011 | 25.813 | | |
| CONTRAFOGO | SGALD AUTOMOTIVE | 53-IH-66 | VOLKSWAGEN JETTA | 25-03-2010 24-03-2014 | 23.153 | | |
| | LOCARENT | 72-GV-17 | BMW série 5 | 20-11-2008 19-10-2012 | 53.400 | | |
| OCN | LEASEPLAN | 73-JL-27 | PEUGEOT 207 | 21-07-2010 20-07-2014 | 14.813 | | |
| | LEASEPLAN | 92-IK-78 | VOLVO V70 | 25-03-2010 24-03-2014 | 43.500 | | |
| | LEASEPLAN | 62-IL-25 | PEUGEOT 308 | 27-11-2009 26-11-2013 | 24.548 | | |
| | LEASEPLAN | 62-IF-02 | FORD MONDEO | 15-10-2009 14-10-2013 | 28.333 | | |
| | LEASEPLAN | 96-IA-59 | OPEL INSIGNIA | 13-08-2009 12-08-2013 | 35.878 | | |
| | LEASEPLAN | 79-GT-80 | PEUGEOT 807 | 03-12-2008 02-12-2012 | 42.152 | | |
| | ALD AUTOMOTIVE | 59-LJ-01 | PEUGEOT 407 | 30-03-2007 29-03-2011 | 36.379 | | |
| | LEASEPLAN | 20-LE-34 | OPEL ASTRA | 30-12-2010 30-12-2014 | 26.040 | | |
| | LEASEPLAN | 79-JH-35 | PEUGEOT SPORT | 18-06-2010 17-06-2014 | 26.387 | | |
| OSO | LEASEPLAN | 66-12-07 | MERCEDES E 250 E | 01-04-2010 31-03-2014 | 51.818 | | |
| | LEASEPLAN | 94-IE-54 | PEUGEOT 807 | 09-10-2009 08-10-2013 | 26.902 | | |
| | LEASEPLAN | 95-GX-02 | BMW 5 série E60 | 18-12-2008 17-12-2012 | 47.281 | | |
| | ITELCAR | 85-DF-54 | RENAULT MEGANE | 10-04-2007 09-04-2011 | 30.933 | | |
| | LEASEPLAN | 21-IH-56 | ALFA ROMEU 159 | 18-06-2010 17-06-2014 | 38.132 | | |
| | ITELCAR | 37-JZ-83 | TOYOTA AVENSIS | 29-11-2010 28-11-2012 | 33.100 | | |
| OTNI | ITELCAR | 06-CL-74 | VOLKSWAGEN PASSAT | 24-11-2006 23-12-2010 | 46.239 | | |
| | BMW BANK | 89-HT-71 | BMW | 16-06-2009 15-06-2015 | 149.149 | | |
| SCOA | LEASEPLAN | 79-IT-85 | ALFA ROMEU 159 | 25-02-2010 24-02-2014 | 31.432 | | |
| | ITELCAR | 08-CF-46 | FORD FOCUS | 05-10-2006 05-12-2010 | 26.285 | | |
| SOFEMA | LOCARENT | 07-GV-12 | PEUGEOT 807 | 05-01-2009 04-01-2013 | 41.807 | | |
| | LEASEPLAN | 02-JE-28 | RENAULT MEGANE | 29-05-2010 28-05-2014 | 24.350 | | |
| STORKSHIP | LEASEPLAN | 06-IU-66 | BMW X1 | 02-03-2010 01-03-2014 | 39.788 | | |
| | LEASEPLAN | 93-GU-28 | MERCEDES CLASSE E | 04-12-2008 03-12-2012 | 63.447 | | |
| OA TECHNICAL | LOCARENT | 95-IP-75 | AUDI Q7 | 18-01-2010 18-01-2012 | 92.000 | | |
| | LOCARENT | 95-IP-74 | AUDI Q7 | 12-01-2010 18-01-2012 | 92.000 | | |
| OREY FINANCIAL | LEASEPLAN | 76-IE-83 | OPEL INSIGNIA | 01-10-2009 30-09-2013 | 34.620 | | |
| | LEASEPLAN | 33-GU-15 | SEAT ALHAMBRA | 28-11-2008 27-11-2012 | 34.132 | | |
| OGA | LEASEPLAN | 87-IB-82 | DODGE JOURNEY | 17-08-2009 16-08-2013 | 36.968 | | |
| | LOCARENT | 27-GO-30 | AUDI A6 | 15-04-2010 16-04-2012 | 62.515 | | |
| SEGURVOUGA | ITELCAR | 73-DH-75 | MERCEDES E | 17-05-2007 16-05-2011 | 75.391 | | |
| | ITELCAR | 56-ED-81 | FORD SMAX | 08-08-2007 07-08-2011 | 37.685 | | |
| | ITELCAR | 79-DU-00 | ALFA ROMEU 159 | 06-07-2007 05-07-2011 | 51.133 | | |
| | ITELCAR | 48-EB-00 | VOLVO S 40 | 20-07-2007 20-07-2011 | 37.467 | | |
| LOCARENT | LOCARENT | 45-FM-24 | VOLKSWAGEN GOLF | 21-04-2008 21-04-2012 | 25.100 | | |

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

■ 39. Gestão de riscos

Riscos de Mercado

■ Risco de Taxa de Juro

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, o Grupo está exposto ao risco de taxa de juro do Euro.

■ Considerando que:

— a volatilidade nos resultados do Grupo, não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;

— em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respectiva volatilidade nos fluxos de caixa associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;

— a contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado, a política do Grupo relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição que permita uma adequação das

condições de mercado à real exposição do Grupo, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados consolidados do Grupo.

■ Face ao exposto, a política do Grupo relativa a este tema define a análise casuística de cada potencial operação, sendo que qualquer contratação de instrumentos derivados deve seguir os seguintes princípios:

- os derivados não são utilizados com objectivos de *trading* ou fins especulativos;
- os derivados a contratar devem replicar exactamente as exposições subjacentes no que diz respeito aos indexantes a utilizar, datas de refixação de taxa de juro e datas de pagamento de juro, e perfil de amortização da dívida subjacente;
- o custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente devem ser sempre conhecidos e limitado desde o início de contratação do derivado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo defundos considerado nos planos de negócios;
- Todas as operações devem ser objecto de leilão competitivo, com pelo menos duas instituições financeiras;
- Todas as operações têm como suporte contratual o standard de mercado (*ISDA- International Swaps and Derivatives Association*), com *schedules* negociados com cada uma das Instituições;

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza um conjunto de métodos de acordo com as práticas de mercado, nomeadamente modelos de avaliação de opções e modelos de actualização de fluxos de caixa futuros com determinados pressupostos de mercado (taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc.) prevalecentes à data de Balanço. Cotações comparativas fornecidas por instituições financeiras são também utilizadas como referencial de valorização;
 - Todas as operações que não cumpram, na sua totalidade os princípios atrás estabelecidos, têm de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração.
 - A análise de sensibilidade à taxa de juro baseia-se no seguinte pressuposto:
 - Alteração nas taxas de juro afectam os juros a pagar dos empréstimos e descobertos bancários com taxas de juro indexadas;
 - Tendo em conta o pressuposto descrito, era necessário que as taxas de juro tivessem sido 1,00 percentual superior, para que o resultado líquido consolidado fosse inferior em 10%, ou seja, se a taxa de juro tivesse sido superior em 1%, os resultados consolidados teriam sido 311 mil euros inferiores.
 - No que respeita ao empréstimo obrigacionista, a taxa de juro a pagar é a maior entre uma taxa de juro fixa de 5,5% e uma taxa de juro variável, indexada à Euribor 3M, acrescida de um spread de 2,5%. Em 2010, os juros foram pagos tendo como base a taxa de juro fixa, pois o indexante acrescido do spread é ainda bastante inferior. A sociedade pressupõe que em 2011, os juros deste empréstimo serão pagos ainda com a taxa de juro fixa.
- Risco de Taxa de Câmbio**
- O Grupo tem operações a nível internacional, tendo subsidiárias que operam em diferentes países, estando por isso exposta ao risco de taxa de câmbio. Como cada negócio opera em diferentes mercados, não está definida uma política uniforme, mas sim políticas individuais para cada negócio. A exposição do grupo ao risco da taxa de câmbio está presente a dois níveis: riscos de transacção e riscos de transposição.
 - O Grupo tem uma exposição de risco de transacção de taxa de câmbio decorrente de transacções comerciais limitado. Para exposições com algum risco de incerteza o Grupo poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio.
 - Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os montantes de activos e passivos (na moeda local) registados no balanço consolidado são os seguintes:
- | Moeda | Activos | | Passivos | |
|---------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31-12-2010 | 31-12-2009 | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
| Real Brasileiro | 29.754.299 | 5.533.037 | 12.345.468 | 3.859.424 |
| Dolar Americano | 1.630.150 | 3.191.565 | 152.123 | 882.329 |
| Kwanza Angolano | 2.048.472.519 | 1.535.441.561 | 1.878.880.321 | 1.510.585.330 |
| Metical Moçambicano | 4.875.631 | 0 | 2.012.143 | 0 |
- (Unidade monetária - Euros)

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- O aumento da exposição ao real brasileiro é devido ao investimento na Orey FIP I e a sociedade veículo.
- Dada a imaterialidade da exposição ao risco cambial em resultado dos activos e passivos transpostos a data do balanço não é apresentada análise de sensibilidade à variação da taxa de câmbio.
- As taxas de câmbio utilizadas na translação dos activos e passivos para as contas consolidadas foram as seguintes:

| Moeda | Câmbio | |
|----------------------|------------|------------|
| | 31-12-2010 | 31-12-2009 |
| Real Brasileiro | 0,45082 | 0,40106 |
| Dólar Americano | 0,74577 | 0,69080 |
| Kwanza Angolano | 0,00740 | 0,00717 |
| Meticais Moçambicano | 0,02147 | 0,00000 |

(Unidade monetária - Euros)

Risco de Crédito

- O risco de crédito, resulta maioritariamente
 - dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a actividade operacional,
 - do seu relacionamento com Instituições Financeiras, no decurso normal da sua actividade, e
 - do risco de incumprimento de contrapartes em operações de gestão de portfolio.
- Crédito sobre Clientes: A gestão de risco de crédito do Grupo está estruturada nas necessidades próprias dos negócios que integram o Grupo tendo, em constante

consideração:

- as particularidades do perfil de clientes associados a cada um dos negócios;
- a determinação criteriosa de limites de crédito adequados, por um lado, ao perfil de cliente e, por outro lado, à natureza do negócio, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco;
- uma regular monitorização das contas de cliente;
- o estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;
- o recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Risco de Liquidez

■ A gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir que, a todo o momento, o Grupo mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e
- garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

■ Para este efeito, o Grupo pretende manter uma estrutura financeira flexível, pelo que o processo de gestão de liquidez no seio do Grupo compreende os seguintes aspectos fundamentais:

- Optimização da função financeira no seio do Grupo;
- Planeamento financeiro baseado em previsões de fluxos de caixa quer ao nível individual como consolidado, e para diferentes horizontes temporais;
- Sistema de controlo financeiro no curto e no médio e longo prazo que permita, atempadamente identificar desvios, antecipar necessidades de financiamento e identificar oportunidades de refinanciamento;
- Diversificação das fontes de financiamento e contrapartes;
- Dispersão das maturidades de dívida emitida, visando evitar concentração excessiva, em determinados pontos no tempo, de amortizações de dívida.

■ O acompanhamento regular pela Administração permite a implementação efectiva de uma política de agregação do risco ao nível do Grupo assim como uma intervenção rápida, directa e centralizada.

■ Em 15 de Outubro de 2004 foi aprovado, em reunião do Conselho de Administração da Sociedade, um Comité Financeiro denominado de ALCO (Asset-Liability Committee).

■ O Comité Financeiro (Asset-Liability Committee) tem como objectivo assessorar o Conselho de Administração na gestão financeira do Grupo, definindo e controlando a aplicação da política de financiamento da sua actividade e crescimento, incluindo o planeamento do balanço e dos fundos próprios. A OREY está exposta a uma diversidade de riscos financeiros relacionados com as suas operações dos quais se destacam os riscos de taxa de juro, riscos cambiais, riscos de liquidez e riscos de crédito. É da competência da área de Planeamento e Controlo de Gestão fornecer os elementos necessários à avaliação destes riscos, o que é feito em alguns casos numa base semanal (risco de liquidez, e risco de crédito), e outros numa base mensal (risco de taxa de juro e risco de câmbio).

23. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

■ Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., as quais compreendem: a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 103.739.558 euros e um total de capital próprio de 27.681.200 euros, incluindo um resultado líquido de 3.038.107 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados;

- b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

■ Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

- a) a preparação de demonstrações

23. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

■ Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

— a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e,

para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
- a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

23. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º dos Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

■ Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal

como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

■ Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e que o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 7 de Abril de 2011

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)

Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

23. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

- Senhores Accionistas,
- No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias apresentamos o relatório da actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA (adiante também designada por Empresa), bem como o parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Relatório

- Acompanhámos durante o exercício de 2010 a actividade da Empresa, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, zelámos pela observância da lei e do contrato de sociedade e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.
- Dando cumprimento ao disposto no Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal reuniu com a frequência que considerou adequada tendo obtido junto dos responsáveis das áreas financeira e da contabilidade, bem

como dos auditores externos, todos os esclarecimentos e informações solicitados. Neste âmbito procedeu à: (i) fiscalização da Administração da Sociedade; (ii) vigilância da observância da lei e do contrato de sociedade; (iii) verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte; (iv) verificação da extensão da caixa e da existência de bens e valores pertencentes à sociedade; (v) verificação dos documentos de prestação de contas; (vi) verificação que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados; (vii) fiscalização da eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno.

- No âmbito das suas competências o Conselho Fiscal procedeu, ainda, à fiscalização: (i) do processo de preparação e de divulgação de informação financeira; (ii) da revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade; e (iii) da independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

23. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

- O Conselho Fiscal obteve, sempre que necessário, as informações e elementos solicitados junto dos Auditores da Empresa e apreciou a certificação legal das contas consolidadas emitida pelo Revisor oficial de contas, com a qual concorda.
- No decorrer do exercício registou-se uma alteração da composição do Conselho Fiscal, conforme comunicado oportunamente às entidades competentes, tendo-se procedido à substituição de José Eliseu Chasqueira Mendes pelo novo membro Nuno Salvador Vieira P. Salvador Pinheiro.
- Ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artº. 245 do CVM, o Conselho Fiscal afirma que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida no Relatório de gestão, Contas anuais consolidadas e demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.
- A Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2010, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios, a Demonstração consolidada do rendimento integral e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas bem como o Relatório de gestão, que examinámos, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas consolidadas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira, do resultado das suas operações e os fluxos de caixa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados merecem a nossa concordância.

23. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

- Assim, propomos que sejam aprovados o Relatório de gestão, a Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2010, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios, a Demonstração consolidada do rendimento integral e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 07 de Abril de 2011

O CONSELHO FISCAL

José Martinho Soares Barroso – Presidente

Acácio Augusto Lougares Pita Negrão

Nuno de Deus Vieira P. Salvador Pinheiro

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

■ 0. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

—0.1 Local de disponibilização do Código de Governo das Sociedades

O presente relatório foi elaborado tendo em consideração o modelo constante no anexo ao Regulamento da CMVM n.º 1 / 2010 e o disposto no Código de Governo das Sociedades. Estes documentos podem ser consultados em www.cmvm.pt.

—0.2 Recomendações do Código de Governo das Sociedades da CMVM

A tabela seguinte pretende reunir, de uma forma esquematizada, as Recomendações da CMVM previstas no Código do Governo das Sociedades, individualizando-se, aquelas que foram alvo de adopção integral, ou de não adopção, pela OREY, assim como o local do presente relatório em que pode ser encontrada uma descrição mais detalhada acerca da sua adopção.

| Recomendação | Adopção da Recomendação no presente Relatório | Descrição | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|-----------|--|
| I. ASSEMBLEIA GERAL | | | |
| I.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL | | | |
| I.1.1 O presidente da mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade. | Adoptada | 1.1 | |
| I.1.2 A remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade. | Adoptada | 1.3 | |
| I.2 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA | | | |
| I.2.1 A antecedência imposta para a receção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das ações para a participação em Assembleia Geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis. | Adoptada | 1.4 | |
| I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a Sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão. | Adoptada | 1.5 | |
| I.3 VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO | | | |
| I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência e, quando adoptado, é admissível, ao voto por correspondência electrónica. | Adoptada | 1.8 | |
| I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a receção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis. | Adoptada | 1.10 | |
| I.3.3 As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham ações que não confirmam o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados. | Adoptada | 1.6 | |
| I.4 QUORUM DELIBERATIVO | | | |
| I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei. | Adoptada | 1.7 | |
| I.5 ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOTADAS | | | |
| I.5.1 Extractos de acta das reuniões da Assembleia Geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizadas aos acionistas no sítio da Internet da Sociedade no prazo de cinco dias após a realização da Assembleia Geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio da internet da Sociedade durante, pelo menos, três anos. | Adoptada | 1.11 | |
| I.6 MEDIDAS RELATIVAS AO controlo das SOCIEDADES | | | |
| I.6.1 (1ª parte) As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da Sociedade e dos seus acionistas. | Adoptada | 1.13 | |
| I.6.1.1 (continuação) Os estatutos das sociedades que, respeitando este princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita à deliberação pela Assembleia Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione. | Não Aplicável (Os estatutos da Sociedade não prevêem esta limitação) | | |
| I.6.2 Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração. | Adoptada | 1.13 | |
| II. ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO | | | |
| II.1. TEMAS GERAIS | | | |
| II.1.1. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA | | | |
| II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar. | Adoptada | 2.3 | |
| II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparéncia do seu governo societário, que permitam identificar e gerir os riscos. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objectivos estratégicos da Sociedade em matéria de assunção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta actividade exercida e dos eventos susceptíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão de risco com vista ao alinhamento dos riscos efectivamente incorridos com a opção estratégica da Sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adoptadas e da sua eficácia; vi) adopção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adopção das modificações que se mostrem necessárias. | Adoptada | 2.4 | |
| II.1.1.3 O órgão de Administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respectivo ajustamento às necessidades da sociedade. | Adoptada | 2.4 | |
| II.1.1.4 As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a Sociedade se expõe no exercício da actividade; ii) descrever a actuação e eficácia do sistema de gestão de riscos. | Adoptada | 2.4 | |
| II.1.1.5 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade. | Não Adoptada | 0.3 2.6 | |

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

| | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|--------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| II.1.2 INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA | | | |
| II.1.2.1 O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos. | Adoptada | 2.9 | Adoptada 2.15 |
| II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da Sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores. | Adoptada | 2.9 | II.1.5.3. A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à actividade da empresa e a contenção na tomada de riscos. |
| II.1.2.3 A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de Administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutra órbita social, não pudesse assumir essa qualidade por força de normas aplicáveis. | Adoptada | 2.9 | II.1.5.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em Assembleia Geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. |
| II.1.3 ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO | | | II.1.5.6 Pelo menos um representante da Comissão de Remunerações deve estar presente nas assembleias gerais anuais de acionistas. |
| II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções. | Adoptada | 2.12 | II.1.5.7. Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa. |
| II.1.3.2 O processo de selecção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos. | Adoptada | 2.9 | II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO |
| II.1.4 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES | | | II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade. |
| II.1.4.1 A Sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pela declarante. | Adoptada | 2.19 | II.2.2 O Conselho de Administração deve assegurar que a Sociedade actua de forma concertânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais. |
| II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo da sociedade. | Adoptada | 2.19 | II.2.3 Caso o presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos acionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade. |
| II.1.5 REMUNERAÇÃO | | | II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados. |
| II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma: i) a remuneração dos administradores que exercem funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis pré-determinados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efectivamente criada para os acionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da empresa; ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes; iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser dada por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo desse período. iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inherent à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade; v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as ações da Sociedade a que tenham accedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações; vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser deferido por um prazo não inferior a três anos; vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador; viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade. | Não Adoptada 0.3 2.15 | Adoptada 2.5 | |
| II.1.5.2. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores. | Adoptada | 2.15 | II.2.5. A Sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelourinhos no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelourinho financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade. |
| II.3 ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO | | | II.3.1 Os administradores que exercem funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas. |
| II.3.1 Os administradores que exercem funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas. | | | II.3.2 O presidente da Comissão Executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões. |
| II.3.2 O presidente da Comissão Executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões. | | | II.3.3 O presidente do Conselho de Administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões. |
| II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATERIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL | | | Não Aplicável <i>(Dada a dimensão da Sociedade não existe conselho geral nem comissão para as matérias financeiras)</i> |

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

| | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da Sociedade por parte do Conselho de Administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais. | Não Aplicável (dada a dimensão da Sociedade não existe conselho geral e de supervisão) | | III.1.2 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da Sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de Sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários; g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral; h) Convocatórias para a realização de Assembleia Geral. | Adoptada | 3.13 |
| II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas. | Adoptada | 2.14 | III.1.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondera expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição. | Adoptada | 2.3 |
| II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados. | Adoptada | 2.14 | III.1.4. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade. | Adoptada | 3.14 |
| II.4.4 O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios. | Adoptada | 2.14 | III.1.5. A Sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integram a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – elas não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade. | Adoptada | 3.14 |
| II.4.5 O conselho geral e de supervisão, comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito. | Adoptada | 2.14 | IV. CONFLITOS DE INTERESSES IV.1. RELAÇÕES COM ACIONISTAS IV.1. Os negócios da Sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado. | Não Aplicável (não foram realizados negócios entre a Sociedade e acionistas com participação qualificada) | 3.11 |
| II.4.6. Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à Sociedade (serviços de compliance) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adoptem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade. | Não Aplicável (a Sociedade não dispõe de um auditor interno) | | IV.1.2. Os negócios de relevância significativa com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção. | Não Aplicável (não foram realizados negócios entre a Sociedade e acionistas com participação qualificada) | 3.11 |
| II.5. COMISSÕES ESPECIALIZADAS | | | | | |
| II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador | Não Aplicável (dada a reduzida dimensão da Sociedade não foi ainda necessária a criação destas comissões) | | | | |
| II.5.2 Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração. | Adoptada | 2.3 | -0.3 Divergências entre as práticas do governo da sociedade e as recomendações da CMVM | | |
| II.5.3. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da Sociedade ou que tenha relação actual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços. | Adoptada | 2.3 | Tendo em consideração o descrito, a OREY declara adoptar integralmente as recomendações emitidas pela CMVM em matéria de governo societário e que constam do mencionado código, com excepção das identificadas nos números II.1.1.5. e II.1.5.1., do referido Código, as quais não são cumpridas pelas razões abaixo mencionadas. | | |
| III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA | | | | | |
| III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO | | | | | |
| III.1.1. As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a Sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor. | Adoptada | 3.12 | -Recomendações II.1.1.5 – No sentido de se adequar às recomendações do Código de Governo das Sociedades foram elaboradas propostas de regulamento de funcionamento do Conselho de Administração e do | | |

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

Conselho Fiscal os quais ainda não se encontram aprovados. Logo que se verifique a sua aprovação a OREY cumprirá com esta recomendação;

— Recomendações II.1.5.1 — À presente data a remuneração variável do órgão de administração tem por base uma disposição estatutária na qual se indica que a mesma pode ascender até um máximo de 15% (quinze por cento) do lucro do exercício distribuível. Esta distribuição é definida na própria Assembleia Geral. Não estão estipulados critérios que avaliem o desempenho a médio e longo prazo da OREY.

-0.4 Declarações relativas ao cumprimento dos critérios de independência e incompatibilidades

Atentos os critérios de aferição de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º e o respeito pelas regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A (com excepção da alínea b) que não é aplicável), ambos do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da OREY considera independentes os seguintes administradores não executivos:

- Juan Celestino Lázaro González
- Jorge Delcaux Bravo
- Miguel Ribeiro Ferreira
- Francisco Van Zeller
- Alexander Gibson

— Os seguintes membros do Conselho Fiscal cumprem os critérios de aferição de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º e respeitam as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A [incluindo a alínea f)], ambos do Código das Sociedades Comerciais, tendo todas as competências necessárias ao exercício das respectivas funções:

- José Martinho Soares Barroso
- Acácio Augusto Lougares Pita Negrão
- Nuno de Deus Vieira Paisana Salvador Pinheiro

1. ASSEMBLEIA GERAL

1.1- Identificação dos membros da mesa da assembleia-geral.

— A Mesa da Assembleia Geral da Orey é composta por dois membros, sendo um deles Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o qual dispõe de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da Sociedade, e o outro Secretário da mesma. Actualmente, a Mesa da Assembleia Geral em funções, eleita na Assembleia Geral realizada a 15 de Abril de 2009 para o quadriénio 2009-2012 é composta pelos seguintes membros:

- Presidente: Dr. Rui Chancerelle de Machete
- Secretário: Dr.^a Cristiana Teixeira Lopes Soares Calheiros

- Tendo em conta que a Assembleia Geral é o órgão supremo da OREY, a Sociedade disponibiliza, num prazo máximo de 5 (cinco) dias, no seu sítio na Internet, para consulta do público em geral, as actas da Assembleia Geral e, do mesmo modo, a respectiva convocatória, ordem do dia, propostas apresentadas à Assembleia Geral de Accionistas e forma de participação na mesma (tudo em relação às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 (três) anos antecedentes).

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- As deliberações tomadas na Assembleia Geral são disponibilizadas no sítio na Sociedade no dia da realização da mesma.
- De notar , que a OREY não proporciona o acesso às listas de presença nas Assembleias Gerais realizadas, por considerar de natureza pessoal os dados envolvidos.

1.2 Indicação das datas de início e termo dos respectivos Mandatos.

As datas de início e termo dos respectivos mandatos são 2009 e 2012, respectivamente.

1.3 Indicação da remuneração do presidente da mesa da assembleia geral.

O Presidente da mesa da Assembleia Geral auferiu, durante o ano de 2010, € 6.200 (seis mil e duzentos euros) pela participação e intervenção nas Assembleias Gerais da Sociedade.

1.4 Indicação para a antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral.

A titularidade das acções deverá ser demonstrada mediante o envio ao presidente da mesa da Assembleia Geral, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência em relação à data da realização da Assembleia, de declaração emitida e autenticada pelo intermediário financeiro junto do qual as acções se

encontrem registadas, na qual se confirme que as aludidas acções se encontram registadas em nome do accionista desde, pelo menos, o quinto dia útil anterior ao da data da realização da referida Assembleia, tendo sido efectuado o respectivo bloqueio até à data da realização da Assembleia Geral.

1.5 Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da assembleia geral.

Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a Sociedade não obriga ao bloqueio das acções durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, bastando-se a antecedência exigida na primeira sessão.

1.6 Número de acções a que corresponde um voto.

A cada acção corresponde 1 (um) voto. Não estão previstas nos estatutos da sociedade quaisquer regras que prevejam a existência de acções que não confirmam o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.

1.7 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

Em primeira convocação, a Assembleia Geral poderá deliberar qualquer que seja o número de accionistas presentes ou representados, com excepção das deliberações referentes a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da Sociedade, ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, têm de estar presentes ou representados, accionistas que detenham, pelo menos, acções correspondentes a um terço do capital social.

Em segunda convocação, a Assembleia Geral poderá deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados.

As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por simples maioria, seja qual for a percentagem do capital social nela representado, salvo disposição em contrário da lei ou dos Estatutos.

1.8 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.

Os accionistas podem exercer o seu direito de voto por correspondência sobre cada um dos pontos da Ordem do Dia, mediante comunicação postal ou electrónica, considerando-se esses accionistas como presentes para efeito da constituição da Assembleia Geral.

1.9 Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

A Sociedade não disponibiliza um modelo específico para o voto por correspondência. São válidas as declarações que sejam assinadas pelos titulares das acções ou pelo seu representante legal, acompanhadas de cópia autenticada do Bilhete de Identidade ou com assinatura reconhecida na qualidade e com poderes para o acto. Só serão consideradas válidas as declarações de voto nas quais expressa e inequivocamente constem:

- A indicação dos pontos da Ordem do Dia a que respeitem;
- A proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes;
- A indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta.

1.10 Exigência de prazo que medeie entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia-geral.

Os votos por correspondência só são considerados quando sejam recebidos na sede da Sociedade com, pelo menos, três dias de antecedência relativamente à data da Assembleia, por meio de carta registada com aviso de recepção ou por comunicação electrónica,

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

que cumpra os requisitos estabelecidos no n.º 4 do artigo 11º-A dos Estatutos da Sociedade dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova de qualidade de accionista, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 10º dos Estatutos da Sociedade.

1.11 Exercício do direito de voto por meios electrónicos.

O voto mediante comunicação electrónica deverá ser emitido com uma assinatura electrónica reconhecida nos termos legais aplicáveis ou de acordo com um sistema definido pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral na convocatória da Assembleia Geral, em termos que assegurem a autenticidade e a identificação do accionista que exerce o seu direito de voto.

1.12 Informação sobre a intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração.

À presente data a remuneração variável do órgão de administração tem por base uma disposição estatutária na qual se indica que a mesma pode ascender até um máximo de 15% (quinze por cento) do lucro do exercício distribuível. Esta distribuição é definida na própria Assembleia Geral. Não estão estipulados critérios que avaliem o

desempenho a médio e longo prazo da OREY.

1.13 Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

A Sociedade não sentiu necessidade, até ao momento, de criar medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

A Sociedade não adoptou quaisquer outras medidas que visem impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição.

1.14 Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

Não existem acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade.

1.15 Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

Não existem acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

1.15 Indicação do(s) representante(s) da Comissão de Remunerações presentes nas assembleias gerais.

Na Assembleia Geral de 31 de Maio de 2010 estiveram presentes os seguintes membros da comissão de remunerações:

- Dr. Rui Chancerelle de Machete
- Dra. Teresa Maria de Sousa Botelho

2. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

2.1 Identificação e composição dos órgãos da Sociedade.

Conselho de Administração

- Presidente: Duarte Maia de Albuquerque d'Orey
- Administrador executivo: Tristão José da Cunha Mendonça e Menezes
- Administrador executivo: Joaquim Paulo Claro dos Santos
- Administrador não executivo: Juan Celestino Lázaro González
- Administrador não executivo: Alexander Somerville Gibson
- Administrador não executivo: Miguel Ribeiro Ferreira
- Administrador não executivo: Francisco Van Zeller

Conselho Fiscal

- Presidente: José Martinho Soares Barroso
- Vogal: Acácio Augusto Lougares Pita Negrão
- Vogal: Nuno de Deus Vieira Paisana Salvador Pinheiro

Revisor Oficial de Contas

- Ernst&Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada por José Carlos Miguel Alves

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

2.2 Identificação e composição de outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da Sociedade.

Comissão de Remunerações

- Presidente: Dr. Rui Chancerelle de Machete
- Vogal: Dr. José Carlos Appleton Moreira Rato
- Vogal: Dr. Maria Teresa de Sousa Botelho

Comissão Executiva

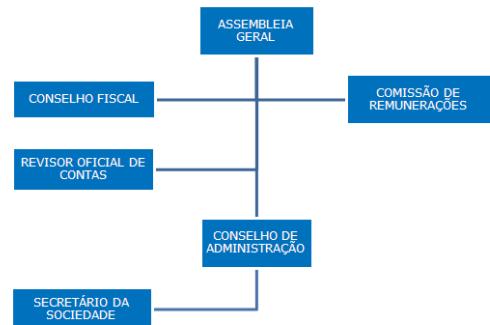
- Presidente: Duarte Maia de Albuquerque d'Orey
- Administrador executivo: Tristão José da Cunha Mendonça e Menezes
- Administrador executivo: Joaquim Paulo Claro dos Santos

2.3 Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências ou distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização e lista de matérias indelegáveis e das competências efectivamente delegadas.

- A OREY decidiu adoptar, como modelo estruturante dos seus órgãos sociais, um

modelo dualista. Assim sendo, temos, por um lado, o Conselho de Administração que tem a seu cargo a actividade de gestão da Sociedade e, por outro lado, o Conselho Fiscal, a quem compete a fiscalização de toda a actividade da OREY.

- A decisão de adopção de um modelo de gestão com estas características prendeu-se com o facto de a OREY considerar que esta é a melhor forma de assegurar, com transparência, clareza e rigor, a separação total de funções, procurando-se, deste modo, uma especialização no campo da fiscalização.



Órgão de Administração

- A administração da Sociedade será exercida por um Conselho de Administração composto por um número ímpar de membros, num mínimo de três e máximo de nove, eleitos em Assembleia Geral por períodos de quatro anos, sendo sempre permitida a sua reeleição, por uma ou mais vezes.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração designará, de entre os seus membros, o respectivo Presidente, cabendo ao próprio Conselho a designação do respectivo Vice-Presidente, quando existir.
- Um dos membros do Conselho de Administração poderá ser isoladamente eleito entre as pessoas propostas em listas subscritas por grupos de accionistas, contanto que nenhum desses grupos possua acções representativas de mais de 20% (vinte por cento) ou menos de 10% (dez por cento) do capital social da Sociedade.
- Actualmente, o Conselho de Administração é composto por oito membros, sendo cinco deles administradores não executivos, número que garante a efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade desenvolvida pelos Administradores Executivos, visto corresponder a 63% (sessenta e três por cento) do total dos membros do Conselho de Administração.
- O Conselho de Administração, que se encontra em funções para o mandato de 2009-2012, é composto pelos membros eleitos na Assembleia Geral da OREY realizada no dia 15 de Abril de 2009. Na assembleia Geral de 31 de Maio de 2010 foram eleitos três dos membros não executivos.
- Os pelouros dos membros do conselho de administração são os seguintes:

| Duarte d'Orey | Tristão da Cunha | Joaquim Santos |
|------------------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Coordenação do Modelo de Negócio | Relações com Accionistas | Relações com Mercado |
| Coordenação do Planeamento Estratégico | Relações com Clientes de Referência | Planeamento e Controlo de Gestão |
| Coordenação da Alocação Estratégica de Activos | Relações Institucionais | Contabilidade e Fiscalidade |
| Coordenação da Área de Negócio Financeira | Relações com Parceiros de Negócio | Relações com o Mercado |
| Estratégia de Recursos Humanos | | Auditória Externa |
| Marketing Estratégico e Operacional | | Sistemas de Informação |
| Relações com Accionistas | | Gestão do Imobiliário |
| Relações com Clientes de Referência | | Gestão de Compras |
| Relações Institucionais | | Recursos Humanos Operacionais |
| Relações com Parceiros de Negócio | | Relações com Accionistas |
| Desenvolvimento de Novos Negócios | | Relações com Clientes de Referência |
| | | Relações Institucionais |
| | | Relações com Parceiros de Negócio |

- A OREY promove uma rotação, pelo menos, no fim de cada dois mandatos completos, do membro do Conselho de Administração com o pelouro financeiro, no entanto é posição da OREY que existem outras formas de mitigar os riscos associados à manutenção do responsável pelo pelouro financeiro mais do que dois mandatos, nomeadamente o reforço das competências do Conselho Fiscal e a rotação dos Auditores Externos.
- O Secretário da Sociedade e o seu suplente são designados pelo Conselho de Administração, cessando funções com o termo do mandato do órgão de administração que os tenha elegido. Ao Secretário compete essencialmente secretariar as reuniões dos órgãos sociais, certificar os actos por eles praticados e os poderes dos respectivos membros, satisfazer as solicitações dos accionistas no exercício do direito à informação e certificar cópias de actas e demais documentos da sociedade.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- Actualmente, o cargo de secretário da sociedade, eleito na Assembleia Geral realizada a 15 de Abril de 2009 para o quadriénio 2009-2012 é desempenhado pela Dr.^a Cristiana Teixeira Lopes Soares Calheiros.

Órgão de Fiscalização

- A fiscalização dos negócios sociais cabe ao Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente, os quais não integram o Conselho de Administração, e um Revisor Oficial de Contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, que são eleitos pela Assembleia Geral por períodos de quatro anos e reelegíveis uma ou mais vezes.
- De acordo com a Recomendação III.1.3. do Código é recomendável que haja uma rotação, pelo menos, no fim de cada dois mandatos completos, do auditor externo da OREY. Uma vez que o respectivo mandato é de quatro anos, de acordo com o disposto no artigo 19.^º do pacto social, a OREY cumpre esta recomendação.
- A manutenção além deste período é fundamentada através de um parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.

Comissão de Remunerações

- A Comissão de Remunerações é composta por três accionistas eleitos em Assembleia Geral, um dos quais com

conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.

- A esta Comissão compete, nos termos do artigo 21.^º dos Estatutos da Sociedade, fixar as remunerações do Conselho de Administração e dos restantes membros dos órgãos sociais, podendo a remuneração dos Administradores consistir, , total ou parcialmente, em participação nos lucros da Sociedade, em percentagem, que no global, não poderá exceder 15% (quinze por cento) do lucro do exercício distribuível.
- O exercício do cargo de membro da Comissão de Remunerações é incompatível com o de membro do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.
- Nenhum dos membros da comissão de remunerações prestou, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração nem ao próprio Conselho de Administração da sociedade.
- No ano de 2010, a Comissão de Remunerações teve 1 (uma) reunião, tendo sido elaborada, como é regra na Sociedade, a acta da respectiva reunião.

Comissão Executiva

- A Comissão Executiva é composta pelos três administradores executivos da Sociedade.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- À Comissão Executiva foram delegados amplos poderes relacionados com a gestão das actividades do Grupo, sendo que todos os assuntos são dados a conhecer aos administradores não executivos.
- No ano de 2010 a Comissão Executiva reuniu por 15 (quinze) vezes, tendo sido elaboradas, como é regra na Sociedade, as actas e convocatórias das respectivas reuniões, que são remetidas pelo presidente desta comissão ao conselho fiscal da Sociedade.

2.4 Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira e responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento destes sistemas, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade.

- A sociedade foi alvo de um processo de reestruturação recente e encontra-se agora focada na actividade financeira, reorganizando a sua estrutura de forma a gerir os seus negócios tradicionais através de um fundo de capital de risco.
- A holding do grupo continua a ser responsável pelo desenvolvimento estratégico e pela gestão global das diferentes áreas de negócio, garantindo uma coordenação em matéria de recursos, segundo os critérios e orientações definidas de acordo com os grandes objectivos do Grupo.

- Em cada área de negócio, a gestão é assegurada pelas respectivas sub-holdings ou sociedades, segundo princípios de autonomia de gestão, com competências claramente definidas em documento escrito. As competências da holding do grupo situam-se, essencialmente, ao nível das seguintes decisões da gestão das sub-holdings: medidas estratégicas, assembleias gerais, aquisição e venda de negócios, contratação de financiamentos, aquisição/alienação de imóveis, nomeação dos órgãos de gestão e centralização de serviços não “core” do negócio.
- As grandes linhas de orientação estratégica do Grupo são definidas em Conselho de Administração da OREY sob proposta, quando tal é o caso, dos Conselhos de Administração/Gerência das sub-holdings.
- É o Conselho de Administração que aprova o plano e orçamento anual; acompanha e avalia a evolução do Grupo face ao orçamento; define, anualmente, a política de Recursos Humanos do Grupo; delibera sobre a aquisição e alienação de participações sociais em outras empresas; define a cada momento, e se tal se tornar necessário, a política de organização do Grupo; aprova as contas intercalares do Grupo e a comunicação das mesmas ao mercado, entre outras.
- Toda a actuação do Conselho de Administração é, por lei, sujeita a apreciação anual da Assembleia Geral que a tem aprovado, por unanimidade.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- A actividade do Grupo passou a ser fiscalizada por um Conselho Fiscal do qual fazem parte (i) um Presidente, (ii) dois Vogais efectivos, (iii) um Vogal suplente e (iv) um Revisor Oficial de Contas, que afere da concordância de tal actividade com a lei e com os Estatutos. O Conselho Fiscal foi designado na Assembleia Geral de 3 de Abril de 2007.
- A OREY tem, ainda, na sua estrutura, um Secretário da Sociedade, que, para além das atribuições que lhe são cometidas por lei, está presente em todos os Conselhos de Administração, elabora as respectivas actas e fá-las aprovar pelos respectivos membros.
- Os negócios do Grupo são afectados por um grande número de factores de risco, uns fora do controlo da gestão e outros que devem ser geridos pró-activamente. Os riscos afectam as operações, as receitas, os resultados, os activos, a liquidez e os recursos da OREY e, consequentemente, o valor de mercado da empresa. Os principais factores de risco inerentes aos negócios da OREY são os seguintes:
 - As sociedades participadas pela OREY desenvolvem as suas actividades de Navegação, Trânsitos, Representações Técnicas, e Serviços Financeiros, sendo nessa medida afectadas negativamente por períodos de recessão económica.
 - Os negócios em que opera a OREY estão sujeitos a uma forte concorrência por parte de outros grupos nacionais e estrangeiros. Essa concorrência pode ter efeitos adversos na situação financeira e nos resultados da Sociedade.
 - O desenvolvimento da actividade das principais participadas da OREY poderá implicar o reforço de investimento nessas participadas. Este reforço poderá ser efectuado por recurso a capitais próprios ou alheios. A Sociedade não pode assegurar que esses fundos, se necessários, sejam obtidos, ou que o sejam nas condições inicialmente pensadas.
 - O desenvolvimento de negócios em Angola e Brasil por parte de algumas participadas expõe a OREY aos riscos decorrentes da evolução política, económica e legal desses países, podendo afectar negativamente a sua situação financeira e os seus resultados.
- A OREY tem como principais activos as acções representativas do capital social das sociedades por si participadas. A Sociedade depende, assim, da eventual distribuição de dividendos por parte das sociedades suas participadas, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros cashflows gerados por essas sociedades.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- Pela sua dimensão a organização da gestão de risco e o acompanhamento dos riscos da actividade da OREY é feito através dos órgãos de administração e gerência de cada uma das sociedades. Em cada um destes órgãos estão presentes um ou mais elementos do C.A. da holding que acompanha directamente e transmite a este último órgão as preocupações mais relevantes.
- Os Conselhos de Administração/Gerência das empresas participadas com actividade operacional reúnem com uma periodicidade mensal.
- A política do Grupo orienta-se no sentido de uma diversificação dos diversos negócios, de forma a equilibrar a presença do grupo em diversos mercados.
- Em 15 de Outubro de 2004 foi aprovado, em reunião do Conselho de Administração da Sociedade, a criação de dois órgãos de Governo Corporativo, um Comité Financeiro denominado de ALCO (Asset-Liability Committee) e um Comité de Pessoal.
- O Comité Financeiro (Asset-Liability Committee) tem como objectivo assessorar o Conselho de Administração na gestão financeira do Grupo, definindo e controlando a aplicação da política de financiamento da sua actividade e crescimento, incluindo o planeamento do balanço e dos fundos próprios. A OREY está exposta a uma diversidade de riscos financeiros relacionados com as suas operações dos quais se destacam os riscos de taxa de juro, riscos cambiais, riscos de liquidez e riscos de crédito. É da competência da área de Planeamento e Controlo de Gestão fornecer os elementos necessários à avaliação destes riscos, o que é feito em alguns casos numa base semanal (risco de liquidez, e risco de crédito), e outros numa base mensal (risco de taxa de juro e risco de câmbio).
- O Comité de Pessoal tem como objectivo apoiar o Conselho de Administração da Sociedade na recolha periódica de informação sistematizada sobre o desempenho dos recursos humanos, permitindo o conhecimento e o acompanhamento das situações particulares, de forma a promover a aplicação fundamentada da política de recursos humanos e um correcto aproveitamento dos recursos humanos internos fomentando a gestão de carreiras.
- Este comité reúne uma vez por ano, após o processo de avaliação de desempenho, ou quando convocado extraordinariamente pela Administração e é composto pelos membros do Conselho de Administração, pelo responsável dos Recursos Humanos e, por vezes, pelos gestores responsáveis pelas áreas de negócio do grupo.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

2.5 Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital.

- O Conselho de Administração reúne sempre que for convocado pelo seu Presidente ou por dois vogais, verbalmente ou por escrito, com uma antecedência mínima de três dias úteis relativamente à data das reuniões, que terão lugar quando e onde o interesse social o exigir, e no mínimo uma vez por trimestre.
- As deliberações do Conselho de Administração só serão válidas desde que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, podendo qualquer Administrador impedido de comparecer à reunião votar por correspondência ou fazer-se representar por outro Administrador.
- Os votos por correspondência serão exercidos e os poderes de representação serão conferidos por carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita dirigida ao Presidente do Conselho de Administração.
- As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos dos Administradores presentes ou representados e dos que votem por correspondência.
- O Conselho de Administração tem os mais amplos poderes de gestão da Sociedade, cabendo-lhe deliberar sobre todos os assuntos e praticar todos os

actos legalmente considerados como de exercício de poderes de gestão, nomeadamente:

- Designação do(s) respectivo(s) Vice(s)-Presidente (s);
- Cooptação de Administradores;
- Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- Relatórios e contas anuais;
- Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- Prestação de caução e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- Extensões ou reduções importantes da actividade da Sociedade;
- Modificações importantes na organização da Sociedade;
- Mudança de sede da Sociedade;
- Projectos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;
- Qualquer outro assunto sobre o qual algum Administrador requeira deliberação do Conselho.
- Alguns dos poderes do Conselho de Administração poderão ser delegados num ou mais Administradores-delegados. Por outro lado, a gestão corrente da Sociedade poderá ser delegada numa Comissão Executiva, composta por um número ímpar de membros, devendo a respectiva delegação fixar os seus respectivos limites, a composição da referida Comissão Executiva e o seu modo de funcionamento.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- As principais competências, delegadas na comissão executiva, são as seguintes:
 - Aquisição, alienação e oneração de imóveis;
 - Abertura e encerramento de estabelecimentos ou de parte importante destes;
 - Extensões ou reduções importantes da actividade da sociedade;
 - Modificações importantes na organização da empresa;
 - Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas.
 - Atendendo ao facto de o Presidente do Conselho de Administração exercer funções executivas, o Conselho decidiu adoptar um conjunto de mecanismos que permitam, aos membros não executivos, o exercício das suas funções e a prossecução da sua actividade com base no acesso facilitado às informações necessárias para que as suas decisões sejam tomadas de uma forma livre, consciente e informada. Encontra-se, desta forma, adoptada a recomendação da CMVM II.2.2.
 - Sem prejuízo de acesso a qualquer outro tipo de informação solicitada, os membros não executivos são informados de todas as deliberações tomadas em Comissão Executiva e de toda a informação acerca da actividade desenvolvida pela Sociedade.
 - A actividade destes membros não executivos, no ano de 2010, não sofreu qualquer espécie de constrangimentos.
 - Durante o ano de 2010, os administradores não executivos não reuniram, entre si, sem a presença da comissão executiva.
 - No âmbito do exercício da sua actividade, os membros do Conselho de Administração que desempenham funções executivas procuram fornecer regularmente aos órgãos sociais da OREY toda a informação sobre a gestão da Sociedade. Neste contexto, quando essa informação é requerida por qualquer membro desses órgãos, os Administradores Executivos da Sociedade procuram, em tempo útil, e da forma mais adequada possível, fornecer todos os elementos solicitados.
- 2.6** Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e a número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados.
- No sentido de se adequar às recomendações do Código de Governo das Sociedade foram elaboradas propostas de regulamento de funcionamento do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal os quais ainda não se encontram aprovados. Logo que se verifique a sua aprovação a OREY cumprirá com esta recomendação.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

2.7 Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do órgão de administração e fiscalização.

- Os membros do Conselho de Administração são designados (e destituídos) pela Assembleia Geral, que deverá designar, entre os membros daquele Conselho, o membro que irá ocupar o cargo de Presidente.
- O Vice-Presidente, quando exista, será designado pelo Conselho de Administração eleito.
- Por outro lado, os Estatutos da Sociedade prevêem que, nos termos do artigo 15.º, n.º4, um número de membros do Conselho de Administração, que não seja superior a um terço da totalidade dos membros, seja isoladamente eleito de entre as pessoas propostas em listas subscritas por grupos de accionistas, contanto que nenhum desses grupos possua acções representativas de mais de 20 % (vinte por cento) ou menos de 10% (dez por cento) do capital social.
- No caso de ser necessário proceder à substituição de um administrador, esta poderá ocorrer por uma das seguintes formas: não existindo administradores suplentes, o Conselho de Administração poderá proceder à cooptação de um administrador, a qual deve ser submetida a ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte; no caso de não se proceder à cooptação num prazo de 60 dias, a comissão de auditoria designa um substituto, a qual deve ser igualmente submetida a ratificação na primeira

Assembleia Geral seguinte; se tal não suceder, a substituição far-se-á através da eleição de um novo administrador pela Assembleia Geral.

2.8 Número de Reuniões dos órgãos de administração e fiscalização durante o exercício.

- Durante o exercício de 2010 realizaram-se 12 (doze) reuniões de Conselho de Administração (com presença dos membros executivos e não executivos), 5 (cinco) reuniões do conselho fiscal e 1 (uma) reunião da Comissão de Remunerações tendo sido elaboradas as respectivas actas.

2.9 Identificação dos membros do conselho de administração e de outras comissões constituídas no seu seio, distinguindo-se os membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminando os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

- Actualmente, o Conselho de Administração é composto por oito membros, sendo cinco deles administradores não executivos, número que garante a efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade desenvolvida pelos Administradores Executivos, visto corresponder a 63 % (sessenta e três por cento) do total dos membros do Conselho de Administração.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

| Nome | Cargo | Independente | Data da 1ª designação | Termo do Mandato |
|------------------------------------------|-----------------------------|------------------|-----------------------|------------------|
| | | Não Independente | | |
| Duarte Maia de Albuquerque d'Orey | Presidente | Não Independente | 2003 | 2012 |
| Joaquim Paulo Claro dos Santos | Administrador executivo | Independente | 2009 | 2012 |
| Tristão José da Cunha Mendonça e Menezes | Administrador executivo | Não Independente | 2010 | 2012 |
| Juan Celestino Lázaro González | Administrador não executivo | Independente | 2008 | 2012 |
| Jorge Delcaux Bravo | Administrador não executivo | Não Independente | 2008 | 2012 |
| Alexander Somerville Gibson | Administrador não executivo | Independente | 2010 | 2012 |
| Miguel Ribeiro Ferreira | Administrador não executivo | Não Independente | 2010 | 2012 |
| Francisco Van Zeller | Administrador não executivo | Independente | 2010 | 2012 |

■ Atentos os critérios de aferição de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º e o respeito pelas regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A (com excepção da alínea b) que não é aplicável), ambos do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da OREY considera independentes os seguintes administradores não executivos:

- Juan Celestino Lázaro González
- Jorge Delcaux Bravo
- Miguel Ribeiro Ferreira
- Francisco Van Zeller
- Alexander Somerville Gibson

■ A eleição em 2010 de três novos administradores não executivos existiu no sentido de dar maior representatividade ao conselho de administração, principalmente no que se refere a accionistas minoritários tendo o processo de selecção dos elementos não executivos sido feito sem a intervenção dos membros executivos.

2.10 Qualificações profissionais dos membros do conselho de

administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

■ Duarte Maia de Albuquerque d'Orey (Presidente)

- **Desde 2003** Eleito Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Comercial Orey Antunes S.A.;
- **Desde 1999** Administrador Delegado e Fundador do First Portuguese Group;
- **1997 a 1998** Responsável da Tesouraria Integrada do Grupo Banco Mello;
- **1995 a 1996** Responsável da Tesouraria do Banco Mello e da União de Bancos Portugueses após ter sido Co-Responsável da mesa de derivativos;
- **1992 a 1994** Dealer de mercados monetários, mercado de capitais, derivativos e moeda no Citibank Portugal S.A.;
- Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica de Lisboa.
- Em 31 de Dezembro de 2010, não detém directamente acções da Sociedade. Detém indirectamente 9.544.969 acções representativas de 73,42% dos direitos de voto.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- **Tristão José da Cunha Mendonça e Menezes**

(Vogal)

- **Desde 2007** Administrador da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.;
- **Desde 2004** Chairman da Orey Financial - Instituição Financeira de Crédito, SA;
- **1999 – 2004** Chairman do First Portuguese Group;
- **1995 – 1997** Presidente da Comissão Executiva do Banco Mello de Investimentos (Grupo José de Mello). Administrador da holding financeira do Grupo e do Banco Mello;
- **1987 – 1994** Presidente e Administrador Delegado do Banco Essi e Administrador não executivo da SAPEC;
- **1979 – 1986** Director da área de "banking" do Saudi International Bank.

■ Anteriormente, manteve posições no London Continental Bankers, London Multinational Bank e no Banco Totta e Açores

- É licenciado em Direito pela Universidade de Direito de Lisboa.
- Em 31 de Dezembro de 2010 não detém acções da Sociedade. Detém indirectamente 9.340.000 acções representativas de 71,85% dos direitos de voto.

- **Joaquim Paulo Claro dos Santos**

(Vogal)

- **Desde 2009** Administrador da Sociedade

Comercial Orey Antunes;

- **2000 – 2008** Director Financeiro e do Centro de Serviços Partilhados da Sociedade Comercial Orey Antunes SA;
- **1996 – 2000** Manager – Finance na Mitsubishi Trucks Europe, S.A.;
- **1991 – 1995** Director Operacional na Higimpor,Lda;
- **1989 – 1991** Administrador Financeiro na Auto Caldas, S.A.- Concessionário Automóvel da Ford de Abril 1989 a Novembro de 1991;
- **1987 – 1989** Director de Controlo de Gestão no F.A.Caiado, S.A.;
- **1983 – 1986** Adjunto do Director Administrativo - Financeiro no F.A. Caiado, S.A;

- Licenciado em Gestão de Empresas e Mestre em Contabilidade pelo ISCTE.
- Em 31 de Dezembro de 2010 não detém quaisquer acções da Sociedade.

- **Juan Celestino Lázaro González**

(Vogal)

- **Desde 2008** Administrador não executivo da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.;
- **Desde 2007** Consultor independente. Assessor de empresas do sector financeiro;
- Mutua Madrileña. Director Geral, responsável pela Área Seguradora (seguros de automóvel, saúde, vida, casa, acidentes, autoclub);

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- **2002 – 2007** Caser. Director General Adjunto, responsável das Divisões de Sistemas de Informação, Recursos Materiais, Consultoria de Vida e Pensões, Gestão Hospitalar e Terceira idade, E-Business, e Organização e qualidade;
 - Conselheiro de sociedades participadas: Le Mans Seguros España S.A.; Inmocaser S.A.; Sudamérica Le Mans A.I.E.; Gesinca Consultora de Pensiones y Seguros S.A.; Segurvirtual MVS S.A.; Clarem Spain S.A.; C y E Servicios Sociosanitarios S.A.; C y E Badajoz Servicios Sociosanitarios S.A.; Gesclimesa S.A.; Shopnet Brokers S.A.;
 - **1990 - 1999 e 2001 – 2002** McKinsey & Company. Consultoria de Alta Direcção nas escritórios de Madrid, Lisboa, e Buenos Aires, para clientes fundamentalmente do sector financeiro, e em menor medida de transportes e industria pesada. Responsável pela Prática de Seguros da Oficina de Madrid; Uniger, SGFIM – Director Geral;
 - **1999 – 2001** Fusão com BCP: Banco Mello S.A. Assessor do Conselho de Administração, dependendo do Presidente da Comissão Executiva, com responsabilidade executiva sobre os seguintes Departamentos: Controlo de Gestão e Pressupostos, Planificação Estratégica, Consultaria interna, e Modelos Preditivos (Marketing relacional e Scorings de Risco);
 - **1984 - 1990** Asfaltos Españoles S.A. – ASESA. Empresa de Refino de Petróleo participada em 50/50 pelos grupos Repsol e Cepsa. Adjunto do Director General com responsabilidade executiva sobre as sociedades participadas em Espanha (1986 a 1990), Subdirector Comercial (1988 a 1990), Secretario del Comité de Direcção (1985 a 1986), chefe de Planificação e Estúdios Económicos (1984 a 1986);
 - Licenciado em Direito pela Facultad de Derecho del ICADE (Universidad Pontificia Comillas) e em Ciências Económicas e Empresariais (Secção Ciências Empresariais) pela Facultad de C.C. E.E. y E.E. del ICADE (Universidad Pontificia Comillas);
 - Em 31 de Dezembro de 2010 detém indirectamente 182.150 acções da Sociedade representativas de 1,14% dos direitos de voto.
- Jorge Delclaux Bravo
(Vogal)**
- **Desde 2008** Administrador não executivo Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.;
 - **Desde 2006** Executive Vice-President of Inversiones Ibersuizas, S.A.;
 - Board Member of La Seda de Barcelona, S.A.;
 - Board Member of Rothschild Gestión AV, S.A.;
 - Board Member of Rothschild España, S.A.;
 - Board Member of Ibersuizas Gestión, SGECR;
 - **2005 - 2006** Board Member of Ebro Puleva, S.A.;
 - **2001 - 2002** Board Member of Safei, S.A.;
 - **1998 - 1999** Board Member of Grucysa, S.A.;
 - **1993 – 2006** N.M. Rothschild & Sons London and Rothschild España, S.A.;
 - **1989 – 1993** UBS Phillips & Drew;
 - **1985 – 1989** Morgan Grenfell & Co. Ltd.
 - Licenciado em Economics and Business Administration pela CUNEF;
 - Em 31 de Dezembro de 2010 não detém qualquer acção da Sociedade.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

■ Francisco van Zeller

(Vogal)

■ Desde 2010

- Administrador não executivo da Hovione Holdings Ltd
(empresa do ramo químico-farmacêutico)

■ Desde 2010

- Presidente do Conselho para a Promoção da Internacionalização (organismo que inclui representantes do Governo (3) associações empresariais (3) e instituições públicas de apoio à economia (2))

■ 2002 - 2010

- Presidente da Confederação da Indústria Portuguesa

■ 2000

- Presidente da Assetgest SGPS
(Detentora dos activos da Metal Portuguesa não vendidos á Ferro)

■ 1996-2001

- Director de Operações Europeias da Ferro Corp para Recursos Humanos e Aquisições (Reformado em Outubro 2001)

■ 1996-2001

- Presidente da Ferro-Indústrias Químicas SA
(Ferro compra 49%, passa a 100% e muda de nome)

■ 1992-2000

- Presidente da Induger – Indústria de cogeração de energia

■ 1974-1996

- Administrador Delegado em representação da Metal Portuguesa e Ferro Corp (Ferro compra 2% e fica maioritária)

■ 1970-1974

- Administrador da Metal Portuguesa, SA

pelouro produção e inovação (Ferro Corporation compra 49% de MP)

■ 1964-1970

- Director de Produção da Metal Portuguesa SARL (empresa familiar ramo químico-metalúrgico)

■ 1962-1964

- Director do Departamento de Tratamento de Superfícies da Fábrica de Braço de Prata (Serviço Militar)
- Licenciado em Engenharia Química pelo Instituto superior Técnico.
- Em 31 de Dezembro de 2010 não detém qualquer acção da Sociedade.

■ Miguel Ribeiro Ferreira

(Vogal)

■ 2002

- Investiu na holding privada Invespri GGPS SA a fim de ampliar os investimentos próprios. Como CEO da holding é presidente do Conselho de Administração de todas as empresas subsidiárias (nomeadamente nas áreas de: Negócios Imobiliários, Low Cost Housing Solutions, Centro Residencial para Crianças Deficientes, restaurantes de *fast food*, saúde e entrega em habitações e escritórios), estando envolvido em todos os aspectos da gestão estratégica.

■ 2000

- Comprou uma pequena empresa em Sevilha (Espanha) no mesmo negócio, com o nome de Acquajet a qual deu origem à SEMAE. A liderança ibérica foi alcançada em 2005 com a aquisição da Jet Cooler SA em Portugal, mantendo a marca Fonte Viva.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

■ 1996

- Iniciou em Portugal um negócio de entrega em escritórios e habitações com a fundação da empresa Bebágua. Sendo líder em Portugal, vendeu a empresa para a Watsons Waters (Grupo Nestlé).
- Começou a vida profissional no ramo dos cuidados com os animais, com a fundação da MJM.
- Licenciado em Gestão de Marketing pelo IPAM e pós-graduado em Gestão pela Universidade de East London.
- Em 31 de Dezembro de 2010 detém indirectamente 263.442 acções da Sociedade representativas de 2% dos direitos de voto.

■ Alexander Sommerville Gibson

■ Desde 2003

- Actua como representante do Grupo Orey no Reino Unido.

■ 1987-2003

- Juntou-se à Tyzach & Partners, uma firma Inglesa especializada em investimentos e serviços financeiros e subsequentemente trabalhou para a Whitney Group que adquiriu a Tyzach & Partners em 1999.

■ 1984

- Como Director tornou-se responsável pelas áreas de investimento e mercado de capitais fora dos Estados Unidos.

■ 1968-1970

- Em 1960 ingressou na Hill Samuel antes de fazer parte da equipa fundadora de um novo consórcio, o London Multinational Bank. Quando o controlo do Banco foi assumido por um dos accionistas, o Chemical Bank, sendo renomeado Chemical Bank International, assumiu a responsabilidade do “syndication business” do Chemical Bank numa base

mundial.

■ 1966

- Começou a sua carreira no Citibank, trabalhando em Londres e Nova Iorque.
- Mestre em “Classic and Philosophy” pela Universidade de Oxford. Não detém acções da Sociedade.

2.11 Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Funções dos Membros Executivos do Conselho de Administração em empresas do fora grupo

- Duarte d’Orey
- Presidente do Conselho de Administração da Orey Inversiones Financieras, S.L.;
- Presidente do Conselho de Administração da Triângulo-Mor - Consultadoria Económica e Financeira, S.A.;
- Administrador Único do Monte S. José - Actividades Agrícolas, Imobiliárias e Recreativas, S.A.;
- Membro da Direcção do Instituto D. João de Castro.
- Tristão José da Cunha Mendonça e Menezes
- Não desempenha qualquer cargo em empresas fora do Grupo.
- Joaquim Paulo Claro dos Santos
- Não desempenha qualquer cargo em empresas fora do Grupo.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- Funções dos Membros Executivos do Conselho de Administração em empresas do grupo

| NOME | Duarte d'Orey | Joaquim Santos | Tristão da Cunha |
|-----------------------------------------------------|---------------|----------------|------------------|
| Sociedade Comercial Orey Antunes SA | A | A | A |
| Orey Serviços e Organização, Lda. | A | A | - |
| Orey - Gestão Imobiliária, Lda. | A | A | A |
| Horizon View SA | A | - | - |
| Orey Arresto e Gestão de Navios Ltda. | G | G | - |
| Orey (Cayman) Ltd. | D | D | - |
| CMA - COMPTON - Agentes de Navegação Lda | A | - | - |
| Agemar - Ag. Marítima de Navigações SA | A | - | - |
| Orey Shipping SL | G | - | - |
| Orey Comércio e Navegação SA | - | - | - |
| Stokship - Navegação e Logística SA | A | - | - |
| Orey (Espaço) Comércio e Serviços Lda | G | G | - |
| OA Technical Representations - Rep. Nav.Ind. SA | A | A | - |
| Orey Técnica Serviços Navais, Lda. | - | - | - |
| Sofema - Soc. Ferramentas e Materiais de Construção | G | - | - |
| Contrafogo, Soluções de Segurança S.A. | - | - | - |
| Oilwater Industrial, Serviços e Representações S.A. | A | A | - |
| Latais Marine - Equipamentos Náuticos Lda | - | - | - |
| Orey Financial IFIC SA | A | A | C |
| Orey Gestão de Activos SGFIM SA | A | - | A |
| Orey Management (Cayman) Ltd | C | - | - |
| OP Inovvel SGPS | A | - | - |
| Football Players Funds Management Ltd | C | - | - |
| TRT Initiatoren GmbH | D | - | - |
| TRF Transferreichfonds 1 Management GmbH | D | - | - |
| Orey Financial Brasil, S.A. | A | - | - |

A: Administrador - C: Chairman - D: Director - G: Gerente

2.12 Identificação dos membros do conselho fiscal, discriminando-se os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

- Presidente: José Martinho Soares Barroso
- Vogal: Acácio Augusto Lougares Pita Negrão
- Vogal: Nuno de Deus Vieira Paisana Salvador Pinheiro
- Todos membros do Conselho Fiscal cumprem os critérios de aferição de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º e respeitam as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A [incluindo a alínea f)], ambos do Código das Sociedades Comerciais, tendo todas as competências

necessárias ao exercício das respectivas funções.

2.13 Qualificações profissionais dos membros do conselho fiscal, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

| Conselho Fiscal | Cargo | Nº de Acções da Sociedade | Data da 1ª Designação | Termo do Mandato |
|------------------------------------------|------------|---------------------------|-----------------------|------------------|
| José Martinho Soares Barroso | Presidente | - | 2007 | 2012 |
| Acácio Augusto Pita Negrão | Vogal | - | 2007 | 2012 |
| Nuno de Deus Vieira P. Salvador Pinheiro | Vogal | - | 2007 | 2012 |

▪ José Martinho Soares Barroso

- Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE;
- Inscrito na lista de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 724;
- Desde 1982 colaborador e Partner da BDO & Associados, SROC, Lda.;
- Membro de Comités internacionais da BDO.

▪ Acácio Augusto Pita Negrão

- Em Outubro de 1993, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Licenciou-se, em Julho de 1998.
- Entre Setembro de 1999 e Julho de 2000, frequentou e concluiu o curso de pós-graduação em Mercados, Instituições e Instrumentos Financeiros, promovido pela Bolsa de Derivados do Porto, a NovaForum (FEUNL) e as Faculdades de Direito das Universidades de Lisboa (FDUL) e Nova de Lisboa (FDUNL).

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- Entre Setembro de 2004 e Julho de 2005, frequentou e concluiu o curso de pós-graduação em “Gestão Fiscal das Organizações”, promovido pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (IDEFE – Instituto para o Desenvolvimento e Estudos Económicos, Financeiros e Empresariais).
 - Administrador da PLEN – Deus Pinheiro, Ferreira de Lemos, Eliseu Mendes, Pita Negrão – Sociedade de Advogados, RL, pessoa colectiva nº 507.992.580, inscrita no Conselho Geral da Ordem dos Advogados sob o nº 4/2007, com o capital social de € 5.000 e com sede na Av. António Augusto de Aguiar n.º 24, 7º Esq. – 1050-016 Lisboa;
 - Administrador da “Caleiraeterna – Fabrico e Comércio de Componentes e Máquinas para Caleiras, S.A., pessoa colectiva nº 503.199.834, com sede no Parque Industrial Manuel da Mota, Lote 24 – 3100-354 Pombal, com o capital social de € 750.300, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Pombal;
 - Membro do Conselho Fiscal da SCOA.
 - De Março a Setembro de 1998, trabalhou no Departamento Financeiro do Banco Mello, onde exerceu funções na Sala de Mercados, tendo a seu cargo a gestão da Tesouraria dos “Foreign Branches” daquela instituição.
 - Entre finais de Setembro de 1998 e Outubro de 2000, frequentou o estágio de advocacia na sociedade de advogados “Pena, Machete & Associados” (a qual, a partir de Setembro de 1999 e após fusão com outras sociedades, se passou a designar “PMBGR – Sociedade de Advogados), tendo como patrono o Dr. Rui Machete.
 - Após ter concluído o seu estágio de advocacia, em Outubro de 2000,
- ingressou na sociedade de advogados “Abreu & Marques, Vinhas e Associados”, na qual trabalhou, como advogado associado sénior, até Fevereiro de 2007.
- Em Março de 2007, foi co-fundador da PLEN – Sociedade de Advogados, RL, na qual exerce, actualmente, a sua actividade profissional de advogado.
- Nuno Salvador Vieira Paisana Salvador Pinheiro**
- Licenciou-se na Universidade Católica de Lisboa em 1998.
 - Obteve o grau de Masters in International and Comparative Law na Vrije Universiteit Brussels em 1999 e uma pós-graduação em Direito dos Valores Mobiliários na Universidade de Lisboa em 2000.
 - Exerceu advocacia na Simmons & Simmons em Bruxelas e no Grupo Legal Português.
 - A partir de 2001 exerceu advocacia na Abreu & Marques, Vinhas e Associados integrando o departamento de direito comercial, com responsabilidade nas principais transacções em que a sociedade participou, ao nível de fusões e aquisições.
 - Em Março de 2007, foi co-fundador da PLEN – Sociedade de Advogados, RL, na qual exerce, actualmente, a sua actividade profissional de advogado.
- 2.14** Funções que os membros do conselho fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

■ José Martinho Soares Barroso

- Colaborador e Partner da BDO & Associados, SROC, Lda.
- Não exerce qualquer função em outras empresas do Grupo.

■ Acácio Augusto Pita Negrão

- Co-fundador da PLEN, responsável da sociedade pelas áreas de Direito Laboral e Contencioso.
- Não exerce qualquer função em outras empresas do Grupo.

■ Nuno Salvador Vieira Paisana Salvador Pinheiro

- Co-fundador da PLEN, responsável da sociedade pelas áreas de M&A – Fusões e Aquisições e Direito Imobiliário e co-responsável pela área de Direito Comercial.
- Não exerce qualquer função em outras empresas do Grupo.

■ O Conselho Fiscal dispõe dos poderes e encontra-se sujeito aos deveres estabelecidos na lei e no Contrato de Sociedade da OREY, competindo-lhe, em especial:

- Fiscalizar a administração da sociedade;
- Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da

caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;

- Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração;
- Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respectiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- Propor à Assembleia Geral a nomeação do revisor oficial de contas e a sua remuneração;
- Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais e zelar para que sejam asseguradas, no seio da Sociedade, as condições adequadas ao exercício da actividade do revisor oficial de contas;
- Agir com interlocutor da Sociedade perante o Revisor Oficial de Contas, e ser o primeiro destinatário dos relatórios por este realizados;
- Proceder à avaliação anual da actividade desempenhada pelo Revisor Oficial de Contas, propondo a sua destituição à Assembleia Geral, sempre que se verifique justa causa para o efeito;
- Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade.
- O Conselho Fiscal elabora, anualmente, um relatório sobre a sua actividade, no qual inclui uma descrição da actividade de fiscalização desenvolvida durante o período em questão, que é alvo de publicação no sítio da Internet da Sociedade, juntamente com os documentos de prestação de contas.
- Nestes termos, refira-se que no ano de 2010, o Conselho Fiscal não se deparou com quaisquer constrangimentos no exercício da sua actividade de fiscalização.

2.15 Descrição da política de remuneração, incluindo, designadamente, os meios de alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da sociedade e a avaliação do desempenho, distinguindo os administradores executivos dos não executivos, e um resumo e explicação da política da sociedade relativamente aos termos de compensações negociadas contratualmente ou através de transacção em caso de destituição e outros pagamentos ligados à cessação antecipada dos contratos.

- A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração tem uma componente fixa e uma componente variável, esta última deliberada em Assembleia Geral, e que é atribuída em função dos resultados da sociedade.
- A remuneração dos Administradores executivos pode consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade, em percentagem que, no global, não poderá exceder 15% (quinze) do lucro do exercício distribuível.
- Os membros não executivos são remunerados com base num valor fixo, não recebendo qualquer componente variável.
- A Sociedade não toma como elemento comparativo para a fixação da remuneração, políticas e práticas remuneratórias de outras sociedades.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- A Assembleia Geral poderá deliberar a constituição de um regime de reforma ou de complementos de reforma em benefício dos Administradores cujos anos de mandato, seguidos ou interpolados, sejam superiores a seis anos.
- Na Assembleia Geral de 31 de Maio de 2010 foi aprovada a distribuição, para Gratificações ao Conselho de Administração, de 10% (dez por cento) dos resultados líquidos consolidados, correspondentes a € 129.952,00 (cento e vinte e nove mil novecentos e cinquenta e dois euros) em função de um crédito de mérito, premiando o esforço dedicação, bem como os resultados obtidos ao longo do ano por cada um dos administradores.
- Não existem quaisquer acordos entre a sociedade e os membros do conselho de administração e dirigentes, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

2.16 Indicação da composição da comissão de remunerações ou órgão equivalente, quando exista, identificando os respectivos membros que sejam também membros do órgão de administração, bem como os seus cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao 3.º grau, inclusive.

- Presidente: Dr. Rui Chancerelle de Machete
- Vogal: Dr.José Carlos Appleton Moreira

Rato

- Vogal: Dr. Maria Teresa de Sousa Botelho
- A 31 de Dezembro de 2010 nenhum dos membros acima referidos pertencia ao órgão de administração da Sociedade, nem dele faziam parte o cônjuge ou quaisquer parentes ou afins em linha recta até ao 3.º grau, inclusive, de algum dos membros da Comissão de Remunerações.

2.17 Indicação da remuneração, individual ou colectiva, entendida em sentido amplo, de forma a incluir, designadamente, prémios de desempenho, auferida, no exercício em causa, pelos membros do órgão de administração.

- No exercício de 2010 a remuneração anual fixa e variável auferida pelos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal foi a seguinte:

| Conselho de Administração | Componente Fixa | Componente Variável | Senhas de Presença | Total |
|------------------------------------------|-----------------|---------------------|--------------------|--------|
| Duarte Maia de Albuquerque d'Orey | 0 | 44.952 | 0 | 44.952 |
| Joaquim Paulo Claro dos Santos | 0 | 25.000 | 0 | 25.000 |
| Tristão José da Cunha Mendonça e Menezes | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Juan Celestino Lázaro González | 0 | 0 | 5.000 | 5.000 |
| Jorge Delclaux Bravo | 0 | 0 | 2.500 | 2.500 |
| Alexander Somerville Gibson | 0 | 0 | 5.000 | 5.000 |
| Miguel Ribeiro Ferreira | 0 | 0 | 2.500 | 2.500 |
| Francisco Van Zeller | 0 | 0 | 5.000 | 5.000 |
| Total | 0 | 69.952 | 20.000 | 89.952 |

| Conselho Fiscal | Componente Fixa | Componente Variável | Senhas de Presença | Total |
|------------------------------------------|-----------------|---------------------|--------------------|--------|
| José Martinho Soares Barroso | 12.000 | 0 | 0 | 12.000 |
| Acácio Augusto Pita Negrão | 6.000 | 0 | 0 | 6.000 |
| Nuno de Deus Vieira P. Salvador Pinheiro | 1.500 | 0 | 0 | 1.500 |
| Total | 19.500 | 0 | 0 | 19.500 |

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- A remuneração auferida pelos órgãos do conselho de administração em outras empresas do grupo foi a seguinte:

| Conselho de Administração | Componente Fixa | Componente Variável | Senhas de Presença | Total |
|------------------------------------------|-----------------|---------------------|--------------------|----------------|
| Duarte Maia de Albuquerque d'Orey | 49.182 | 0 | 0 | 49.182 |
| Joaquim Paulo Claro dos Santos | 111.498 | 0 | 0 | 111.498 |
| Tristão José da Cunha Mendonça e Menezes | 11.700 | 0 | 0 | 11.700 |
| Total | 172.380 | 0 | 0 | 172.380 |

2.18 Indicação, em termos individuais, dos montantes cujo pagamento esteja previsto, independentemente da sua natureza, em caso de cessação das funções durante o mandato, quando excedam o dobro da remuneração mensal fixa.

- Não existem quaisquer acordos entre a sociedade e os membros do conselho de administração e dirigentes, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

2.19 Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adoptada na sociedade.

- Atendendo à dimensão da Sociedade, o Conselho de Administração não tinha sentido, até à data, a necessidade de dispor de uma política de comunicação de irregularidades. A Administração da Sociedade encontra-se em permanente contacto com os seus auditores e com os Gerentes e Directores das principais áreas de negócio, potenciando, desta forma, que qualquer irregularidade detectada seja devidamente comunicada.

- No entanto em 2009 a OREY procedeu à implementação de um mecanismos de

comunicação de irregularidades proporcionando a todos os colaboradores do Grupo, de forma segura, eficaz, directa e confidencial. Assim foi criada uma caixa de correio electrónico presidente.conselho.fiscal@orey.com, que permite a qualquer entidade transmitir ao Presidente do Conselho Fiscal qualquer actuação irregular que, no seu entendimento, possa ter ocorrido no seio da Empresa, nomeadamente, as referentes a práticas contabilísticas e financeiras ilícitas ou pouco claras.

- Este meio garante a possibilidade aos colaboradores da OREY de transmitirem as suas dúvidas e preocupações sobre a Sociedade, ao órgão a quem cumpre fiscalizar a sua actividade. Por outro lado, este tipo de mecanismos proporciona, igualmente, que se detectem mais facilmente e numa altura mais inicial, as eventuais práticas nefastas ao bom governo da Sociedade, evitando-se, desse modo, a criação de danos na Sociedade, nos seus membros e colaboradores e, consequentemente, nos seus accionistas.
- Refira-se que, de acordo com a Recomendação II.1.4.1 do Código de Governo das Sociedades da CMVM, toda e qualquer comunicação acima descrita será tratada de forma absolutamente confidencial, em tudo o que não prejudique a resolução do problema.
- Numa base regular o Presidente do Conselho Fiscal apresenta uma síntese de todas as comunicações recebidas ao Presidente do Conselho de Administração.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

3. INFORMAÇÃO

3.1 Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

- O capital social da Sociedade, no valor de € 13.000.000 (treze milhões de euros), está representado por 13.000.000 (treze milhões) acções ao portador com o valor nominal de um Euro cada.
- As acções são nominativas e adoptam a forma de representação escritural.
- Nos aumentos de capital em dinheiro os accionistas gozam do direito de preferência na subscrição de novas acções, excepto se tal for reduzido ou suprimido por deliberação da Assembleia Geral tomada nos termos da lei para cada aumento específico.

3.2 Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

- Em 31 de Dezembro de 2010, os accionistas detentores de participações qualificadas, calculadas nos termos do disposto no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, no capital social da Sociedade, eram os seguintes:

| | Participações Qualificadas | Quantidade | % do Capital Social | % dos direitos de voto |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|---------------|---------------------|------------------------|
| Duarte Maia de Albuquerque d'Orey | 0 | 0,00% | 0,00% | |
| Indirectamente: | | | | |
| - Orey Inversiones Financieras, S.L. | 4.270.000 | 32,85% | 32,85% | |
| - Triângulo-Mor Consultadoria Económica e Financeira, S.A. | 5.070.000 | 39,00% | 39,00% | |
| - Através da Orey Gestão de Activos SGFIM, S.A. Referente a Carteiras de Clientes de Gestão Discricionária | 204.969 | 1,58% | 1,58% | |
| SUB-TOTAL | 9.544.969 | 73,42% | 73,42% | |
| Jochen Michalski | 370.044 | 2,85% | 2,85% | |
| MCFA, SGPS, S.A. | 275.000 | 2,12% | 2,12% | |
| Invespri SGPS, S.A. | 263.442 | 2,03% | 2,03% | |
| SUB-TOTAL | 908.486 | 7,00% | 7,00% | |
| TOTAL | 10.453.455 | 80,42% | 80,42% | |

3.3 Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.

- As acções da Sociedade integram uma única classe e série, encontrando-se totalmente subscritas e liberadas, sendo que não existem titulares de direitos especiais.

3.4 Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.

- Nos termos do disposto nos Estatutos da OREY, não existem quaisquer regras que imponham restrições à transmissibilidade das acções, como por exemplo, cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.

3.5 Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- Que seja do conhecimento da Sociedade, não existem Acordos Parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de valores mobiliários ou de direitos de voto.

3.6 Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.

- As alterações nos estatutos estão dependentes da aprovação em Assembleia Geral. Não existem regras especiais à alteração dos estatutos para além daquelas que estão previstas no Código das Sociedades Comerciais.

3.7 Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.

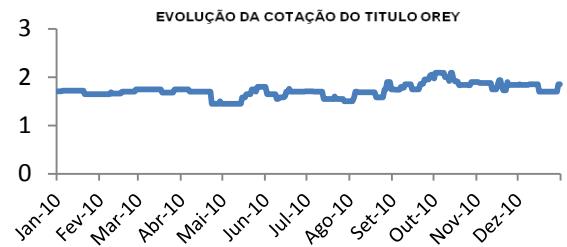
- Não existem mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.

3.8 Descrição da evolução da cotação das acções do emitente, tendo em conta, designadamente: a) A emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções; b) O anúncio de resultados; c) O pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por

acção.

- A acção Orey teve uma desvalorização de 14% entre 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010. A acção fechou, no último dia de 2009, a 1,71 Euros e fechou, em 31 de Dezembro de 2010, a 1,85 Euros.

- A evolução durante o ano de 2010 das cotações do título Orey foi a seguinte:



- A Sociedade mantém em vigor um contrato de "liquidity provider" com o Caixa – Banco de Investimento, S.A. o qual entrou em vigor em 6 de Janeiro de 2005. Este contrato tem como objectivo proporcionar o aumento da liquidez do título cotado na Eurolist by Euronext Lisbon.

- Os impactos sobre a cotação da acção Orey tendo em conta eventos corporativos foram os seguintes:

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- 30 de Abril de 2010 – A Sociedade informou sobre os resultados consolidados do exercício de 2009. A acção fechou a € 1,50 (um euro e cinquenta cêntimos), mantendo a cotação no dia seguinte.
- 31 de Maio de 2010 – A Sociedade informou sobre os resultados consolidados do primeiro trimestre. A acção fechou a € 1,7 (um euro e sete cêntimos) mantendo a cotação no dia seguinte.
- 23 de Julho de 2010 – A Sociedade informou sobre a distribuição de bens da Sociedade e pagamento aos Accionistas referente à redução de Capital. Neste dia a acção fechou a € 1,6 (um euro e seis cêntimos), tendo mantido a cotação no dia seguinte.
- 29 de Julho de 2010 – A Sociedade informou sobre os resultados consolidados do primeiro semestre. A acção fechou a € 1,55 (um euro e cinquenta e cinco cêntimos) mantendo a cotação no dia seguinte.
- 11 de Novembro de 2010 – A Sociedade informou sobre os resultados do terceiro trimestre de 2010. A acção fechou a € 1,88 (um euro e oitenta e oito cêntimos), mantendo a cotação no dia seguinte.
- A sociedade tem tido uma política de distribuição de dividendos pautada pela preocupação de proporcionar um nível de rendimentos aos accionistas sem pôr em causa o investimento e as perspectivas de desenvolvimento da sociedade.
- A proposta de aplicação de resultados é da responsabilidade do Conselho de Administração, subordinada ao estipulado na legislação portuguesa e nos estatutos da Sociedade, podendo ser apresentadas, em Assembleia Geral, propostas alternativas à apresentada pelo Conselho de Administração.
- Durante o ano de 2010 não foram distribuídos dividendos.
- Tal como deliberado na Assembleia Geral de 15 de Abril de 2009 foram pagos dividendos no valor bruto de € 0,11 (onze cêntimos) por acção, relativos ao exercício de 2008.
- Tal como deliberado na Assembleia Geral de 21 de Abril de 2008 foram pagos dividendos no valor bruto de € 0,10 (dez cêntimos) Euros por acção, relativos ao exercício de 2007.

3.9 Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

3.10 Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adopção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano.

- Foi apresentada à Assembleia Geral de 3 de Abril de 2007 a seguinte proposta de atribuição de um plano de acções aos colaboradores a qual foi aprovada:

I) Objectivos:

- 1) Alinhar interesses das pessoas chave da empresa com os accionistas;
- 2) Associar a componente variável da remuneração à evolução do valor accionista;
- 3) Atrair e reter Recursos Humanos;
- 4) Incentivar e partilhar o sucesso;
- 5) Premiar empenho na conquista de objectivos e procura de resultado.

II) Condições de Acesso

- 1) Pertencer ao quadro de efectivos do grupo OREY, à data do exercício do direito;
- 2) O título da Sociedade estar cotado em Bolsa;
- 3) Ter avaliação de desempenho positiva todos os anos e de acordo com os seguintes critérios:
 - 3.1 Pontuação > 60% - mantém todas as opções
 - 3.2 Pontuação > = 50% e <= a 60% - perde 1/3 das opções, ou seja equivalentes a um ano dado que o plano é a 3 anos
 - 3.3 Pontuação <50% - perde todas as opções
- 4) Mobilidade: São excluídos do plano de opções os colaboradores que recusem a mudança para outra empresa do grupo desde que esta se situe na mesma cidade ou num raio de 100 (cem) quilómetros;
- 5) Assiduidade e pontualidade (critérios)
 - 5.1 São excluídos do plano os colaboradores:
 - Que tenham uma baixa prolongada com excepção da licença de parto;
 - Que tenham um número de faltas anual superior a 22 dias úteis, seguidos ou interpolados.
 - 5.2 Em caso de ausência por licença sem vencimento, o colaborador perderá opções proporcionalmente ao tempo de duração da licença, ie (n^o de dias de licença / 3 x 365).

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

■ III) Ficha Técnica

- Os colaboradores abrangidos serão distribuídos por três níveis: Nível 1) Administradores da OREY e das Sub Holdings; Nível 2) Gerentes ou Directores; Nível 3) Outros Quadros.
- Nível 1) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 32.000 acções da Sociedade cada um;
- Nível 2) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 16.000 acções da Sociedade cada um;
- Nível 3) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 8.000 acções da Sociedade cada um;
- Caberá ao Conselho de Administração indicar os colaboradores abrangidos.
- O plano é constituído para o triénio 2007 a 2009
- Quantidade total das acções sobre as quais pode ser exercido o direito de opção: até um milhão de acções.
- “Strike Price”: € 3,081 (três euros, oito centimos e uma décima) correspondente à média ponderada do valor do título “OREY” nos últimos seis meses de 2006.
- Período e número de vezes em que pode ser exercida a opção: Entre um de Janeiro e trinta de Junho de 2010 e, no máximo, por seis vezes.
- Ao Plano de Opções e aos rendimentos gerados pelo respectivo exercício dos correspondentes

direitos aplica-se a legislação fiscal e parafiscal que, no momento, estiver em vigor.

— Ajustamentos ao “strike price”:

- O preço do exercício e número de acções serão ajustados caso haja eventos que tenham impacto no número de acções emitidas como, por exemplo, aumento e redução de capital, “stock split”, etc.
- Não haverá ajustamento decorrente da Operação Pública de Subscrição de Valores Mobiliários Obrigatoriamente Permutáveis por acções, operação designada por “Capital Orey 2006 – 2009” uma vez que este efeito foi ajustado na cotação de 08/06/2006.

3.11 Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade.

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- Não foram realizados quaisquer negócios ou operações significativos em termos económicos entre, a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo.

3.12 Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar.

- Com o objectivo de se assegurar a existência de um contacto permanente com o mercado, respeitando sempre o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, a OREY decidiu criar, por um lado, a figura do *Investor Relations* e, por outro, um Gabinete de Apoio ao Investidor.
- A função de *Investor Relations* é actualmente exercida por um membro do Conselho de Administração, o Dr. Joaquim Paulo Claro dos Santos. O seu endereço profissional é o seguinte:

- Joaquim Santos
- Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, Nº 17 6^aA
- 1070 – 313 Lisboa
- Telef: + 351 21 340 70 46
- Fax: + 351 21 347 39 37
- Email: joaquim.santos@orey.com
- Embora mantendo esta responsabilidade

ao nível do Conselho de Administração, a Sociedade tem um Gabinete de Apoio ao Investidor, nos termos das recomendações da CMVM sobre governo das sociedades cotadas.

- Os investidores podem aceder ao Gabinete através do telefone +351 213407046, fax +351 213473937 e e-mail: ir@orey.com, podendo, no sítio da Sociedade na Internet em www.orey.com, ter uma percepção mais completa da forma de funcionamento deste organismo. O horário de atendimento é nos dias úteis entre as 9h00 horas e as 12h30 horas e entre as 14h00 horas e as 17h30 horas.
- O gabinete tem como principal função assegurar a prestação ao mercado de toda a informação relevante, divulgação da informação financeira intercalar e notícias relacionadas com o Grupo e, paralelamente, responder a questões ou pedidos de esclarecimento, de investidores ou público em geral, sobre informação financeira e informação de carácter público relacionada com o desenvolvimento das actividades do Grupo.

3.13 Informação da Sociedade no Sítio da Internet.

- A Sociedade disponibiliza, ao público em geral, no seu sítio na Internet, em www.orey.com, os seguintes elementos em português e em Inglês:

24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos do artigo 171.^º do Código das Sociedades Comerciais;
- Os Estatutos da Sociedade;
- Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso;
- Documentos de prestação de contas;
- Calendário semestral de eventos societários;
- Convocatórias para a realização das Assembleias Gerais;
- As Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral;

3.13 Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços: a) Serviços de revisão legal de contas; b) Outros serviços de garantia de fiabilidade; c) Serviços de consultoria fiscal; d) Outros serviços que não de revisão legal de contas.

- O valor das remunerações pagas ou a pagar aos Auditores Externos da Sociedade, ou a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede, por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade foi, em 2010, como se segue (valores expressos em Euros):
 - Serviços de Revisão Legal das Contas/Auditória 195.960€

- A Ernst & Young tem estabelecido um sistema interno de controlo e monitorização da política de independência, que obedece em pleno às normas de independência vigentes a nível nacional e internacional, instituída para identificar potenciais ameaças à independência e as respectivas medidas de salvaguarda.

Nesta política, estão estabelecidos os serviços expressamente proibidos pelo risco que estes apresentam à independência do auditor, o que é observado rigorosamente. Paralelamente, a independência pessoal de cada profissional é assegurada através de um processo interno, pelo qual cada sócio, gerente e colaborador profissional atesta regularmente o seu conhecimento da referida política e declara o seu cumprimento com a mesma.

São efectuadas acções regulares de formação contínua sobre a referida política.

A monitorização do cumprimento da política de independência é efectuada através de auditorias internas regulares, conduzidas por auditores da rede internacional da Ernst & Young.

- Compete ainda à Ernst & Young verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.



Relatório disponível no site institucional da Orey
www.orey.com

Contactos para os Media e Investidores

José Pedro Luís
Cunha Vaz & Associados
M: +351 939 743 133
T: +351 210 120 635
Fax +351 213 121 199
jpl@cunhavaz.com

Avenida Duque de Loulé, 123 - 7º
1050-089 Lisboa Portugal

Contactos para os Investidores

Joaquim Santos
Investor Relations
Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.
Responsável pelas relações com o mercado
T: +351 21 340 70 00
joaquim.santos@orey.com
ir@orey.com

Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.
Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, nº 17, 6º A
1070 – 313 Lisboa, Portugal